



ESTRATÉGIA

DE MEIOS DE VIDA

2019 ————— 2021

B R A S I L



UNHCR
ACNUR

Agência da ONU para Refugiados

ESTRATÉGIA

DE MEIOS DE VIDA

2019 ————— 2021

B R A S I L



UNHCR
ACNUR

Agência da ONU para Refugiados

A close-up photograph of a man with dark hair, wearing a bright yellow long-sleeved shirt, holding a baby. The baby is wearing a red long-sleeved shirt and is looking towards the man. The background is blurred, showing other people in a room with white plastic chairs. The overall lighting is soft and natural.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1 — INTRODUÇÃO	10
2 — CONTEXTO	14
3 — ANÁLISE DE SITUAÇÃO	24
3.1 Trabalho no País de Asilo	26
3.2 Zonas de Meios de Vida	30
3.3 Grupos de Meios de Vida e seus Recursos	32
4 — ACESSO A RECURSOS E A SERVIÇOS	38
4.1 Estratégia de Meios de Vida para Núcleos Familiares	42
5 — ATUAIS INTERVENÇÕES DE MEIOS DE VIDA	44
6 — QUADRO ESTRATÉGICO	50
6.1 Visão e Escopo	52
6.2 Objetivo Geral	52
6.3 Principais Programas, Atividades e Parceiros por grupo-alvo	53
7 — PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO	58
7.1 Populações-alvo	60
7.2 Parcerias e Coordenação	60
8 — COMUNICAÇÃO E INCIDÊNCIA	62
9 — QUADRO DE MONITORAMENTO E DE AVALIAÇÃO	66
10 — ANEXOS	70

A man with dark, curly dreadlocks is shown in profile, looking towards the right. He is wearing a light-colored, patterned t-shirt and a necklace with wooden beads. He is looking at a mural on a wall. The mural depicts a village scene with several cars, some of which appear to be damaged or in a state of disrepair. In the background of the mural, there are simple houses and a person carrying a large blue container on their head. The overall scene is set against a warm, orange-toned background, suggesting a sunset or sunrise.

SUMÁRIO EXECUTIVO



SUMÁRIO EXECUTIVO

O Governo Federal Brasileiro reconheceu 11.231 indivíduos como refugiados e recebeu 161.057 pedidos de refúgio apresentados por pessoas vindas de, aproximadamente, 150 países diferentes até dezembro de 2018¹. Além disso, devido à atual crise política e econômica na Venezuela, mais de 176.000 cidadãos venezuelanos entraram no Brasil entre 2017 e dezembro de 2018, apresentando cerca de 61.000 pedidos de refúgio e 26.000 pedidos de residência permanente no país. Até abril de 2019, mais de 7 mil haviam sido beneficiados pelo programa de realocação voluntária iniciado em 2018 pelo Governo Federal Brasileiro, sendo redistribuídos pelo país desde Roraima.

Este documento descreve a Estratégia de Meios de Vida com duração de três anos que abarca o período de 2019 a 2021 e que se destina a apoiar refugiados de baixa renda, solicitantes de refúgio e venezuelanos com perfis educacionais e profissionais variados.

A proposta fundamental desta estratégia é incluir as populações/pessoas de interesse do ACNUR (PoCs, no termo em inglês) nos serviços e programas públicos (em particular em programas socioeconômicos e de emprego) e incentivar a consolidação de um ambiente favorável no setor privado em relação a essas populações. Neste sentido, as intervenções específicas de meios de vida empreendidas pelo ACNUR e pelos parceiros devem ser complementares às iniciativas públicas,

exceto em casos emergenciais, nos quais o ACNUR poderá aumentar a sua assistência para apoiar a resposta governamental.

O principal objetivo desta Estratégia de Meios de Vida é sensibilizar os diversos níveis de governo para promover a inclusão de PoCs² nos serviços públicos de capacitação profissional, colocação profissional e capacitação para empreendedores e, ao mesmo tempo, incrementar esses serviços para as PoC mais vulneráveis através de parceiros implementadores.

Para que isso aconteça, o ACNUR trabalhará em estreita colaboração com o governo nos níveis federal, estadual e municipal, com as demais Agências da ONU, a sociedade civil, a Academia e com o setor privado. Além disso, esta Estratégia busca contribuir para a superação das altas taxas de desemprego e informalidade no mercado de trabalho, a crescente xenofobia, e a falta de informação por parte de funcionários públicos, bancos e instituições financeiras, o que dificulta a conquista da autossuficiência por parte das PoC.

Neste sentido, o apoio do ACNUR será prestado por meio de intervenções voltadas a (i) aumentar as chances que essas pessoas têm de se beneficiar de oportunidades socioeconômicas, o que, em última análise, resultará em sua autossuficiência e independência econômica, e a (ii) fortalecer a rede de ONGs e a rede de empresas privadas que apoiam a integração local. Essas intervenções, embora realizadas pelo ACNUR, são complementares aos esforços do Governo Federal Brasileiro.

Como mencionado, o público-alvo desta estratégia é composto por refugiados reconhecidos e solicitantes de refúgio de

1 Refúgio em Números 4ª Edição. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>

2 Entre as pessoas de interesse do ACNUR estão refugiados, repatriados, apátridas, deslocados internos, solicitantes de refúgio e outros indivíduos que necessitam de proteção internacional.

baixa renda (desempregados e/ou que vivem com uma renda familiar inferior a R\$3.000), refugiados com alto perfil educacional (com empregos de baixa renda que fogem à sua experiência profissional anterior) e por venezuelanos que precisam de proteção e de assistência social.

Para alcançar os resultados mencionados acima, o ACNUR implementará as suas atividades nos seguintes setores-chave de intervenção:

- **Emprego:** a fim de promover o acesso de PoC a emprego, o ACNUR irá: ampliar parcerias com empresas; fortalecer os serviços de colocação profissional existentes oferecidos por seus parceiros; ampliar o acesso das PoC a informações relacionadas a emprego e a direitos trabalhistas; ampliar o acesso à capacitação vocacional e fomentar o acesso que jovens PoC possuem a oportunidades de emprego (através de programas de jovem aprendiz e de estágios).
- **Assistência Financeira:** O programa de assistência financeira será aprimorado, resultando em melhorias na concessão de assistência financeira à PoC que não podem suprir as suas necessidades básicas.
- **Inclusão Financeira:** Por meio de acesso à educação financeira, a serviços bancários e ao microcrédito, o ACNUR irá promover a inclusão financeira das PoCs.
- **Interiorização:** O ACNUR continuará a apoiar o programa de interiorização e acompanhará o progresso das pessoas interiorizadas no processo de integração e em sua busca por autossuficiência. Além disso, o ACNUR apoiará a adoção de políticas públicas destinadas a expandir a capacidade de acolhimento dos abrigos para acolher chegadas espontâneas.
- **Educação:** O ACNUR ampliará o número de revalidações de diplomas acadêmicos das PoC e promoverá seu acesso à educação superior.
- **Pesquisa e Desenvolvimento de Conteúdo:** O ACNUR promoverá o estudo contínuo do perfil socioeconômico das PoC.
- **Incidência:** De modo geral, o ACNUR apoiará o Governo Federal brasileiro em seus esforços para desenvolver um Plano Nacional de Integração Local para Refugiados. Adotando uma abordagem específica para cada contexto, o ACNUR trabalhará em conjunto com os governos estaduais e locais para desenvolver Planos de Integração Local para Refugiados e para expandir o diálogo entre refugiados e governos, tanto a nível municipal como estadual. Além disso, esta estratégia tem como objetivo divulgar os êxitos e as atividades gerais dos comitês de refugiados locais e estaduais.

Esta Estratégia levará ao empoderamento das populações de interesse do ACNUR no Brasil, ajudando-as a superar situações de vulnerabilidade social e econômica e abrindo caminho para a sua autossuficiência. Consequentemente, esses indivíduos se tornarão vetores de desenvolvimento econômico em suas comunidades de acolhida, apoiando ainda mais outras PoC enquanto, simultaneamente, contribuem para as economias locais.

AGRADECIMENTOS

A Unidade de Meios de Vida do Brasil reconhece a contribuição de numerosas pessoas para o desenvolvimento da presente Estratégia. A estratégia conta com o trabalho do quadro de funcionários do ACNUR no Brasil, bem como dos parceiros que contribuíram para a elaboração deste documento com seus valiosos comentários.

A blurred background image showing several people walking outdoors. On the left, a person in a blue shirt and a yellow and white cap is eating a pink ice cream. In the center, a woman in a blue t-shirt and dark pants is walking. On the right, a woman in a red top is walking. The background is out of focus, showing greenery and a building structure.

1.

INTRODUÇÃO



1.

INTRODUÇÃO

Esta Estratégia visa fornecer o apoio necessário às populações de interesse (PoC) do ACNUR, a fim de garantir que tenham acesso a oportunidades socioeconômicas que conduzam à autossuficiência e à independência econômica. Esse apoio deve ser de caráter temporário, com o objetivo de enfrentar os obstáculos iniciais que dificultariam a inclusão socioeconômica dessas PoC no Brasil e de proporcionar acesso a meios de vida sustentáveis a longo prazo, permitindo assim que o ACNUR se desassocie de suas atividades de assistência de forma responsável. A autossuficiência é um passo crucial para a viabilização de soluções duradouras.

A principal proposta desta estratégia é incluir as PoC nos serviços e programas públicos (em particular em programas socioeconômicos e de emprego) e incentivar a consolidação de um ambiente favorável no setor privado em relação aos refugiados e outras PoC. As intervenções específicas de meios de vida empreendidas pelo ACNUR e pelos parceiros devem ser residuais, exceto em casos emergenciais, nos quais o ACNUR aumentará a sua assistência para apoiar a resposta governamental.

Este documento descreve uma Estratégia de Meios de Vida com duração de três anos que abarca o período de 2019 a 2021. A lógica desta Estratégia fundamenta-se nas principais conclusões e experiências compiladas pelo ACNUR nos últimos anos e, sobretudo, em uma recente avaliação da condição socioeconômica da população refugiada no Brasil, realizada em 2018. A Estratégia também se baseia em avaliações participativas, em informações coletadas através de bancos de dados públicos, em uma análise da cadeia de valor e em uma avaliação de mercado sobre os meios de vida de refugiados e migrantes no Brasil, bem como no banco de dados de registro do ACNUR.

A Estratégia está alinhada com a Estratégia de Parcerias Múltiplas (MYMP) desenvolvida em 2017, que prevê que as PoC sejam contempladas por programas socioeconômicos governamentais de caráter nacional, obtendo assim acesso aos serviços públicos e gozando dos mesmos direitos que os nacionais. Como previsto pelo MYMP, uma abordagem IGD (Idade, Gênero e Diversidade) foi adotada por esta estratégia.

Para além desta Introdução, este documento se divide nas seguintes seções: Contexto; Análise da Situação; Acesso a Recursos e a Serviços; Atuais Intervenções de Meios de Vida; Quadro Estratégico; Plano de Implementação; Comunicação e Incidência; Quadro de Monitoramento e Avaliação; e Anexos.



© ACNUR/Victor Moriyama



2.

CONTEXTO



VENEZUELA

2.

CONTEXTO

O Brasil é o maior país da América do Sul e possui 209,3 milhões de habitantes³. Se constitui enquanto uma República Federativa Presidencialista e é formada por três níveis de governo: Federal (nacional), Estadual (com 26 estados e o Distrito Federal) e Municipal (com mais de 5.000 municípios).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 52,8 milhões de brasileiros viviam com menos de R\$ 406⁴ por mês em 2017 (o salário mínimo em 2017 era de R\$ 937), dos quais 44,8% viviam no Nordeste, um total de dois milhões a mais de pessoas em situação de pobreza que no ano anterior⁵. Apesar desses números, a economia brasileira mostra sinais de recuperação, embora a crise econômica persista. As taxas de desemprego caíram de 13,7% no primeiro trimestre de 2017 para 11,9% no terceiro trimestre de 2018, e as taxas de crescimento do PIB do país subiram de -2% no primeiro trimestre de 2017 para 1,4% no segundo trimestre de

2018. No entanto, a diminuição do número de desempregados é atribuída a um aumento da informalidade e do trabalho autônomo no mercado, que são também efeitos secundários desta crise econômica. Embora tenha havido um aumento de 5% no número de empregos formais no Brasil durante 2018, apenas 59,2% dos indivíduos empregados trabalham formalmente⁶.

Em 2018, o Observatório de Migrações Internacionais (ObMigra)⁷ publicou um relatório contendo dados e tendências trabalhistas no Brasil relacionados a trabalhadores estrangeiros. O documento revela números de trabalhadores migrantes empregados que apontam para uma pequena recuperação no mercado de trabalho: de 127.166 em 2015 para 112.681 em 2016, chegando a 122.069 migrantes empregados em 2017.

O bom resultado econômico do país no início da década de 2010 foi um fator de atração para a imigração, que cresceu de 2010 a 2015. Os haitianos foram o principal grupo de recém-chegados, cuja população atingiu o marco de aproximadamente 100.000 indivíduos no final de 2014. Como resultado dos crescentes e diversificados fluxos migratórios, novas abordagens de gestão e regularização migratória foram adotadas pelo país, a exemplo da criação do visto humanitário, inicialmente concedido aos haitianos, em 2012, e posteriormente ampliado para sírios, em 2014, e venezuelanos, em 2017, permitindo-lhes permanecer no país por dois anos e gozar dos mesmos direitos que os demais residentes.

3 Fonte: Banco Mundial, 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>

4 Em seus cálculos, o IBGE adota a linha de base proposta pelo Banco Mundial, que considera pobres todos aqueles indivíduos cuja renda diária é de até US\$ 5,50/dia - o que em 2017 equivalia a R\$ 406/mês.

5 Para maiores informações, acesse: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/12/05/no-brasil-152-milhoes-vivem-abaixo-da-linha-da-extrema-pobreza-diz-ibge.ghtml>>

6 Informação disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/emprego-e-previdencia/2019/02/mercado-de-trabalho-formal-cresce-5-no-pais>

7 Informação disponível em: <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual> p.113.



Um avanço legislativo foi alcançado em 24 de maio de 2017, com a sanção da Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445), que substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980), introduzido em tempos ditatoriais e que adotava a ótica de securitização dos movimentos migratórios no país. Amparada pelas garantias previstas na Constituição Federal de 1988, a nova Lei de Migração estabeleceu uma abordagem pautada na garantia de direitos, que concede direitos socioeconômicos para imigrantes e refugiados, e lançou um novo regime migratório de vistos e permissões de residência, permitindo que qualquer estrangeiro, documentado ou indocumentado, solicite residência no Brasil, de acordo com diferentes alternativas migratórias estabelecidas.

O ACNUR dedica atenção especial à população venezuelana devido ao crescente

fluxo de venezuelanos que chegam no Brasil. Com efeito, dos 33.866 pedidos de refúgio apresentados à Polícia Federal do Brasil em 2017, 17.865 (aproximadamente 53%) foram apresentados por venezuelanos. Essa tendência continuou em 2018, uma vez que até novembro 51.433 pedidos de refúgio foram apresentados por venezuelanos, representando aproximadamente 64% do total de 80.057 solicitações de refúgio que haviam sido apresentadas à Polícia Federal do Brasil até dezembro de 2018.

Uma pesquisa de 2017 encomendada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) com o apoio do ACNUR⁸ revelou o perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos que vivem na cidade de Boa Vista, ao entrevistar 664 venezuelanos. Dos

8 SIMÕES, Gustavo da Frota et al. Perfil Sociodemográfico e Laboral da imigração venezuelana no Brasil. Curitiba: CRV, 2014.

entrevistados, 72% tinham entre 20 e 39 anos, 59,1% não tinham parceiro (incluindo viúvos e divorciados) e 53,2% vieram para o Brasil sem família. Em termos educacionais, 46,1% tinham concluído o Ensino Médio ou não concluíram o Ensino Superior, enquanto 31,9% tinham concluído alguma forma de Ensino Superior com diplomas de graduação (28,4%) ou certificados de pós-graduação (3,5%). Quanto às experiências de trabalho, 35,4% estavam desempregados, 31,7% eram autônomos e apenas 28,4% estavam empregados. Dos que obtiveram algum tipo de emprego, apenas 47% possuíam carteira de trabalho. Aproximadamente 52% trabalhavam mais de 40 horas por semana, 50,4% ganhavam menos de um salário mínimo e 29,7% tinham sofrido alguma forma de discriminação no seu local de trabalho. 77% declararam que estariam dispostos a participar da interiorização se o governo apoiasse o processo e quase 80% associaram a sua vontade de serem realocados à possibilidade de obterem emprego.

O mesmo estudo aponta que a população indígena Warao mantém uma divisão de trabalho baseada em gênero, onde a mendicância é principalmente uma atividade feminina e onde os homens vendem artesanato e/ou trabalham informalmente. Muitas crianças indígenas tinham pouco acesso à educação pública devido à falta de documentação e ao baixo conhecimento da língua portuguesa. A pesquisa destaca os indígenas que vivem nas ruas, com pouco acesso a serviços públicos, e expostos a várias vulnerabilidades, como violência e doenças. Essas vulnerabilidades foram atenuadas pelo trabalho realizado pela sociedade civil, cujos esforços forneceram alimentação e oportunidades de estudo às crianças. Apesar das dificuldades enfrentadas em Roraima, a maior parte

das pessoas indígenas expressou pouca vontade em ser realocada.

Dada a pressão exacerbada sobre o estado de Roraima causada pelo fluxo maciço de venezuelanos que ali se instalam, o ACNUR tem trabalhado junto ao Governo do Brasil (GoB) e de outras Agências da ONU desde abril de 2018 para encontrar soluções e para responder à crise humanitária. A principal resposta tem sido a transferência voluntária de venezuelanos de Roraima para outros estados no Brasil, comumente conhecida como “Interiorização”.

O Exército Brasileiro está coordenando a Operação Acolhida em Roraima por delegação do Comitê Federal de Assistência Emergencial⁹. Como parte dessa operação, o Exército, juntamente com outros Ministérios do Governo Federal, o ACNUR e outras Agências da ONU, administra o Posto de Triagem (PTRIG) em Pacaraima, município limítrofe com a Venezuela, através do qual a maioria dos venezuelanos chega ao país, e outro PTRIG em Boa Vista. O Exército é responsável por fornecer infra-estrutura, alimentação e segurança aos 13 centros de recepção localizados em Roraima, 9 dos quais estão sendo administrados pelo ACNUR e seus parceiros implementadores por meio de um Acordo de Cooperação firmado com o Ministério da Cidadania. O ACNUR registra e perfila todos aqueles que desejam ser interiorizados, mapeando vagas em abrigos e apoiando a sociedade civil para acolhê-los e integrá-los. O programa de interiorização possui três modalidades diferentes: “abrigo-a-abrigo”, “emprego” e “reunião familiar”.

O programa depende da existência de vagas em abrigos públicos e privados localizados nas cidades de destino. Cada abrigo oferece até três meses de

⁹ Criado pela Lei nº 13.684/2018 e regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 9.286/2018.

permanência para facilitar a inclusão socioeconômica dos acolhidos e gerar mais vagas a fim de dar continuidade ao programa de realocação. Os Centros de Recepção são incentivados a adotar estratégias de trabalho que beneficiem venezuelanos através da promoção de oportunidades de geração de renda e da autossuficiência. Além disso, o ACNUR, juntamente com outras Agências da ONU, apoia os venezuelanos transferidos de Roraima para outros estados brasileiros com aulas de português, formação profissional e acesso ao emprego. O ACNUR apoia diretamente abrigos e atividades de integração implementadas por parceiros e implementa uma estratégia de Assistência Financeira (CBI) para aumentar as oportunidades de acesso à moradia para os venezuelanos realocados.

O perfil dos venezuelanos interiorizados foi analisado pelo ACNUR através de uma amostra populacional de 1059 indivíduos, selecionados com base na sua idade (18-59 anos), o que os torna aptos para serem inseridos no mercado de trabalho. Dessa população, 60% eram homens e 40% eram mulheres. 24% dos homens concluíram o Ensino Fundamental, 61% o Ensino Médio, 5% os Estudos Técnicos e 9% o Ensino Superior. Essas pessoas possuem um nível de escolaridade superior ao da média brasileira, sendo que 61% concluíram o ensino médio, contra 30,4% dos brasileiros, como mostram as estatísticas de 2018 do IBGE¹⁰. As mulheres têm maior índice de conclusão do ensino superior do que os homens, com uma participação de 13%, mas têm menor índice de conclusão do ensino médio, com uma representação de 51%.

10 Este número reflete o nível educacional das pessoas com 25 anos de idade ou mais, combinando as categorias de ensino médio completo e ensino superior incompleto. Fonte: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/77295>>

As pessoas interiorizadas são na sua maioria jovens, uma vez que quase 46% têm entre 18 e 28 anos de idade, e outras 35% têm entre 29 e 39 anos. Essas pessoas foram interiorizadas principalmente em grupos, com 88% das mulheres e 54% dos homens tendo sido realocados juntamente com membros da família. Os grupos familiares são predominantemente compostos por um ponto focal com 1 a 3 familiares, como demonstrado em 57% dos casos. Aproximadamente 46% dos homens estavam desacompanhados no momento da sua interiorização no país, um número que contrasta fortemente com os 12% de mulheres sós. Suas experiências de trabalho são variadas. Cerca de 26% dos homens declararam ter trabalhado como motoristas, mecânicos, faxineiros e caixas, outros 23% afirmaram ter trabalhado com construção civil, seguidos por 10% que trabalharam como cozinheiros, auxiliares de cozinha e açougueiros, e outros 8% tinham trabalhado como técnicos. Aproximadamente 20% das mulheres trabalharam como secretárias, caixas, recepcionistas e faxineiras, outros 11% declararam ter experiência com vendas, 11% trabalharam como cozinheiras, padeiras ou auxiliares de cozinha e outros 9% trabalharam como empreendedoras

Dados coletados em 2017 divulgados pelo Comitê Nacional de Refugiados (CONARE) indicam um perfil extremamente diversificado de refugiados reconhecidos vivendo no Brasil, representados por mais de 80 nacionalidades. Entre eles, sírios, congoleses, colombianos e palestinos estavam em maior número. Ao final de 2017, 52% dos refugiados residiam no estado de São Paulo, 17% moravam no estado do Rio de Janeiro e 8% no estado do Paraná. Nesse sentido, há uma concentração de refugiados na região sudeste do Brasil, a região mais rica do país. Ao final de 2017, dos 10.145 refugiados reconhecidos vivendo no Brasil,



© ACNUR/Victor Moriyama

70% eram homens e 30% eram mulheres¹¹. Outros 1.081 indivíduos foram reconhecidos como refugiados em novembro de 2018, atingindo o marco de 11.226 reconhecimentos pelo GoB até aquela data.

O perfil dos refugiados foi analisado por meio de um estudo encomendado pelo ACNUR sobre a condição socioeconômica dos refugiados no Brasil, que foi iniciado em 2018, tendo realizado 487 entrevistas com refugiados em 14 cidades localizadas em 8 estados brasileiros. A maior parte dos entrevistados era composta por sírios (153) e congolese (116). 88% tinham entre 18 e 49 anos de idade, quase 96% viviam em cidades equipadas com serviços públicos

e 91% afirmaram ter amigos brasileiros. Quanto à escolaridade, 50% tinham concluído o ensino médio e 34% tinham concluído o ensino superior. Em relação à inserção laboral, quase 58% tinham obtido alguma forma de emprego e desses, 68% trabalhavam em áreas não relacionadas à sua formação profissional. 25% estavam fora do mercado de trabalho. Aproximadamente 73% de todos os entrevistados trabalhavam mais de 40 horas semanais¹².

Dos 392 entrevistados que forneceram informações relacionadas à renda familiar total, quase 80% ganham menos de R\$3.000 – sendo que 30% afirmaram ganhar menos de R\$1.000 - , 21% ganham mais de

11 Para maiores informações, acesse: http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continua-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf

12 Vale ressaltar que a legislação trabalhista brasileira estabelece a carga horária semanal máxima de 44 horas de trabalho.

R\$3.000 e 4% ganham mais de R\$5.000. As pessoas entrevistadas listaram algumas barreiras ao acesso a oportunidades de emprego no Brasil, com 95 mencionando o racismo, 18 referindo-se à falta de serviços de creche e 54 à falta de documentação, enquanto a falta de recursos financeiros também foi identificada por 93 refugiados como um obstáculo para obter emprego. Cerca de 91% viviam em casas alugadas, 7% eram proprietários de suas residências e menos de 2% viviam em casas cedidas. 67% afirmam não dispor de meios financeiros para cobrir os seus gastos com habitação.

Embora a Lei Brasileira de Refúgio garanta aos refugiados e aos solicitantes de refúgio o direito ao trabalho, o que representa uma grande vantagem, existem barreiras práticas que dificultam o acesso das populações de interesse do ACNUR ao mercado de trabalho. Um estudo de mercado sobre oportunidades de subsistência para refugiados e migrantes iniciado em 2018, patrocinado pela OIT e conduzido em colaboração com o ACNUR, foi conduzido por meio de amostragem nas cidades de São Paulo, Boa Vista, Manaus e Porto Alegre, e identificou desafios enfrentados por migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados que prejudicam as suas capacidades de prosperar nas cidades brasileiras. O acesso ao trabalho é especialmente difícil devido às instabilidades econômicas no país, ao baixo domínio da língua portuguesa por parte das PoC, à falta de programas de capacitação profissional e/ou desconhecimento a respeito de tais cursos, às dificuldades em revalidar diplomas, ao fato de que agências de colocação profissional não estão habituadas a lidar com PoC, aos sistemas descentralizados de colocação profissional em todo o país e ao difícil acesso a creches. Aqueles que desejam empreender são prejudicados pelo desconhecimento

acerca das formalidades necessárias para registrar empresas e pelas restrições regulamentares que dificultam o seu acesso ao crédito e ao microcrédito, como a requisição de documentos ao exemplo de comprovante de residência permanente.

Vale salientar que os entrevistados se queixaram do difícil acesso aos serviços oferecidos por agências de recrutamento, o que incentiva o uso de métodos informais de busca por emprego que são ineficazes e muitas vezes perigosos, particularmente para as mulheres. Quando estes serviços são disponibilizados por ONGs, as ofertas de emprego são descentralizadas e descoordenadas, anunciadas apenas quando a oferta é apresentada e de forma ad hoc. Os entrevistados demonstraram desconhecimento acerca da existência de organizações capazes de capacitá-los para a inserção no mercado de trabalho, como o SENAC e o SEBRAE, e de seus direitos trabalhistas. Faltam também informações por parte do setor privado sobre as especificidades dos processos de contratação de refugiados e migrantes.

No que diz respeito a assistência social, os refugiados têm direito a acessar os mesmos programas sociais que os brasileiros, em especial o Bolsa-Família. A principal porta de entrada para os benefícios sociais é o Cadastro Único Para Programas Sociais (*CadÚnico*). Em 2018, 86.175 estrangeiros estavam inscritos no CadÚnico e 36.375 tinham acesso ao Bolsa-Família. Similarmente ao tema do emprego, no entanto, embora a legislação brasileira não apresente barreiras legais que bloqueiem o acesso à assistência social, existem impedimentos práticos ao exercício desse direito. A supracitada avaliação da condição socioeconômica dos refugiados reconhecidos realizada em 2018 indica que apenas 14,7% tinham acesso ao Bolsa-Família, enquanto 82,2% optaram por não

informar se tinham acesso a algum benefício social, o que pode indicar desconhecimento da existência de tais programas.

No que diz respeito a soluções duradouras, a integração local é a alternativa mais promissora e, atualmente, aparenta ser a única forma pela qual refugiados e solicitantes de refúgio poderão ter acesso a ditas soluções no Brasil. Nenhuma atividade de reassentamento para o Brasil foi realizada em 2018, porém, o GoB planeja receber até 28 refugiados em 2019, de nacionalidades da guatemateca, salvadorenha e hondurenha que se encontram no Panamá. Estas ofertas de reassentamento são apenas para grupos familiares. Atualmente, o repatriamento não é priorizado pela operação dada a continuidade das instabilidades nos países de origem das PoC. No entanto, considerando a possibilidade de uma solução pacífica para as instabilidades políticas na Venezuela, o ACNUR poderá envolver-se no repatriamento voluntário de venezuelanos até 2021.

A Operação do ACNUR no Brasil selecionou intervenções programáticas principalmente através de seus parceiros implementadores que atuam nos seguintes estados brasileiros: São Paulo (“Cáritas”, ONG “Compassiva”, ONG “I Know My Rights – IKMR”), Rio de Janeiro (“Cáritas”), Paraná (“Cáritas”), Rio Grande do Sul (“Associação Padre Antônio Vieira” - ASAV), Distrito Federal (“Instituto Migrações e Direitos Humanos” - IMDH), Amazonas (“Cáritas”), Roraima (ONG “Federação Humanitária Internacional” – FRATERNIDADE, “Associação Voluntários para o Serviço Internacional” (AVSI), “Norwegian Refugee Council” (NRC), “IMPACT” e “Jesuítas” - SJMR), e a ONG Aldeias Infantis, atuante em diversos estados. Recentemente, novos parceiros implementadores do ACNUR passaram a apoiar a Operação Acolhida, como a

ADRA, a Missão Paz e o Instituto Mana.


As ONGs Aldeias Infantis, Caritas São Paulo, Caritas Rio de Janeiro, Caritas Paraná, ASAV, Caritas Manaus e IMDH têm recebido financiamento do ACNUR para implementar nossa estratégia de CBI. Estas organizações têm fornecido assistência financeira multipropósito (MPG) para as PoC mais vulneráveis a fim de ajuda-las a satisfazer suas necessidades básicas e outros tipos de assistência financeira para suprir necessidades mais específicas. Em 2018, 3.229 MPGs foram concedidos a 4.116 beneficiários. Em Manaus, 266 famílias venezuelanas interiorizadas receberam CBI para pagar seu aluguel e para cobrir suas despesas domésticas. No total, mais de 9.300 pessoas foram beneficiadas pelo programa de assistência financeira no país.

Além disso, até abril de 2019, o ACNUR já havia apoiado mais de 260 venezuelanos interiorizados através da modalidade “Emprego”¹³, através de bolsas fornecidas apenas pontualmente a fim de ajudá-los com suas despesas iniciais em seu primeiro mês na nova cidade, antes de terem recebido seus primeiros salários.

¹³ Esta modalidade transfere os venezuelanos para cidades em todo o Brasil onde lhes foram oferecidas oportunidades de emprego.



© ACNUR/Diogo Felix

An aerial photograph of a refugee camp. The camp is built using yellow and blue shipping containers. The ground is dry and dusty. Several people, including children, are visible in the open spaces between the containers. Long shadows are cast across the ground, indicating it is either early morning or late afternoon. The overall scene depicts a makeshift living environment in a harsh, arid climate.

3.

ANÁLISE DE SITUAÇÃO



UNHCR
ACNUR
Ayudando a quien más lo necesita

3.

ANÁLISE DE SITUAÇÃO

3.1. TRABALHO NO PAÍS DE ASILO

A Lei Brasileira de Refúgio (Lei nº 9.474/97) prevê o trabalho regulamentado para refugiados e solicitantes de refúgio. No entanto, existem barreiras que dificultam o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho, que vão além dos outros desafios que afetam toda a população brasileira.

O principal documento de acesso a emprego é a Carteira de Trabalho e Previdência social (CTPS), que é acessível aos refugiados (mediante apresentação da carteira de identidade de estrangeiro) e aos solicitantes de refúgio (mediante apresentação do protocolo provisório de solicitação de refúgio). De acordo com o Decreto nº 9.277/2018, os solicitantes de refúgio têm acesso a uma carteira de identidade provisória, o que facilita não só o seu acesso à carteira de trabalho, mas também elimina as suspeitas que muitos empresários têm acerca da fragilidade do protocolo provisório como documento de identidade.

Os serviços públicos de colocação profissional são oferecidos exclusivamente por estados e municípios, em conformidade com as orientações do Ministério da Economia. O Sistema Nacional de Emprego (SINE) é responsável pela coordenação das diversas iniciativas dos estados e municípios e, através deste sistema, as Agências Públicas de Emprego de todo o

país tornam-se interligadas. O Ministério da Economia possui uma plataforma online denominada “Emprega Brasil”, que visa facilitar a obtenção de empregos, e outra plataforma chamada “Escola do Trabalhador”, que oferece treinamentos profissionalizantes gratuitos online.

O papel das agências de emprego continua sendo importante, pois é nestes locais que, em teoria, o trabalhador recebe orientação sobre como se preparar para uma entrevista de emprego, sobre os seus direitos e deveres e também recebe uma carta de encaminhamento para o empregador, tornando o processo seletivo mais eficaz. O sistema possui cerca de 1.600 postos cadastrados em todo o país.

No entanto, a prática tem demonstrado que, no caso dos refugiados, estas agências não estão, na sua maioria, preparadas para lidar com as demandas trabalhistas das PoC, seja em razão de diferenças linguísticas, culturais e administrativas, ou devido à falta de treinamento e conscientização de seus funcionários. Nesse sentido, a Unidade de Meios de Vida tem trabalhado para desenvolver as capacidades de algumas dessas agências para que elas possam melhor atender as PoC, como é o caso do Centro de Apoio ao Trabalho (CAT) Luz, em São Paulo-SP.

Existem múltiplas agências de emprego privadas, as quais são frequentemente utilizadas pela maioria dos trabalhadores com qualificações médias ou elevadas. Algumas destas agências são parceiras do ACNUR e têm alcançado certo êxito em encontrar emprego para refugiados, como é o caso da Agência “Projeto RH”. No entanto, estas são, em sua maioria, plataformas eletrônicas através das quais os refugiados se registam e consultam as ofertas de emprego sem, contudo, receberem qualquer preparação



© ACNUR/Alan Azevedo

para o mercado de trabalho. Além disso, outras organizações também se dedicam a atividades de encaminhamento para vagas de emprego, o que aumenta as chances que PoC possuem de encontrar emprego, ao exemplo do PARR (Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados).

Os cursos de capacitação técnica no Brasil são realizadas principalmente através do Sistema “S”, que é composto por instituições semiprivadas que recebem financiamento de empresas privadas. As principais instituições desse Sistema são o SENAI (Indústria), SENAC (Comércio), SENAT (Transporte) e SENAR (Agricultura). Além de mapearem anualmente as demandas das empresas por profissionais a partir de uma lógica de setores econômicos, essas instituições planejam a oferta de cursos. É importante notar que há uma cota de cursos gratuitos que essas instituições podem oferecer. Além disso, existem outras instituições que oferecem cursos profissionalizantes privados, incluindo vários sindicatos de trabalhadores.

O Sistema “S” oferece excelentes oportunidades para refugiados porque disponibiliza cursos profissionalizantes, bem como aulas de português para estrangeiros. Portanto, é fundamental para o ACNUR que sejam estabelecidas parcerias com as instituições do Sistema “S” em estados com maior presença de refugiados para que estes possam ter acesso a cursos gratuitos. O SEBRAE é a instituição semiprivada que apoia o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil. Essa instituição possui agências por todo o país e, além de oferecer cursos, também presta consultoria a pequenos empreendedores. Nesse sentido, o SEBRAE é um parceiro vital que vem apoiando a formação de muitos empresários refugiados.

Para que tenham acesso a emprego, refugiados e solicitantes de refúgio precisam possuir uma Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), que é válida por um ano para os solicitantes de refúgio (sendo este o mesmo período de validade do protocolo provisório de solicitação de

refúgio). No entanto, ambos os documentos são renováveis por períodos sucessivos de um ano até que a decisão do CONARE seja tomada. Tanto os solicitantes de refúgio quanto os refugiados têm direito a buscar seguro-desemprego no Brasil. Esse benefício é acessível àqueles que tenham trabalhado no mercado de trabalho formal por pelo menos 18 meses em um período de 24 meses, correspondendo a um valor de um a três salários mínimos que podem ser pagos por entre três e cinco meses. O seguro-desemprego representa um importante atenuador dos impactos do desemprego pois oferece uma fonte de sustento por meio da qual refugiados e solicitantes de refúgio podem se beneficiar enquanto buscam por outro emprego.

A Lei Trabalhista brasileira prevê uma série de direitos para os trabalhadores assalariados, tais como férias anuais remuneradas com remuneração superior a 1/3 sobre o salário, descanso semanal pago, preferencialmente aos domingos, 13º salário (pagamento de um salário extra ao trabalhador no final do ano) e proteção contra acidentes e doenças ocupacionais. Todos os trabalhadores assalariados são obrigatoriamente inscritos na Previdência Social, efetuando pagamentos mensais ao sistema previdenciário. As empresas também contribuem para a manutenção do sistema. Enquanto estiver segurado pela Previdência Social, o trabalhador estará protegido e poderá receber benefícios como seguro de acidentes de trabalho, aposentadoria por invalidez, por tempo de contribuição ou por idade. Dadas as garantias existentes, o acesso ao mercado de trabalho formal para refugiados e solicitantes de refúgio que possuem um perfil adequado para emprego assalariado é muito importante.

No entanto, a obtenção de emprego em empresas pode ser um desafio para

PoC e migrantes, já que as empresas tendem a assumir posturas receosas ao considerar a contratação desses indivíduos devido ao medo de serem penalizadas por não cumprirem com processos de contratação, ao exemplo do eSocial. O design desta plataforma permite que as empresas mantenham o governo informado sobre suas responsabilidades fiscais, previdenciárias e trabalhistas, e garante que as empresas registrem os seus funcionários, fornecendo as informações pessoais das PoC tais como nome, número da identidade e data de nascimento. No entanto, os empregadores não podem registrar os solicitantes de refúgio (portadores de Protocolo de Solicitação de Refúgio) na Plataforma eSocial porque seu número de identidade é mais extenso do que o dos cidadãos brasileiros. Esta impossibilidade de registrar identidades induz os empregadores a acreditar que não estão autorizados a contratar solicitantes de refúgio. No entanto, uma nota explicativa emitida pela Receita Federal em 2016¹⁴ esclarece as complexidades associadas à contratação de solicitantes de refúgio, confirmando que esses indivíduos são elegíveis para serem registrados na plataforma.

O acesso à informação sobre direitos e deveres é crucial para os refugiados, porque o desconhecimento dos seus direitos os torna mais vulneráveis a exploração no mercado de trabalho. Nesse sentido, é de grande importância que as PoC procurem os sindicatos de suas categorias profissionais e os Escritórios do Ministério da Economia para que possam receber orientação e, em casos de violação de direitos, para que possam apresentar queixas junto aos Escritórios do Ministério da Economia e junto

14 Ministério da Fazenda / Receita Federal. Não aceitação do Protocolo de Refúgio para cadastramento no eSocial. Nota Digid/Cofis nº 105, 21 de novembro de 2016.

ao Ministério Público do Trabalho ou mesmo junto aos Sindicatos dos Trabalhadores. Em todos os casos, o trabalhador (incluindo refugiados e solicitantes de refúgio) pode recorrer à Justiça do Trabalho para iniciar uma ação judicial contra a empresa que supostamente violou os seus direitos.

A situação de trabalhadores autônomos pode ser caracterizada por trabalhadores informais e/ou trabalhadores empreendedores, por prestadores de serviços individuais, trabalhadores de cooperativas, trabalhadores em um sistema de economia solidária (autogestão de empresas, sistema de trabalho coletivo) e microempreendedores individuais (MEI). Os trabalhadores informais não estão contemplados pelas Leis Trabalhistas e não gozam dos mesmos direitos daqueles que encontram-se formalmente empregados. No entanto, poderão acessar os benefícios da Previdência Social caso contribuam para este sistema. Os refugiados dedicam-se principalmente ao trabalho informal devido às dificuldades associadas à obtenção de empregos formais. Não obstante, apesar das dificuldades e riscos associados ao trabalho autônomo, os refugiados que possuem um perfil empresarial tendem a tornar-se autossuficientes. Aqueles que trabalham em cooperativas ou como autônomos podem alcançar o mesmo resultado se tiverem habilidades de gestão adequadas. Assim, a capacitação de refugiados para trabalharem como autônomos é importante, quer sejam pessoas empreendedoras, em trabalho cooperativo ou com atuação no ramo empresarial.

A coleta sistemática de informações sobre o mercado de trabalho reveste-se de uma importância fundamental para o êxito das nossas iniciativas. O ACNUR tem se aproximado da Cátedra Sérgio Vieira de Mello e da ObMigra em busca de parcerias para que tenha acesso a informações atualizadas sobre a evolução do mercado

de trabalho para refugiados, que podem ser obtidas através do cruzamento de informações existentes entre os sistemas mantidos por essas entidades¹⁵. Além disso, o ACNUR apoia um estudo sobre a situação socioeconômica dos solicitantes de refúgio que está sendo conduzido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Os empregos formais para refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil geralmente têm um perfil profissional baixo, o que faz com que as PoC atuem nos setores de limpeza e manutenção, construção, como operadores de linha de produção, como atendentes em restaurantes e, de maneira geral, no comércio. Além disso, alguns setores específicos se especializaram na contratação de pessoas estrangeiras, como os matadouros de animais.

A maioria dos refugiados e solicitantes de refúgio que possuem qualificações acadêmicas e profissionais elevadas não encontra emprego em suas áreas de atuação profissional. A dificuldade de revalidar seus diplomas e certificados técnicos, bem como de se cadastrarem em serviços de assessoramento profissional impõe grandes obstáculos no que concerne o acesso das PoC a empregos adequados à sua formação acadêmica. A obtenção de emprego formal é especialmente difícil para as mulheres, uma vez que diversas profissões tendem a ser dominadas por homens em virtude da

¹⁵ A Cátedra Sérgio Vieira de Mello é uma iniciativa do ACNUR em cooperação com Universidades Brasileiras e o CONARE (Comitê Nacional para Refugiados). Por meio desse acordo de cooperação, o ACNUR estabelece um Termo de Referência com objetivos e responsabilidades para a inserção de três linhas de ação: educação, pesquisa e extensão. Além de promover a educação universitária sobre questões relacionadas ao refúgio, a Cátedra também visa promover a formação acadêmica de professores e estudantes sobre o mesmo tema. O trabalho direto com refugiados em projetos é também definido como uma alta prioridade destas parcerias.

sua força física. Muitas mulheres acabam por trabalhar exercendo funções domésticas, enquanto outras encontram emprego nos setores de comércio e serviços. As oportunidades de trabalho das mulheres tendem a expô-las a vulnerabilidades adicionais, particularmente quando envolvem trabalho doméstico, onde seus direitos trabalhistas não são respeitados e onde, em algumas situações, estão sujeitas a assédio sexual. Embora o trabalho doméstico tenha sido regulamentado pela Lei Complementar n. 150/2015, que equipara os direitos das trabalhadoras domésticas aos dos demais trabalhadores, este setor ainda apresenta altos índices de informalidade e as pessoas que nele trabalham continuam sujeitas a abusos. Vale ressaltar que as mulheres com filhos enfrentam obstáculos adicionais à integração no mercado de trabalho, uma vez que o acesso a serviços gratuitos de creche é limitado.

Muitas PoC trabalham no mercado informal, portanto, sem acesso a direitos trabalhistas, notadamente como vendedores ambulantes. Nessas situações, prevalecem

a baixa renda e os elevados índices de riscos ocupacionais (especialmente no que se refere a acidentes). Além disso, esses indivíduos estão sujeitos à apreensão de seus bens por parte do governo em cidades desprovidas de regulamentação que permita trabalhar informalmente nas ruas como vendedores ambulantes. O MEI trouxe garantias aos trabalhadores informais ao permitir que os vendedores se cadastrassem, o que exige o pagamento de uma pequena taxa mensal e permite que as pessoas se tornem seguradas pela Previdência Social, possibilitando assim que tenham acesso a benefícios como licença médica.

Diversos refugiados e solicitantes de refúgio que possuem qualificações profissionais elevadas tendem a empreender diante das diversas dificuldades que encontram durante sua busca por emprego formal em suas áreas de ocupação tradicional, passando a atuar especialmente com gastronomia, investindo em restaurantes especializados na cozinha típica dos seus países de origem. Isto é mais evidente entre os sírios.



© ACNUR/Victor Moriyama

3.2. ZONAS DE MEIOS DE VIDA

Dados divulgados pelo CONARE (2017) revelam que dos 10.145 refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro, 52% moravam no estado de São Paulo, 17% no estado do Rio de Janeiro e 8% no estado do Paraná. Os venezuelanos ingressam no Brasil sobretudo através do estado de Roraima, onde a maioria habita atualmente. Há também um grande número de venezuelanos vivendo na cidade de Manaus, com quase 11.500 solicitações de refúgio apresentadas à Polícia Federal nessa cidade.

Tendo em vista que os refugiados, os solicitantes de refúgio e as populações venezuelanas estão concentradas principalmente no Sudeste (sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro) e no Norte (especialmente em Boa Vista e em Manaus), esta Estratégia irá focar suas intervenções predominantemente nestas regiões. Detalhes sobre a economia e mercado de trabalho dessas regiões podem ser encontrados abaixo.

São Paulo é o estado mais rico do Brasil, responsável por 31,9% do PIB nacional (IBGE 2017). A cidade de São Paulo contribui com 11% do PIB nacional e tem uma economia diversificada composta por atividades industriais, sendo a fabricação de produtos alimentícios a sua principal ocupação, seguida pela produção de insumos químicos, petrolíferos e de biocombustíveis, automóveis, máquinas e equipamentos, armazenagem e serviços logísticos, construção civil, comércio e por uma indústria turística bem consolidada. Essa variedade de atividades se traduz em abundantes oportunidades de trabalho para o nossas PoC, seja na indústria, na prestação de serviços ou no comércio em geral.

O Rio de Janeiro é o segundo maior PIB do país e teve sua economia retraída em 2,2% em 2017. Os setores industrial e de serviços encolheram consideravelmente no

período, em 1,2% e 3,7%, respectivamente. Esses setores representaram 76,2% e 23,3% do PIB do Rio de Janeiro. Além disso, cabe ressaltar que três subsetores industriais tiveram bom desempenho no ano, a saber, Mineração (+3,2%), Manufatura (+4,8%) e Energia (+2,9%), e apenas a Construção Civil registrou queda de 9,4%¹⁶.

Roraima possui um dos menores PIB entre os estados brasileiros, com uma base produtiva composta principalmente por agricultura, pecuária e extrativismo. Como a população de Boa Vista corresponde a dois terços de Roraima, ela detém a maior parte da prestação de serviços públicos e oportunidades de emprego. A administração pública representa mais de 50% do mercado de trabalho, seguida pelo comércio, pelos setores de serviços e indústria, bem como por atividades agropecuárias.

Por fim, Manaus é a capital do estado do Amazonas e o principal centro urbano, financeiro e industrial da Região Norte do Brasil. É a cidade mais populosa da Amazônia, com mais de 2 milhões de habitantes, assumindo, portanto, um papel significativo no turismo, educação, finanças, indústria, mídia, pesquisa, tecnologia e entretenimento em toda a região, sendo assim classificada como uma metrópole regional. Manaus possui um grande potencial de inserção laboral nos setores de comércio e serviços, principalmente nas áreas de turismo, hotelaria e alimentação. Além disso, esse potencial é ampliado pela florescente Zona Franca de Manaus, concebida como zona franca de importação e exportação e dotada de incentivos fiscais especiais, sendo uma importante força econômica na região amazônica.

16 Fundação Ceperj. Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro. PIB do Estado do Rio de Janeiro caiu 2,2% em 2017. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>. Acesso em 08 de março de 2019.

3.3. GRUPOS DE MEIOS DE VIDA SEUS RECURSOS

POPULAÇÕES DE PESSOAS REFUGIADAS E DE SOLICITANTES DE REFÚGIO				
	Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Capital Humano	<p>Os refugiados são predominantemente jovens: 88% dos entrevistados tinham entre 18 e 49 anos.</p> <p>Os refugiados são instruídos: 50% concluíram os seus estudos secundários e 34% concluíram os seus estudos universitários (refugiados entrevistados).</p> <p>Quase 90% dos refugiados entrevistados falam pelo menos dois idiomas, isto é, o português, além da sua língua materna.</p> <p>84% dos refugiados entrevistados desejam permanecer no país.</p> <p>57,5% dos refugiados entrevistados obtiveram algum tipo de trabalho.</p> <p>79% dos refugiados entrevistados estão dispostos a empreender.</p> <p>De acordo com parceiros que atuam com serviços de encaminhamento para vagas de emprego, as empresas de contratação reportam taxas de rotatividade mais baixas para os refugiados do que para os brasileiros.</p> <p>As PoC são flexíveis para adaptarem as suas preferências de modo a exercerem atividades que exigem baixa qualificação.</p>	<p>Pouco conhecimento sobre o mercado de trabalho brasileiro.</p> <p>20% dos refugiados entrevistados estavam desempregados</p> <p>Quase 22% dos refugiados entrevistados desejavam estudar no Brasil, mas não tinham recursos financeiros para fazê-lo.</p> <p>Apenas 14 dos refugiados conseguiram revalidar seus diplomas</p> <p>A falta de recursos financeiros dificulta o acesso à formação profissional.</p> <p>19% dos refugiados entrevistados não têm recursos financeiros para procurar emprego através de agências de emprego privadas.</p> <p>Dificuldades com o idioma por parte dos solicitantes de refúgio.</p>	<p>Os estudos de mercado indicam grandes oportunidades para refugiados no setor de hospitalidade em São Paulo.</p> <p>Espera-se que o Mercado de Trabalho no setor Hoteleiro tenha o maior crescimento para 2019 (estudo da OIT/ACNUR).</p> <p>As cidades que acolhem a maior parte dos refugiados oferecem muitas oportunidades para os empresários (por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro).</p> <p>As empresas estão adotando políticas de diversidade de maneira progressiva em seus processos de contratação.</p> <p>Uso do CBI para apoiar o acesso à educação e ao empreendedorismo para as PoC.</p> <p>Ampliação do financiamento à ONG Compassiva para aumentar os índices de revalidação de diplomas.</p> <p>A Cátedra Sérgio Vieira de Mello oferece às PoC oportunidades relacionadas à educação, assessoria jurídica e saúde.</p> <p>Alto número de ONGs trabalhando com as PoC</p> <p>Comitês Locais de Migrantes e Refugiados - crescente envolvimento dos governos locais na elaboração de políticas para esta população.</p>	<p>Elevadas taxas de desemprego e de informalidade no mercado que podem levar à exploração das PoC.</p> <p>Falhas e perdas de investimentos por parte de empresários refugiados.</p> <p>20% dos refugiados entrevistados relataram que a xenofobia afeta a busca por emprego.</p> <p>Burocracia na revalidação de diplomas e dificuldades no acesso a conselhos profissionais.</p> <p>O grande acúmulo de decisões de casos de RSD do CONARE obriga PoC a esperarem períodos excessivamente longos para que possam receber uma decisão final.</p>

	Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Capital Social e Poítico	<p>81% dos refugiados entrevistados afirmaram ter amigos brasileiros.</p> <p>92% dos refugiados entrevistados classificaram sua comunicação em português como satisfatória.</p> <p>Muitos dos refugiados entrevistados citaram a existência de redes sociais em suas comunidades.</p> <p>Existência de grupos organizados para a defesa e promoção dos direitos humanos e para influenciar políticas públicas.</p> <p>Existência de redes que reúnem amigos geralmente da mesma nacionalidade</p>	<p>Dificuldades culturais de adaptação às realidades brasileiras.</p> <p>Falta de informação relacionada ao acesso e à existência de serviços sociais e de assistência social pública.</p> <p>Falta de networking com brasileiros para solicitantes de refúgio recém-chegados.</p>	<p>Participação dos conselhos comunitários nas administrações das cidades (por exemplo, SP)</p> <p>Iniciativas de ONGs que promovem atividades voltadas à aproximação entre brasileiros e refugiados (ex.: Copa do Refugiado e Feiras Temáticas)</p> <p>Nova lei de migração que confere aos migrantes e refugiados o direito à liberdade de associação.</p> <p>Nova política do Ministério da Cidadania que promove a criação de Centros de Acolhimento para migrantes e refugiados.</p> <p>As PoC tem direito a igualdade de acesso aos serviços públicos e às políticas de assistência social que beneficiam os brasileiros.</p>	<p>Refugiados e imigrantes não podem exercer direitos políticos no Brasil.</p> <p>Intensificação do nacionalismo e da xenofobia em todo o país.</p> <p>Insegurança e violência em contextos urbanos.</p> <p>A xenofobia e/ou a falta de conhecimento por parte dos funcionários públicos em relação ao direito dos refugiados dificulta o acesso dos refugiados a serviços públicos.</p>
Capital Financeiro	<p>80% dos refugiados entrevistados têm contas bancárias</p> <p>7% dos refugiados entrevistados atingiram a total auto-suficiência econômica, o que lhes permite adquirir suas próprias residências.</p> <p>21% do rendimento familiar dos refugiados é superior a R\$3.000,00 e 4% ganham mais de R\$5.000,00.</p> <p>91% dos refugiados entrevistados vivem em casas alugadas.</p>	<p>25% dos refugiados entrevistados não trabalhavam.</p> <p>80% dos rendimentos familiares dos refugiados são inferiores a R\$3000,00 por mês.</p> <p>67% dos refugiados entrevistados afirmam não dispor dos recursos financeiros necessários para cobrir os seus custos de moradia.</p> <p>Quase 70% dos refugiados entrevistados enviam dinheiro para suas famílias no exterior.</p> <p>Os solicitantes de refúgio possuem difícil acesso a serviços bancários, e o acesso a contas poupança é ainda mais difícil.</p> <p>Falta de educação sobre gestão financeira.</p>	<p>Os serviços financeiros oferecidos pelo Banco do Brasil permitem que as PoC abram contas poupança.</p> <p>Bancos, a exemplo do Santander, manifestaram interesse em oferecer microcrédito para empreendedores refugiados.</p> <p>Novo Decreto para identificação de solicitantes de refúgio estabelece o direito a serviços bancários.</p> <p>Instituições como o CrediPaz relataram que refugiados e migrantes estão entre seus clientes mais confiáveis no que diz respeito a empréstimos de microcrédito (Estudo de Mercado da OIT e do ACNUR).</p> <p>A nova parceria do ACNUR com PSF irá ampliar a inclusão financeira dos beneficiários do CBI através do fornecimento de cartões pré-pagos.</p> <p>Refugiados e brasileiros têm igual acesso a programas públicos de transferência de renda.</p> <p>A estratégia de CBI do ACNUR oferece as PoC oportunidades para cobrirem necessidades básicas e investirem em atividades empresariais.</p>	<p>Taxas bancárias elevadas para operações financeiras.</p> <p>A requisição de comprovante de residência constitui um obstáculo ao acesso a serviços bancários.</p> <p>Continuidade da crise econômica e alta taxa de desemprego</p> <p>Risco de contrair dívida devido às altas taxas de juros no Brasil</p> <p>A falta de clareza nas diretrizes do Banco Central sobre o empréstimo de microcrédito a solicitantes de refúgio induz instituições financeiras a exigir que os estrangeiros possuam um documento RNM (Registro Nacional Migratório) para que possam ter acesso a microcrédito. (Estudo de Mercado da OIT e do ACNUR).</p> <p>A falta de acesso à informação sobre como se registrar como microempresário, juntamente com medidas regulamentares rigorosas que exigem um documento de declaração de imposto sobre o rendimento, incentiva o exercício da informalidade, expondo as empresas das PoC a riscos associados a esta irregularidade. (Estudo de Mercado da OIT e do ACNUR).</p>

3. ANÁLISE DE SITUAÇÃO

	Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Capital Físico	<p>A maioria dos refugiados vive em cidades equipadas com serviços públicos básicos e infraestruturas adequadas.</p> <p>70% dos refugiados entrevistados vivem em casas alugadas e 6% dos refugiados dispõem de casa própria</p>	<p>19% dos refugiados entrevistados compartilham suas casas com cerca de 5 a 9 pessoas.</p> <p>Custos elevados de moradia (aluguel) e transporte nas grandes cidades.</p> <p>Falta de políticas públicas por parte dos municípios para acolher indivíduos em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Os municípios estão engajados ativamente na criação de políticas destinadas a oferecer acolhimento a indivíduos em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Envolvimento com comissões que concebem políticas destinadas a integrar migrantes e refugiados.</p>	<p>Risco de viver nas ruas ou em favelas.</p>

POPULAÇÃO VENEZUELANA

	Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Capital Humano	<p>Os venezuelanos são em sua maioria jovens: 81% dos venezuelanos interiorizados têm entre 18 e 39 anos de idade.</p> <p>72% dos venezuelanos entrevistados tinham entre 20 e 39 anos de idade. (ACNUR e a pesquisa do perfil sociodemográfico dos venezuelanos de 2017, respectivamente)</p> <p>Interiorizados: 57% concluíram o ensino médio e outros 11% concluíram o ensino superior.</p> <p>46,1% dos venezuelanos entrevistados tinham concluído o Ensino Médio ou possuíam Ensino Superior incompleto e 31,9% tinham concluído alguma forma de Ensino Superior (pesquisa do perfil sócio-demográfico dos venezuelanos de 2017).</p> <p>Quase 60% dos venezuelanos tinham uma fonte de renda (emprego e auto-emprego) e 14,6% desejavam se tornar empresários (pesquisa do perfil sociodemográfico dos venezuelanos de 2017).</p>	<p>Falta de conhecimento sobre as especificidades do mercado de trabalho brasileiro.</p> <p>A falta de acesso financeiro dificulta o ingresso em capacitação vocacional.</p> <p>Qualificações profissionais e acadêmicas dos venezuelanos não são reconhecidas no Brasil.</p>	<p>Competências linguísticas para trabalhar no mercado de trabalho da hotelaria, que deverá registrar o maior crescimento em 2019.</p> <p>64% dos venezuelanos foram interiorizados para cidades no Sul e no Sudeste do Brasil, cujas robustas economias oferecem muitas oportunidades de trabalho (por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro).</p> <p>As empresas estão adotando cada vez mais políticas de diversidade em seus processos de contratação.</p> <p>Possível uso de CBI para apoiar Venezuelanos a inserirem-se no mercado de trabalho e a se tornarem auto-suficientes.</p> <p>Ampliação do financiamento à ONG Compassiva para aumentar os índices de revalidação de diplomas de venezuelanos.</p> <p>As empresas estão se tornando cada vez mais conscientizadas sobre a situação vivenciada pelos venezuelanos e estão oferecendo empregos para essas pessoas.</p> <p>Nova modalidade de interiorização baseada em ofertas de emprego para venezuelanos que vivem em Roraima</p>	<p>Altas taxas de desemprego e informalidade no mercado de trabalho que podem levar à exploração dos trabalhadores venezuelanos.</p> <p>A xenofobia tem impacto no acesso dos venezuelanos ao mercado de trabalho.</p> <p>O trabalho de baixa remuneração dificulta a capacidade dos venezuelanos de satisfazerem as necessidades dos seus núcleos familiares.</p> <p>28% de taxa de emprego formal para os venezuelanos em Boa Vista.</p> <p>50% dos venezuelanos entrevistados em Boa Vista ganham menos de um salário mínimo.</p>

	Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Capital Social e Político	<p>A comunicação em português é mais fácil do que para a maioria das PoC.</p> <p>Os venezuelanos entrevistados em Boa Vista mencionaram a existência de redes sociais, o que facilita a divulgação de oportunidades de emprego. (pesquisa do perfil sociodemográfico dos venezuelanos de 2017).</p> <p>Menos dificuldades de adaptação às realidades culturais do Brasil em comparação com aqueles que não são oriundos da América do Sul.</p> <p>As PoC têm direito de acesso aos serviços públicos e às políticas de assistência social da mesma forma que os brasileiros.</p> <p>Parceiros como PARR e Compassiva têm ressaltado a falta de networking das PoC nos ambientes profissionais.</p> <p>Existência de associações de venezuelanos com a participação de recém-chegados e/ou de pessoas advindas de diásporas anteriores.</p> <p>Falta de informação relacionada ao acesso e à existência de serviços públicos de assistência social.</p>	<p>Apesar dos esforços para interiorizar os venezuelanos de Roraima, há um número limitado de abrigos em outras cidades. Além disso, os venezuelanos interiorizados espontaneamente não têm acesso à maioria desses abrigos.</p> <p>Redes sociais fortalecidas (Igrejas, Grupos Comunitários, etc.) que resultam em melhores resultados de vida.</p> <p>Projetos que promovem a coexistência pacífica entre venezuelanos e brasileiros (por exemplo, feiras de alimentos, corrida de Manaus).</p> <p>Nova política do Ministério da Cidadania que promove a criação de Centros de Acolhimento para migrantes e refugiados.</p> <p>Existência de centros de acolhimento em Roraima e em outras cidades brasileiras que visam abrigar os venezuelanos.</p> <p>Nova lei de migração que confere aos migrantes e refugiados o direito à liberdade de associação.</p> <p>Interesse da Confederação Nacional de Municípios (CNM) em apoiar a realocação de venezuelanos.</p>	<p>Existência do programa voluntário de interiorização com o objetivo de transferir os venezuelanos de Roraima para outros estados brasileiros com melhores perspectivas de integração econômica.</p> <p>Refugiados e migrantes não podem exercer direitos políticos no Brasil.</p> <p>Intensificação do nacionalismo e da xenofobia em todo o país.</p> <p>Insegurança e violência em contextos urbanos.</p> <p>Nova lei trabalhista.</p>	<p>Xenofobia e/ou falta de conhecimento por parte de funcionários públicos relacionados à lei de migração dificulta o acesso dos venezuelanos a serviços públicos.</p> <p>Falta de centros de recepção para abrigar venezuelanos fora de Roraima.</p> <p>Envolvimento reduzido dos Municípios no acolhimento de venezuelanos interiorizados.</p> <p>Risco de se tornarem vítimas de tráfico humano, bem como de outras formas de exploração, devido à sua situação de vulnerabilidade</p>

3. ANÁLISE DE SITUAÇÃO

	Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Capital Financeiro	<p>38,7% dos venezuelanos interiorizados monitorados pelo ACNUR obtiveram emprego (até dezembro de 2018).</p>	<p>A maior parte das oportunidades de emprego tem origem no sector informal, que tende a oferecer salários mais baixos e incertos (muitas vezes inferiores a um salário mínimo).</p> <p>100% dos venezuelanos em Boa Vista enviam dinheiro de volta para a Venezuela e 50,4% dos entrevistados venezuelanos recebem menos de um salário mínimo pelo seu trabalho (pesquisa do perfil sociodemográfico dos venezuelanos de 2017).</p> <p>Acesso limitado a serviços bancários.</p> <p>Falta de formação em gestão financeira.</p> <p>Poucos ativos econômicos quando chegam ao país.</p> <p>A falta de ativos financeiros induz venezuelanos a sustentarem cargas de trabalho pesadas.</p>	<p>Os serviços financeiros oferecidos pelo Banco do Brasil permitem que as PoC abram contas poupança.</p> <p>Novo Decreto para carteira de identidade para solicitantes de refúgio consagra direito a serviços bancários.</p> <p>Nova parceria do ACNUR com PSFs aumentará a inclusão financeira dos beneficiários de CBI.</p> <p>A estratégia de CBI do ACNUR oferece a PoC oportunidades para suprirem necessidades básicas e para investirem em atividades empresariais.</p>	<p>Taxas bancárias elevadas para operações financeiras.</p> <p>A falta de comprovante de residência dificulta o acesso a serviços bancários.</p> <p>Continuidade da crise econômica e alta taxa de desemprego.</p> <p>Risco de contraírem dívidas devido às altas taxas de juros no Brasil.</p> <p>A falta de clareza das diretrizes do Banco Central sobre o empréstimo de microcrédito a solicitantes de refúgio induz instituições financeiras a exigirem que os estrangeiros possuam um documento RNM (Registro Nacional Migratório) para que possam ter acesso a esse microcrédito. (Estudo de Mercado da OIT e do ACNUR).</p> <p>A falta de acesso à informação sobre como se registrar como microempresário, juntamente com medidas regulamentares rigorosas que exigem um documento de declaração do imposto sobre o rendimento, incentiva o exercício da informalidade, expondo as empresas das PoC a riscos associados a esta irregularidade. (Estudo de Mercado da OIT e do ACNUR).</p> <p>Os meios informais de transferência financeira para a Venezuela impõem riscos de perda de ativos.</p>
Capital Físico	<p>Os venezuelanos são interiorizados para cidades equipadas com serviços públicos básicos e com infraestruturas adequadas.</p> <p>Os venezuelanos interiorizados têm acesso temporário a acolhimento (máximo de 3 meses) fornecido por parceiros do ACNUR, municípios ou ONGs.</p>	<p>Altos custos de moradia (aluguel) e transporte nas grandes cidades.</p> <p>Escassez de vagas em abrigos públicos</p> <p>Venezuelanos vivem nas ruas de Roraima e Manaus por falta de acesso a moradia</p>	<p>Os municípios estão comprometidos com a elaboração de políticas voltadas para o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Envolvimento com comissões que concebem políticas destinadas a integrar migrantes localmente.</p>	<p>Risco de viver nas ruas ou em favelas.</p>



© ACNUR/Marcelo Londoño



4.

**ACESSO
A RECURSOS
E A SERVIÇOS**



UNHCR
Agência Refugiados

UNHCR
ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

4.

ACESSO A RECURSOS E A SERVIÇOS

Como mencionado anteriormente, 34% dos refugiados concluíram cursos superiores. No entanto, existem obstáculos para que essas qualificações educacionais sejam reconhecidas no Brasil, especialmente quando se trata de revalidar diplomas e dar continuidade aos seus cursos superiores. De acordo com a Resolução Normativa n. 22/2016 do Ministério da Educação, apenas as universidades públicas podem revalidar diplomas. Embora uma lei parovada recentemente tenha padronizado e facilitado os procedimentos, o processo de revalidação permanece lento e caro. Vale ressaltar que duas legislações estaduais foram aprovadas em São Paulo e no Rio de Janeiro em 2017 e 2018, isentando os refugiados do pagamento de taxas de Revalidação de Diploma.

Tanto a Lei de Refúgio como a nova Lei de Migração contêm disposições que visam facilitar o processo de revalidação de diplomas para refugiados. Um dos principais problemas para os refugiados é a falta de documentação acadêmica, que se deve principalmente à perda de documentos no decorrer da fuga dos seus países de origem em meio a conflitos e perseguições. Embora tenha havido avanços no sentido de substituir a análise de documentos pela aplicação de testes para avaliar o conhecimento

real daqueles que não possuem os documentos acadêmicos, na prática, os refugiados enfrentam muitas dificuldades mesmo na realização da avaliação.

A fim de aumentar o número de revalidações de diplomas de suas PoC, o ACNUR estabeleceu uma parceria com a ONG Compassiva, que ajuda na preparação da documentação, o que inclui cobertura das despesas de tradução e a legalização da documentação acadêmica, e também o envio de documentos para universidades que frequentemente dispõem de procedimentos adaptados aos refugiados. Desde 2016, 34 diplomas foram revalidados com o apoio da Compassiva, beneficiando principalmente refugiados sírios.

Além disso, o ACNUR tem encorajado as universidades que integram a Cátedra Sérgio Vieira de Mello a adotarem procedimentos simplificados e adaptados às necessidades dos refugiados. Ademais, o ACNUR assinou um acordo com a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) que permitiu a nomeação de um representante do ACNUR para que este participe da comissão da plataforma eletrônica Carolina Bori (que é uma nova metodologia que visa simplificar a revalidação de diplomas).

As universidades que integram a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, além de outras universidades, ampliaram a disponibilidade de vagas de cursos e bolsas de estudo para fomentar o acesso ao ensino superior. Em 2017, foram oferecidas mais de 100 vagas para cursos universitários gratuitos e, no ano seguinte, as universidades da Cátedra Sérgio Vieira de Mello ofereceram mais de 1.200 vagas para refugiados e solicitantes de refúgio em cursos de língua portuguesa.

Os refugiados têm acesso a cursos de qualificação profissional através do Sistema “S”. Em São Paulo, a Caritas de São

Paulo, entidade parceira implementadora do ACNUR, possui um acordo de parceria com o SENAI, que possibilita o encaminhamento de refugiados para cursos gratuitos. A política do ACNUR permite que prestemos assistência para as PoC a fim de cobrir custos relacionados ao transporte e a compra de materiais escolares, visando facilitar seu acesso a esses cursos. Em 2018, o ACNUR assinou um MOU (memorando de entendimento) com o Senac Roraima e, graças a essa parceria, foram oferecidas aulas de português no centro de recepção temporária Jardim Floresta, permitindo que 33 PoC fossem beneficiados por esse projeto. O Projeto Acolher (UFRR) ofereceu aulas de português e treinamento básico em informática para 194 PoC residentes em Boa Vista. Além disso, foram criadas 120 vagas para cursos profissionalizantes e 40 vagas para oficinas de orientação

profissional em Manaus através do Projeto Oportunizar, realizado em parceria com o Centro de Ensino Técnico (CENTEC).

A legislação brasileira incentiva a contratação de jovens trabalhadores (entre 14 e 24 anos) como aprendizes, estabelecendo uma cota de contratação obrigatória para empresas, que varia entre 5% e 15% de acordo com o tamanho da empresa. Em 2018, o ACNUR consolidou uma parceria com o Instituto Techmail para o Programa Jovem Aprendiz em São Paulo. Naquele ano, a Techmail reservou 4 vagas para refugiados em cada turma de 30 alunos do programa Amigo do Seguro, que também serviu para promover a coexistência entre refugiados e brasileiros. Após concluírem o programa, os alunos são encaminhados para estágios como aprendizes em seguradoras que patrocinam essa iniciativa educacional. No mesmo



© ACNUR/Victor Moriyama

ano, o ACNUR assinou um acordo de cooperação a nível nacional com o CIEE (Centro de Integração Empresa Escola), que visa promover o acesso a emprego para jovens PoC no Brasil, por meio de oportunidades de estágios e de vagas de aprendiz. Devido a esse acordo, foi lançado um projeto-piloto em Brasília em dezembro de 2018, em parceria com o IMDH, onde 13 jovens PoC participaram de 5 workshops no CIEE. Graças a essa iniciativa, seis pessoas estavam empregadas como aprendizes ou estagiários até o final de 2018. Para 2019, o ACNUR Brasil se esforçará para implementar essa parceria em diferentes cidades do país.

Para os refugiados que buscam empreender, é importante que a parceria com o SEBRAE seja ampliada para que mais refugiados se matriculem em seus cursos gratuitos e para que as PoC tenham mais acesso a serviços de consultoria. Essa estratégia também inclui o apoio a iniciativas privadas de capacitação de empreendedores, como a que foi realizada em São Paulo pela ONG Migrafix. Para os empreendedores, uma das principais dificuldades é ter acesso a crédito e a serviços financeiros. Em 2017, o ACNUR firmou uma parceria com o maior banco brasileiro, o Banco do Brasil S/A. Essa parceria possibilitou que três agências da cidade de São Paulo prestassem assistência especializada no atendimento aos refugiados. Em novembro e dezembro de 2017, 35 PoC puderam abrir contas bancárias graças a essa parceria. Além disso, o Banco do Brasil disponibilizou um agente de crédito para trabalhar ao lado de um de nossos parceiros implementadores em São Paulo, facilitando o acesso ao microcrédito.

Outra importante parceria foi firmada com o Banco Santander para estabelecer um programa de empreendedorismo e microcrédito. Em 2018, dezenove refugiados e migrantes residentes em

São Paulo beneficiaram-se deste projeto. Os concluintes que desenvolvem alguma atividade de empreendedorismo há mais de seis meses são agora elegíveis para o programa de microcrédito bancário de empréstimos. Esta foi a primeira iniciativa de empreendedorismo/microcrédito que o Banco Santander desenvolveu concebida especificamente para refugiados e migrantes no Brasil. Os venezuelanos que chegaram a São Paulo através do programa de interiorização representaram o principal perfil dos participantes desta iniciativa.

Universidades que integram a Cátedra têm expandido a prestação de serviços jurídicos gratuitos para refugiados e solicitantes de refúgio através de clínicas jurídicas e de serviços de assistência jurídica. No primeiro semestre de 2018, 11 universidades ofereceram este tipo de serviço aos refugiados. Outra importante fonte de acesso a serviços jurídicos foi viabilizada por meio de uma parceria estabelecida com a Defensoria Pública da União (DPU), que oferece acesso gratuito a advogados públicos para refugiados e solicitantes de refúgio, auxiliando-os assim no processo de solicitação de refúgio, em procedimentos de naturalização e em várias questões cotidianas vivenciadas pelos refugiados no Brasil. A DPU tem, por vezes, buscado soluções judiciais através do sistema judiciário brasileiro, com grande sucesso em muitos casos.

4.1 ESTRATÉGIA DE MEIOS DE VIDA PARA NÚCLEOS FAMILIARES

De acordo com a pesquisa que estudou o perfil socioeconômico dos refugiados em 2018, dos 392 que forneceram informações relacionadas à renda familiar total, 24% ganham menos de R\$1.000, 55% ganham entre R\$1.000 e R\$3.000, 17% recebem entre R\$3.000 e R\$5.000, e 3% declaram ganhar entre R\$5.000 e R\$10.000.



© ACNUR/Victor Moriyama

As principais estratégias de sobrevivência em São Paulo e no Rio de Janeiro para as PoC têm sido trabalhar como vendedores ambulantes e/ou como vendedores no comércio, bares e restaurantes. Aqueles que possuem um diploma universitário têm trabalhado em empregos pouco qualificados fora de sua formação acadêmica. Além disso, as mulheres também têm realizado trabalhos domésticos.

Em Manaus, poucas famílias têm acesso ao emprego formal. A fim de poder gerar renda, muitos realizam trabalho informal durante o dia, prestando serviços de manutenção, construção e reparos gerais. No caso das mulheres, o trabalho doméstico e a atuação como babás são

as ocupações mais exercidas. Ademais, o comércio informal é comum, principalmente no que se refere à produção e à venda de alimentos no centro da cidade.

Com relação a Boa Vista, com base na pesquisa da Impact-Reach sobre os venezuelanos que vivem na cidade, a maioria se envolve em atividades de sustento informais e irregulares, sendo pagos em uma base diária. Em média, uma mulher adulta receberia entre R\$ 10,00 a 60,00 por dia, enquanto um homem adulto receberia entre R\$ 20,00 a 90,00 por dia. A maioria das mulheres se envolve em atividades relacionadas a serviços de limpeza, venda ambulante e creche. Em geral, a média de dias de trabalho varia de 10 a 15 por mês.



ATUAIS INTERVENÇÕES DE MEIOS DE VIDA



5.

ATUAIS INTERVENÇÕES DE MEIOS DE VIDA

ATUAIS INTERVENÇÕES DE MEIOS DE VIDA					
Área de Intervenção	Objetivo Específico	População-Alvo	Áreas de Implementação	Parceiros (Parceiro Implementador – PI/ Parceiro Operacional – PO)	Resultados e Impactos
Emprego	Expandir o acesso a capacitação profissional	Todos os grupos	Diversas	Sistema “S” (SENAI, SENAC) (PO), Instituições Públicas, setor privado (e.g. Instituto Techmail, Instituto Renner), ONGs (e.g. Migraflix, Jesuítas, etc)	Mais de 560 PoC foram beneficiadas com formação profissional em 2018.
Emprego	Fortalecer os serviços de colocação profissional oferecidos por parceiros para PoC	Todos os grupos	Diversas (áreas principais: serviço e comércio)	PARR (PO); Estou Refugiado (PO), Cáritas Rio de Janeiro (PI), IMDH (PI), Jesuítas (PI)	Em 2018, mais de 2.000 PoC foram registradas em bancos de dados de emprego e mais de 1.200 PoC receberam orientações específicas sobre emprego. Outras 450 PoC encontraram emprego graças ao apoio dos parceiros do ACNUR.
Emprego	Promover o acesso a emprego em parceria com as agências da ONU	Mulheres refugiadas, jovens PoC e venezuelanos	<p>Projeto “Empoderando Refugiadas” relativo ao acesso a oportunidades de trabalho assalariado e trabalho autônomo</p> <p>Grupo de trabalho interagencial para a integração dos venezuelanos; meios de vida.</p> <p>Colaboração da Unicef com o ACNUR em atividades de incidência em Manaus para vagas de aprendiz</p> <p>Estudo de mercado da OIT sobre meios de vida para refugiados e migrantes</p>	Pacto Global da ONU, ONU Mulheres, Unicef, OIT, PNUD, OIM, UNFPA.	Em suas três edições, o projeto Empoderando Refugiadas beneficiou 110 mulheres com oficinas que disseminaram informação sobre acesso ao trabalho e apoio ao empreendedorismo. Além disso, as empresas parceiras deste projecto continuaram a desenvolver programas de apoio a refugiados e solicitantes de refúgio. Alguns dos destaques foram o trabalho da Sodexo, que contratou 46 refugiados em 2018, e do Instituto Lojas Renner, que ofereceu cursos de capacitação para outras 117 PoC no Brasil.

Área de Intervenção	Objetivo Específico	População-Alvo	Áreas de Implementação	Parceiros (Parceiro Implementador – PI/ Parceiro Operacional – PO)	Resultados e Impactos
Emprego	Expandir as oportunidades de trabalho para jovens PoC	Jovens solicitantes de refúgio/ refugiados e venezuelanos com idades entre 14 e 23 anos, de grupos pobres e ricos	Diversas	Instituto Techmail, CIEE, Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazonia	<p>Parceria com o Instituto Techmail: A ONG reservou 4 vagas para refugiados em cada turma de 30 alunos do programa “Amigo do Seguro”.</p> <p>MOU assinado entre ACNUR e CIEE, beneficiando PoC jovens que participaram em Brasília.</p> <p>A Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia tem um serviço personalizado para refugiados, que já beneficiou duas pessoas em situação de refúgio.</p>
Empreendedorismo	Fomentar o empreendedorismo entre PoCs	Grupos de mulheres refugiadas e grupos com poucos recursos	Áreas de gastronomia, moda, etc.	Migraflix (OP), Consulado da Mulher, Fundação Amazonas Sustentável, Secretaria de Trabalho de Manaus, Cáritas Rio de Janeiro (PI), SEBRAE (PO); FFHI (PI), Setor Privado (Cabify, Airbnb e outros)	<p>Em São Paulo, o parceiro operacional do ACNUR, a ONG Migraflix, oferece cursos de capacitação para empreendedores que trabalham com alimentos. Em 2017, 20 participantes concluíram o projeto “Raízes na Cozinha” (Migraflix). Atualmente, os graduados vendem seus produtos por meio da Uber Eats e prestam serviços de buffet para empresas privadas. Um novo projeto de empreendedorismo está previsto para o primeiro semestre de 2019. Batizada de “Raízes na Cidade”, a iniciativa é apoiada pela Airbnb.</p> <p>No Rio de Janeiro, em 2017 e em 2018, o projeto “CORES” (Cáritas Rio) ofereceu 150 horas de aulas de empreendedorismo para 44 participantes (nas áreas de gastronomia, moda e cabeleireiro). Atualmente, os participantes vendem seus produtos em feiras locais. O projeto foi premiado pela “Shell LiveWIRE International challenge on sustainable fashion ColaborAmerica 2017”.</p> <p>Em parceria com o Consulado da Mulher, cinco mulheres foram beneficiadas em Manaus pela assessoria em empreendedorismo e por uma verba de R\$ 1.200 destinada à compra de eletrodomésticos e ingredientes para sua produção comercial de alimentos.</p> <p>Um projeto piloto da empresa privada Cabify com o parceiro operacional do ACNUR, o Instituto Venezuela, está apoiando 20 venezuelanos para que se tornem trabalhadores autônomos na referida empresa de transporte.</p>

5. ATUAIS INTERVENÇÕES DE MEIOS DE VIDA

Área de Intervenção	Objetivo Específico	População-Alvo	Áreas de Implementação	Parceiros (Parceiro Implementador – PI/ Parceiro Operacional – PO)	Resultados e Impactos
Educação	Expandir o número de revalidação de diplomas acadêmicos.	Grupos de refugiados que concluíram estudos graduação.	Reconhecimento dos diplomas de graduação, a fim de permitir que os refugiados tenham acesso a oportunidades de trabalho nas suas áreas de estudo.	Universidades Públicas (PO); ONG Compassiva (PI).	No total, a Compassiva submeteu mais de 100 processos de revalidação a universidades públicas.
Educação	Promover o acesso das PoC à educação superior.	Grupos de refugiados que concluíram o ensino secundário.	Educação	Universidades que integram a Cátedra Sérgio Vieira de Mello e outras universidades públicas e privadas.	11 universidades que integram a Cátedra Sérgio Vieira de Mello ofereceram 370 vagas gratuitas para estudantes refugiados.
Inclusão Financeira	Fomentar a inclusão financeira das PoC.	Todos os grupos.	Acesso a contas bancárias e microcrédito.	Banco do Brasil, Santander.	Em 2017, uma parceria com o Banco do Brasil permitiu que três agências bancárias se especializassem no atendimento ao PoC em São Paulo. Em 2018, o Santander ofereceu um programa de empreendedorismo e microcrédito para PoC, beneficiando 19 pessoas.
Assistência Financeira	Fornecer assistência financeira para PoC incapazes de suprir necessidades básicas.	Grupos pobres, venezuelanos interiorizados.	CBI multipropósito e CBI setorial (transporte, saúde, etc.).	Cáritas SP, Cáritas RJ, Aldeias Infantis, IMDH, Cáritas Manaus and IMDH (todos são PI).	No total, mais de 9.300 pessoas foram beneficiadas pelo programa de assistência financeira em 2018.
Pesquisa e Desenvolvimento de Conteúdo	Realizar uma avaliação do perfil socioeconômico e um estudo de mercado sobre as oportunidades de subsistência.	Refugiados e migrantes.	Avaliação do perfil socioeconômico, estudo de mercado	OIT	Uma avaliação socioeconômica de base dos refugiados no Brasil foi realizada com cerca de 487 refugiados que vivem em 8 cidades diferentes. Em 2018, foi realizado um estudo de mercado sobre oportunidades de subsistência para as PoC, em parceria com a OIT.
Interiorização	Apoiar o programa de interiorização para os venezuelanos e melhorar suas condições de vida.	Venezuelanos.	Programa de Interiorização - Remanejamento de venezuelanos localizados em Boa Vista.	Aldeias Infantis, ASAV, CARJ, Caritas Manaus, World Vision, Serviço Jesuíta de Migrantes e Refugiados, Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste (SMP), Fundação Fé e Alegria do Brasil.	Ao final de 2018, 3.900 venezuelanos tinham sido beneficiados pelas três modalidades do Programa de Interiorização - incluindo 136 através de reunião familiar e 109 por meio da modalidade baseada em emprego, que os transferiu para 40 cidades fora de Roraima.



© ACNUR/Victor Moriyama



6.

QUADRO ESTRATÉGICO



6.

QUADRO ESTRATÉGICO

6.1 VISÃO E ESCOPO

Este quadro estratégico tem como objetivo atender a população de refugiados, solicitantes de refúgio e de venezuelanos de baixa renda no Brasil por um período de três anos, levando em consideração sua ampla variedade de perfis educacionais e profissionais. Nesse mesmo sentido, a estratégia abrange desempregados, autônomos, assalariados e empreendedores.

6.2 OBJETIVO GERAL

Apoiar a integração socioeconômica de refugiados, solicitantes de refúgio e de outras PoC por meio de intervenções que visem aumentar seu acesso ao trabalho assalariado e a oportunidades de trabalho autônomo. Tais intervenções buscam complementar os esforços governamentais voltados à PoC e fortalecer a rede privada de ONGs e empresas, que atualmente atua de forma fragmentada por todo o país.

No contexto da situação de emergência na Venezuela, o ACNUR pretende continuar a apoiar o programa de interiorização, bem como os esforços para promover a integração socioeconômica venezuelana.

Esta Estratégia tem por objetivo envolver as populações locais brasileiras nas suas atividades, sempre que se considere adequado, a fim de garantir que a promoção da coexistência pacífica continue a ser um dos nossos objetivos transversais.



6.3. PRINCIPAIS PROGRAMAS, ATIVIDADES E PARCEIROS POR GRUPO-ALVO

Área de Intervenção	Objetivo Específico	Atividade de Curto Prazo	Atividade de Médio Prazo	Atividade de Longo Prazo	Parceiros	Grupo-alvo e marcos previstos (final de 2021)
Emprego	Apoiar a expansão de parcerias com empresas privadas para gerar oportunidades de renda	Desenvolvimento da plataforma online “Empresas com Refugiados” com práticas de empresas privadas envolvidas em projetos de integração local para refugiados	“Empresas com Refugiados”: Inclusão de práticas de todas as regiões relevantes do Brasil e de diferentes setores/indústrias	Divulgação de boas práticas através da plataforma “Empresas com Refugiados” por meio de publicações e possibilidade de ação coletiva, como uma rede formalizada de empresas compromissadas.	Pacto Global da ONU, ONU Mulheres, parceiros implementadores	Todos os grupos Rede formalizada de empresas engajadas.
Emprego	Fortalecer os serviços de colocação profissional oferecidos por parceiros para PoC	Proporcionar capacitação aos parceiros que atuam com colocação profissional e promover o intercâmbio de boas práticas entre eles	Proporcionar capacitação aos parceiros que atuam com colocação profissional e promover o intercâmbio de boas práticas entre eles	Promover o desenvolvimento de uma rede formalizada de organizações que tenham mais sucesso em oferecer oportunidades de emprego a PoC.	Manpower ou outra agência de recrutamento, Parceiros implementadores, parceiros operacionais, abrigos, etc.	Todos os grupos Rede formalizada de parceiros atuantes com colocação profissional
Emprego	Expandir o acesso à informação sobre direitos trabalhistas e oportunidades de emprego	Atualizar os principais materiais de referência e desenvolver orientações para as PoC sobre o acesso à moradia e ao mercado de trabalho (incluindo oportunidades de empreendedorismo)	Manter os principais materiais de referência atualizados	Manter os principais materiais de referência atualizados	Plataforma Help, parceiros implementadores e Ministério da Economia	Todos os grupos 15.000 PoC com acesso a direitos trabalhistas
Emprego	Expandir competências linguísticas e capacitação vocacional	Expandir as parcerias existentes com as ONG e com o setor privado para a intermediação para emprego e de formação em competências Estabelecer acordos nacionais de cooperação com organizações do Sistema S	Estabelecer acordos de cooperação local com organizações do Sistema S.	Manter e melhorar os acordos com o Sistema S e outros parceiros novos	Parceiros implementadores e operacionais, Sebrae, Senac, Senai, Senar, etc.	Todos os grupos 3250 PoC beneficiadas com formação profissional 9100 beneficiadas com cursos de línguas
Emprego	Expandir oportunidades de emprego para jovens PoC	Implementar parcerias com o CIEE e a Techmail para proporcionar capacitação profissional a jovens PoC e incluí-los no mercado de trabalho através de estágios e vagas de aprendiz.	Manter e melhorar os acordos com CIEE e o Techmail e identificar potenciais novos parceiros.	Manter e melhorar os acordos com todos os parceiros relevantes	Parceiros implementadores, ONGs locais; organizações sem fins lucrativos (SENAI-SENAC); setor privado	Todos os grupos 300 jovens PoC beneficiadas com oportunidades de estágio e de aprendiz

5. ATUAIS INTERVENÇÕES DE MEIOS DE VIDA

Área de Intervenção	Objetivo Específico	Atividade de Curto Prazo	Atividade de Médio Prazo	Atividade de Longo Prazo	Parceiros	Grupo-alvo e marcos previstos (final de 2021)
Emprego	Fomentar oportunidades de ganhos de renda para PoC	Mapear possíveis parceiros nas cidades que acolhem um grande número de refugiados para aumentar as oportunidades de emprego para as PoC.	Fortalecer a capacidade dos parceiros para estabelecer e melhorar os procedimentos de colocação profissional para PoC.	Fortalecer a capacidade dos parceiros para estabelecer e melhorar os procedimentos de colocação profissional para PoC	ONGs locais	Todos os grupos 7200 PoC registradas em serviços de colocação profissional
Emprego	Mapear possíveis oportunidades de geração de renda para os indígenas venezuelanos	Estruturar ações sustentáveis para oportunidades de geração de renda para os indígenas venezuelanos	Fortalecer as ONGs identificadas com capacidade de apoiar oportunidades de geração de renda para os indígenas.	-	HQ Unidade de Meios de Vida	Venezuelanos 300 PoC indígenas beneficiadas
Empreendedorismo	Desenvolver programas de empreendedorismo associados a empréstimos de microcrédito	Promoção de parcerias com vista à capacitação empresarial/de empreendedorismo para solicitantes de refúgio e refugiados.			ONGs locais (Migraflix, Caritas Rio de Janeiro), "S" System (SEBRAE, SENAI, SENAC, SENAT and SENAR), Banco Santander, Banco do Brasil	Todos os grupos 950 PoC beneficiadas com treinamento em empreendedorismo/negócios
Empreendedorismo	Fomentar o empreendedorismo das PoC	Concessão de Assistência Financeira para fomentar as atividades empresariais de PoC e aumentar suas chances de sucesso	Estabelecer uma estratégia de saída para o acesso das PoC aos empréstimos de microcrédito.	Estabelecer uma estratégia de saída para o acesso das PoC aos empréstimos de microcrédito.	Implementação Direta e Parceiros Implementadores	Todos os grupos 650 recebendo bolsas em dinheiro para a criação de empresas
Assistência Financeira	Melhorar as iniciativas que visam a auto-suficiência e a obtenção meios de subsistência para as PoC mais vulneráveis que recebem assistência em dinheiro	Estabelecer um novo modelo para o fornecimento de CBI (implementação direta), incluindo a estratégia de saída que está alinhada com o programa público de assistência social.	Registrar todos os beneficiários de CBI no proGres e consolidar a estratégia de distribuição pós-monitoramento	Implementar uma estratégia de saída para as PoC para que alcancem a sua auto-suficiência	Parceiros implementadores, PSF escolhidos, centros de acolhimento e abrigos, CRAS/CREAS.	Todos os grupos Implementação direta e estratégia de saída implementada
Assistência Financeira	Fornecer assistência financeira a PoC que não consigam satisfazer suas necessidades básicas	Entregar assistência financeira emergencial temporária a PoC para que possam satisfazer suas necessidades básicas, incluindo os venezuelanos beneficiados pelo programa de interiorização baseado na oferta de emprego		-	Parceiros implementadores	Todos os grupos 37000 PoC beneficiadas com assistência financeira

Área de Intervenção	Objetivo Específico	Atividade de Curto Prazo	Atividade de Médio Prazo	Atividade de Longo Prazo	Parceiros	Grupo-alvo e marcos previstos (final de 2021)
Inclusão Financeira	Fomentar a inclusão financeira das PoC	Cada unidade regional deverá estabelecer uma parceria com uma instituição financeira/banco para incentivar a oferta de cursos de educação financeira e para promover a inclusão financeira das PoC.	<p>Mapear prestadores de serviços financeiros não convencionais</p> <p>Incentivar bancos para que melhorem seus procedimentos internos de criação de contas bancárias para as PoC</p>	Expandir o acesso das PoC ao microcrédito	Instituições financeiras, bancos, Unidade de Meios de Vida (HQ), IFC, PSFs não tradicionais, Banco do Brasil, Santander, Itaú, Caixa, Bradesco, etc.	Todos os grupos 50% das PoC têm acesso a serviços bancários (empréstimos, transferências, poupanças)
Interiorização	Acompanhar o progresso das pessoas interiorizadas no que diz respeito à integração e auto-suficiência.	Monitorar a saída dos indivíduos dos serviços de apoio de abrigos para avaliar suas dificuldades e melhorar nossas iniciativas	Fortalecer a capacidade dos gestores de abrigos da interiorização para fornecer serviços mais eficazes com vista à integração local	-	Abrigos da interiorização, ONGs	Venezuelanos Relatório de Monitoramento elaborado
Interiorização	Continuar a apoiar o programa de interiorização para venezuelanos e melhorar suas condições de vida.	Dar continuidade as atividades de coordenação com o GoB, governos locais, ONGs e abrigos, e melhorar a coordenação com outras agências da ONU (por exemplo, a OIM).		-	GoB, governos locais, ONGs, CNM, abrigos, agências da ONU (OIM)	Venezuelanos Apoiar a interiorização de 8.000 Venezuelanos
Interiorização	Defender a adoção de políticas destinadas a expandir a capacidade de acolhimento para chegadas espontâneas	Colaborar com os governos locais nas principais cidades receptoras e com os ministérios e autoridades competentes do governo federal		-	Municípios, CNM e Ministério da Cidadania	Venezuelanos Expansão da capacidade de acolhimento
Educação	Expandir o número de diplomas acadêmicos revalidados.	Reforçar o acordo de parceria com a ONG Compassiva para apoiar mais PoC com revalidação de diplomas	Defender junto às universidades públicas e conselhos profissionais a adoção de procedimentos específicos para as PoC	Reivindicar junto ao governo a adoção de processos de revalidação de diplomas mais flexíveis e acessíveis para refugiados e migrantes	Universidades que integram a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, Universidades Públicas, conselhos profissionais, ONG Compassiva (parceiro implementador)	PoCs com alto perfil educacional 93 PoCs apoiadas pelo ACNUR com diplomas reconhecidos; maior flexibilidade no processo de revalidação de diplomas
Educação	Promover o acesso das PoC à educação superior	Reivindicar junto às universidades que integram a Cátedra Sérgio Vieira de Mello e a ABRUC, bem como com outras instituições a oferta de vagas à PoC e a simplificação de seu processo seletivo.			Universidades que integram a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, universidades da ABRUC, etc.	Todos os grupos Processos de seleção facilitados para PoC

5. ATUAIS INTERVENÇÕES DE MEIOS DE VIDA

Área de Intervenção	Objetivo Específico	Atividade de Curto Prazo	Atividade de Médio Prazo	Atividade de Longo Prazo	Parceiros	Grupo-alvo e marcos previstos (final de 2021)
Pesquisa e Desenvolvimento de Conteúdo	Conduzir uma avaliação de perfil socioeconômico	Apoiar o estudo do perfil socioeconômico dos solicitantes de refúgio	Realizar um novo estudo acerca do perfil socioeconômico dos venezuelanos e de outras PoC	Criar uma nova metodologia para a coleta de dados contínua relativa ao perfil socioeconômico dos refugiados	Universidades, IPEA	Todos os grupos Perfil socioeconômico e capacidades de subsistência das PoC definidas e monitoradas
Incidência (Advocacy)	Apoiar o Governo Federal a desenvolver um Plano Nacional de Integração Local para Refugiados	Promover a participação dos membros do CONARE, de refugiados, cidades de acolhida e de autoridades na elaboração de um Plano Nacional de Integração para PoC			CONARE, Ministérios Relevantes, Autoridades Federais e Locais, ONGs, comunidades de refugiados	Todos os grupos Elaboração do Plano Nacional apoiado
Incidência (Advocacy)	Promover o acesso aos serviços de creche	Defender junto dos governos locais e federais a expansão da disponibilidade de serviços gratuitos de creche.			Parceiros implementadores, municípios e Ministério da Cidadania.	Todos os grupos Acesso expandido aos serviços de creche
Incidência (Advocacy)	Apoiar os governos locais (estados e municípios) no desenvolvimento de Planos de Integração Local para Refugiados	Sensibilizar os governos locais que acolhem a maioria das PoC para que criem Planos de Integração Local para esta população			Comitês Locais de Refugiados e Migrantes, Autoridades Locais, ONGs e comunidades de refugiados	Todos os grupos Planos de Integração Local apoiados
Incidência (Advocacy)	Ampliar o diálogo entre Refugiados e Municípios nos níveis municipal e estadual	Defender a participação de refugiados nos comitês municipais e estaduais de refugiados (ex.: comitê de São Paulo)			Governos locais, ONGs e Universidades	Todos os grupos Maior participação dos refugiados em comitês locais
Incidência (Advocacy)	Divulgar os êxitos dos comitês municipais e estaduais de refugiados e suas atividades gerais	Aumentar o intercâmbio de boas práticas entre os comitês municipais e estaduais de refugiados por meio da organização da primeira reunião nacional de comitês	Sensibilizar os governos locais para fortalecer os comitês locais para os refugiados	Apoiar a elaboração de documentos que divulguem os êxitos dos comitês locais e estaduais de refugiados e suas atividades gerais.	Governos locais, refugiados	Todos os grupos Comitês municipais e estaduais fortalecidos
Programação	Monitorar continuamente o impacto das intervenções da Unidade de Meios de Vida do ACNUR	Realizar discussões regionais de grupo focal anualmente			Avaliações Participativas	Todos os grupos Planejamento estratégico para a programação de Meios de Vida do ACNUR orientado pelas avaliações



© ACNUR/Victor Moriyama

A woman with brown hair tied in a bun, wearing glasses and a blue safety vest over a white shirt, is seated at a white table. She is focused on writing on a document with a blue pen. The background is a blurred indoor setting with other people, including one in a green shirt and another in a red shirt. A large white number '7' with a small circle below it is overlaid on the left side of the image.

7

**PLANO DE
IMPLEMENTAÇÃO**



7.

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

7.1. POPULAÇÕES-ALVO

As populações-alvo da presente Estratégia estão alinhadas com a Estratégia de Proteção e suas considerações sobre vulnerabilidades das PoC.

- Em geral, esta estratégia focará suas atividades nas seguintes populações de interesse:
- Refugiados reconhecidos e solicitantes de refúgio¹⁷ de baixa renda que estão desempregados e/ou que possuem renda familiar inferior a R\$3.000,00. Para este grupo, a estratégia consiste em aumentar o seu acesso aos serviços públicos e privados de assessoramento para obtenção de emprego, à assistência social pública, às aulas de língua portuguesa, aos cursos de empreendedorismo, à capacitação profissional, à assistência financeira, à inclusão financeira, etc.
- Refugiados com alto perfil educacional, mas com empregos de baixa renda que fogem de sua experiência profissional tradicional.

¹⁷ Um estudo socioeconômico sobre os solicitantes de refúgio, executado pelo IPEA com o apoio do ACNUR, será realizado em 2019, o que fornecerá dados importantes sobre o perfil dos solicitantes de refúgio. A presente estratégia será revista assim que estas informações estiverem disponíveis.

Para este grupo, a estratégia visa aumentar o apoio à revalidação de diplomas e ampliar o acesso a programas de inserção no mercado de trabalho privado e a cursos de empreendedorismo, bem como melhorar o acesso das PoC a serviços financeiros, como o microcrédito, e o acesso a aulas de português.

- Venezuelanos que precisam de proteção e assistência social. Para este grupo, a estratégia consistirá em proporcionar-lhes acolhimento temporário, aumentar o seu acesso aos serviços públicos e privados de recrutamento, à assistência social pública, às aulas de português, à cursos de capacitação profissional, à assistência financeira, à inclusão financeira, etc. Para os venezuelanos com altos níveis educacionais, esta estratégia também se centrará no apoio à revalidação de diplomas e no acesso ao mercado de trabalho.

7.2. PARCERIAS E COORDENAÇÃO

O ACNUR trabalhará em estreita colaboração com o governo, as universidades, as agências das Nações Unidas e os seus parceiros operacionais e implementadores a fim de implementar esta estratégia.

Os principais parceiros da presente estratégia deverão ser:

- **Governo:** Ministério da Economia, Ministério da Cidadania, CONARE, DPU, governos estaduais e municipais.
- **Agências da ONU:** ONU Mulheres, UNFPA, OIM, UNICEF, OIT, PNUD, Pacto Global da ONU, etc.
- **Parceiros implementadores:** IMDH, Caritas Manaus, Caritas Rio de Janeiro, Caritas Paraná, Caritas São Paulo, Aldeias Infantis, ASAV,

Jesuítas, Instituto Maná, Missão Paz, AVSI, Compassiva, etc.

- **Parceiros Operacionais:** CIEE, Visão Mundial, Migraflif, Instituto Venezuela, CIEDS, etc.

- **Outros:** CNM, CSVM, ABRUC, IPEA, ESMPU, SENAC, etc.
Informações detalhadas podem ser encontradas no mapeamento institucional em anexo.

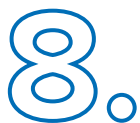


© ACNUR/Alan Azevedo



COMUNICAÇÃO E INCIDÊNCIA





COMUNICAÇÃO E INCIDÊNCIA

O ACNUR deve manter comunidades informadas sobre as suas opções para a garantia de meios de subsistência sustentáveis e sobre os critérios de elegibilidade que devem respeitar para que possam ser incluídas nos programas da Agência. Além disso, o ACNUR deve adquirir informação atualizada de maneira constante sobre as necessidades emergentes das comunidades e dos indivíduos no que diz respeito aos seus meios de subsistência. Nesse sentido, a Unidade de Meios de Vida do ACNUR adotará abordagens participativas para as suas intervenções, mediante a realização de discussões de grupos focais anuais, e comunicativas, por meio da partilha de informações sobre as suas atividades e mantendo canais de comunicação

aberta com os seus parceiros e com outras Agências das Nações Unidas.

Além disso, o processo de integrar as iniciativas de meios de vida destinadas a refugiados e solicitantes de refúgio nas agendas de desenvolvimento nacional e local implica elaborar abordagens comuns para responder às necessidades das PoC e da comunidade de acolhida, e também requer assegurar que estas iniciativas sejam coordenadas no âmbito da agenda mais ampla de desenvolvimento local e nacional.

O ACNUR continuará a sensibilizar o *CONARE* para que elabore um Plano Nacional para a Integração Local de Refugiados e Solicitantes de Refúgio, e continuará a mobilizar esforços para que um maior número de cidades adote planos locais para a integração de refugiados e solicitantes de refúgio.

[Help.com](#) é a principal plataforma de comunicação que visa promover a conscientização sobre os planos de meios de vida para as PoC. Ademais, a plataforma fornece informações precisas e úteis para as PoC que contribuem para atenuar suas vulnerabilidades, informando-as acerca de seus direitos, dos serviços públicos e políticas disponíveis, bem como dos parceiros do ACNUR por região.



© ACNUR/Alan Azevedo



QUADRO DE MONITORAMENTO E DE AVALIAÇÃO



9.

QUADRO DE MONITORAMENTO E DE AVALIAÇÃO

O monitoramento do desempenho desta Estratégia será realizado principalmente seguindo o Quadro de Resultados (Result's Framework) do ACNUR. Estima-se que, até o final de 2021, a operação tenha atingido os seguintes marcos em cada área prioritária desta Estratégia de Meios de Vida:



© ACNUR/Alan Azevedo

		Linha de Base	2019	2020	2021	Total	
INDICADOR DE IMPACTO	% de PoC visados que relatam aumento de renda em relação ao ano anterior						
RESULTADO	% de PoC visados que estão auto-empregados (não agrícolas)						
	Acesso à capacitação e ensino viabilizados	# de PoC beneficiados com aulas de Português para fins de subsistência	2600	2600	3000	3500	9100
		# de PoC beneficiados com treinamento vocacional para fins de subsistência	560	850	1200	1200	3250
	Avaliação e Análise realizadas	Perfil socioeconômico e capacidades de subsistência das PoC definidos e monitorados (sim/não)	Sim	Sim	-	Sim	-
	Reconhecimento de diplomas pelo estado de destino facilitado	# de PoC com diplomas do seu país de origem reconhecidos	26 (total 2016-18)	13	30	50	93
	Estratégia desenvolvida e implementada	Plano estratégico para a programação dos Meios de Vida guiados pela avaliação (sim/não)	Não	Sim	Sim	Sim	-
	Acesso ao auto-emprego/emprego facilitado	# de PoC apoiados com capacitação em empreendedorismo / negócios	120	150	400	400	950
	Acesso a bolsas multi-propósito (CBI) facilitado	# de PoC recebendo dinheiro para abrir um negócio	114	150	200	300	650
		# de PoC recebendo assistência financeira	9400	10000	12000	15000	37000
	Acesso facilitado ao emprego assalariado	# de PoC apoiados com informações sobre as oportunidades no mercado laboral	1200	1500	1800	2000	5300
		# de PoC registradas em serviços de colocação profissional	3280	2200	2500	2500	7200
	Acesso facilitado aos serviços financeiros (formal e informal)	# de PoC com acesso a serviços bancários (empréstimos, transferências, poupanças)	78.5% (Refugiados)	30% (Todos os grupos)	40% (Todos os grupos)	50% (Todos os grupos)	50% (Todos os grupos)



10

ANEXO

1 — MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

2 — IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

3 — ESTRATÉGIA DE MEIOS DE VIDA PARA O BRASIL - EXTENSÃO 2022

A young girl with a red cap and blue shirt is walking in a residential area, holding a pink blanket and a patterned bag. The background shows other people and buildings. The entire image has a blue overlay.

MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

Nome do Ator	Privado/Público/ ONU/ONG/ Universidade	Localização	Prioridades Estratégicas	Atual ou Potencial Contribuição para a Estratégia	Parceiro Implementador ou Operacional?	Potencial Parceiro?
			Quais são as prioridades estratégicas das partes interessadas relevantes para a inclusão e/ou advocacy para PoCs?	Incluir atividades, ações, advocacy e diretrizes atuais e potenciais	Sim/Não. Se Sim, especifique se Parceiro Implementador (IP) ou Parceiro Operacional (OP)	Sim/Não
PARR - Programa de Apoio para Recolocação dos Refugiados	Privado	São Paulo (SP)	Projeto social da empresa privada Emdoc em parceria com o ACNUR que realiza intermediação para o mercado de trabalho	Atualmente, 1500 PoC estão inscritos no projeto, que encontrou cerca de 200 oportunidades de emprego para PoC nos últimos 5 anos. Também é uma importante parte interessada em advocacia nas câmaras comerciais de São Paulo.	Sim, OP	-
Mulheres do Brasil	Privado	São Paulo (SP)	Iniciativa de advocacy para a expansão de direitos de grupos minoritários (e.g. mulheres, refugiados) e iniciativas em educação e empreendedorismo	O grupo apoia iniciativas como o Programa Empoderando Refugiadas, além de ter lançado um programa de Jovens Profissionais para 30 PoC entre 16 e 24 anos em 2017.	Sim, OP	-
Migraflix	Privado	São Paulo (SP)	Autossuficiência de Refugiados e Migrantes	Migraflix é um parceiro-chave do ACNUR em programas de empreendedorismo para PoC (por exemplo, Projeto Creatathon que envolveu o ACNUR / Migraflix / Google em 2016)	Sim, OP	-
SENAI-SP	Organização privada sem fins lucrativos	São Paulo (SP)	Programas de treinamento profissional que apoiam o setor industrial	O SENAI-SP é parceiro da Caritas SP desde 2001 em programas de treinamento para PoC. Essas atividades podem ser expandidas por meio de uma parceria com o ACNUR.	Não	Sim
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Organização privada sem fins lucrativos	São Paulo (SP) Belém (PA)	Desenvolvimento e apoio à atividades de empreendedorismo	Em 2016, a organização ministrou cursos de empreendedorismo para 200 PoC em São Paulo, iniciativa em parceria com o CONARE. É um potencial parceiro para treinamentos, cursos, capacitação profissional e técnica em áreas diversas	Não	Sim
Compassiva	ONG	São Paulo (SP)	Integração social e econômica de PoCs	A Compassiva possui um programa de revalidação de diplomas de graduação em parceria com o ACNUR. Desde 2016, a Compassiva iniciou mais de 300 procedimentos de revalidação. Desse total, mais de 40 diplomas já foram revalidados.	Sim, IP	-
Cáritas Arquidiocesana de São Paulo - Centro de Referência para Refugiados	ONG	São Paulo (SP)	Integração social e econômica de PoCs	A CASP é o principal centro de referência em termos de meios de vida em São Paulo. No primeiro semestre de 2019, a organização encaminhou 535 PoC para aulas de português em organizações parceiras e 1100 para treinamento profissional.	Sim, IP	-
CATE - Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo	Público	São Paulo (SP)	Iniciativa pública de referenciamento de vagas do Município de São Paulo	O CATE possui um setor específico ("Diversidade") que atende às necessidades de PoC, além de outros grupos vulneráveis.	Sim, OP	-
PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador	Público	São Paulo (SP)	Iniciativa pública de referenciamento de vagas do Município de São Paulo que provê um serviço específico para migrantes e refugiados	PAT fornece serviços de orientação e intermediação para o trabalho para brasileiros e PoC.	Sim, OP	-

LinkedIn	Privado	São Paulo (SP)	Plataforma de referenciamento de vagas	A empresa ofereceu oficinas para mais de 50 refugiados sobre como melhorar o currículo e usar a plataforma LinkedIn para procurar emprego. Além disso, 15 funcionários do LinkedIn estão envolvidos no projeto #Globalmindsbr, que visa encontrar oportunidades de emprego para PoC altamente qualificados. Esta iniciativa é liderada pelo ACNUR / Migratrix e PARR.	Sim, OP	-
Missão Paz	ONG	São Paulo (SP)	Integração social e econômica de refugiados e migrantes	A Missão Paz possui um programa de intermediação para o mercado de trabalho para refugiados e migrantes que recém-chegados. Desde 2012, PoCs foram encaminhados para mais de 6.000 oportunidades. A instituição também acolhe venezuelanos que participam do programa de Interiorização.	Sim, OP	-
Adus	ONG	São Paulo (SP)	Integração social e econômica de refugiados e migrantes	A organização oferece aulas de português e atividades de empreendedorismo para a PoCs em São Paulo e Curitiba.	Sim, IP	-
Pacto Global	ONU	São Paulo (SP)	Engajamento de empresas privadas com direitos humanos	A organização da ONU lidera o Projeto Empoderando Refugiadas em parceria com o ACNUR e a ONU Mulheres. A iniciativa beneficia mulheres refugiadas com treinamento profissional e contato com redes de empresas privadas e já teve edições em São Paulo e Roraima. Até 2019, mais de 110 mulheres foram beneficiadas pelo Projeto.	Sim, OP	-
Facebook	Privado	São Paulo (SP)	Desenvolvimento de atividades de empreendedorismo	A empresa é parceira do ACNUR no projeto Empoderando Refugiadas. Forneceu aulas de empreendedorismo para PoC.	Sim, OP	-
Instituto Lojas Renner	Privado	Brasil	Empresas privadas engajadas em comitês de direitos humanos	O Instituto é parceiro do ACNUR no projeto Empoderando Refugiadas. Desde 2016, promove a capacitação de mulheres refugiadas e já formou mais de 300 mulheres em cinco cidades do país. As alunas formadas passam por entrevista de trabalho e são avaliadas para a possibilidade de contratação em lojas do território brasileiro.	Sim, OP	-
Sodexo	Privado	São Paulo (SP)	Empresas privadas engajadas em comitês de direitos humanos	A empresa apoiou o Projeto Empoderando Refugiadas e o Torneio de Futebol de Refugiados, em São Paulo, em 2017	Sim, OP	-
Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	Público	São Paulo (SP)	Integração social e econômica de refugiados e migrantes	A Coordenação lidera a resposta do município às políticas em nível local em São Paulo.	Sim, OP	-

Nome do Ator	Privado/Público/ ONU/ONG/ Universidade	Localização	Prioridades Estratégicas	Atual ou Potencial Contribuição para a Estratégia	Parceiro Implementador ou Operacional?	Potencial Parceiro?
Comitê Estadual para Refugiados	Público	São Paulo (SP)	Integração social e econômica de refugiados e migrantes	O Comitê Estadual de Refugiados e Migrantes já elaborou um Plano Governamental de políticas públicas dirigidas a essa população.	Sim, OP	-
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos	Universidade Pública	São Paulo (SP)	Programas Acadêmicos	O UFSCAR oferece acesso facilitado aos refugiados a diversos programas de graduação (reserva uma vaga por curso para refugiados reconhecidos). O refugiado também tem direito a apoio social enquanto estiver matriculado em programas acadêmicos.	Sim, OP	-
UFF - Universidade Federal Fluminense	Universidade Pública	Rio de Janeiro (RJ)	Programas acadêmicos e revalidação de diplomas	A UFF é um ator essencial para a revalidação de diplomas acadêmicos de PoC.	Não	Sim
UNISANTOS - Universidade Católica de Santos	Universidade Pública	São Paulo (SP)	Programas Acadêmicos	UNISANTOS oferece 03 bolsas de estudo para refugiados para programas de graduação por ano	Sim, OP	-
USP - Universidade de São Paulo	Universidade Pública	São Paulo (SP)	Programas Acadêmicos e revalidação de diplomas	A USP possui programas de extensão para PoC, mas eles não operam em parceria com o ACNUR. Recomenda-se expandir ainda mais as alianças com a universidade	Não	Sim
UNICAMP - Universidade de Campinas	Universidade Pública	São Paulo (SP)	Programas Acadêmicos	A universidade é uma das mais conceituadas do país e integra o Consórcio Acadêmico Sergio Vieira de Mello, desenvolvendo uma série de ações que têm como finalidade a ampliação de estudos e produção científica, a interlocução com atores, além de ensino de português, ampliação do ingresso de refugiados e de revalidação de diplomas.	Não	Sim
FGV - Fundação Getúlio Vargas	Universidade Pública	São Paulo (SP)	Programas Acadêmicos	Desde 2017, duas PoC receberam bolsas de estudo na Faculdade de Administração Pública de São Paulo. Recomenda-se o estabelecimento de uma parceria.	Não	Sim
UFABC - Universidade Federal do ABC	Universidade Pública	São Paulo (SP)	Programas Acadêmicos	Membro do Consórcio Acadêmico Sergio Vieira de Mello, recentemente aprovou uma resolução que estabelece cotas para refugiados e solicitantes de refúgio para ingresso na graduação. São ao todo 12 vagas disponibilizadas anualmente.	Sim, OP	-
África do Coração	ONG	São Paulo	Copa dos Refugiados	A ONG África do Coração é a responsável por organizar, desde 2014, a Copa dos Refugiados, rebatizada de Copa dos Refugiados e Imigrantes em 2019 por conta de uma parceria com a OIM. Em 2020 eles vão lançar a primeira edição feminina do torneio. A intenção é integrar refugiados e imigrantes na sociedade brasileira através do esporte. A relação com o ACNUR anda um pouco abalada, e hoje é mantida por PI Brasília.	Não (foi OP até 2019)	Talvez

Cáritas Brasileira Regional Paraná	ONG	Curitiba	Integração social e econômica de refugiados e migrantes	A CAPR é o principal centro de referência para refugiados e solicitantes de refúgio no Paraná, oferecendo informação na busca de cursos profissionalizantes e inclusão laboral. Em 2019, a organização atendeu 1.295 pessoas em Curitiba. O programa Pana, Pana Brasil e Europana funcionam na sede da organização, que atua também na parte de interiorização em conjunto com a OIM.	Sim, IP	-
Estou Refugiado	ONG	São Paulo	Inserção formal de refugiados no mercado de trabalho.	Estou refugiado é uma ONG formada em 2015 com o objetivo de disseminar informação sobre a causa do refúgio e desenvolver ações concretas para ajudar PoCs a encontrar emprego ou empreender.	Sim, OP	-
IFC - Corporação Financeira Internacional	Instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento. É membro do Grupo Banco Mundial.	São Paulo	Oferecer serviços de investimento, consultoria e administração de ativos para incentivar o desenvolvimento do setor privado em países em desenvolvimento.	Networking with areas of the private sector with great potential for employability and awareness of the refugee cause and pilot projects on professional training, such as Somos Todos Cuidadores (We are all Caregivers), in partnership with Sodexo.	Sim, OP	-
IKMR	ONG	São Paulo	Educação complementar de crianças refugiadas e solicitantes de refúgio no contra turno escolar.	O projeto Cidadãos do Mundo está voltado para a educação complementar de meninos e meninas refugiadas e solicitantes de refúgio residentes em São Paulo, com uma orientação educacional multidisciplinar. Este profissional irá trabalhar em um programa de tutoria escolar com crianças de seis a 12 anos de idade, implementado na zona leste de São Paulo.	Sim, IP	-
Museu da Imigração	Instituição pública	São Paulo	Consolidar a posição de referência nacional e internacional como museu, centro de referência e pesquisa sobre migração	ACNUR assinou um MOU com o Museu da Imigração em dezembro/19. Estão previstas ações como o lançamento do Global Trends no Museu, exposições do ACNUR, sessões de cinema, seminários, encontros e rodas de conversa com a temática refúgio, migração e direitos humanos.	Sim, OP	-
SESC - Serviço Social do Comércio	Organização privada sem fins lucrativos	São Paulo	Projetos sociais, educativos e de iniciativas de transformação social.	Aulas de português para refugiados e solicitantes de refúgio e o projeto Refúgios Humanos, que propõe encontros formativos voltados a educadoras e educadores, para o compartilhamento de experiências, pesquisas e saberes de/sobre refugiados e imigrantes que deixaram seus países em razão da violação dos Direitos Humanos.	Sim, OP	-
IMDH - Instituto Migrações e Direitos Humanos	ONG	Brasília (DF)	Integração social e econômica de refugiados e migrantes	O IMDH é o principal centro de referência para a integração local de refugiados em Brasília. A organização apoia refugiados e solicitantes de refúgio no acesso a aulas de português, mercado de trabalho e oportunidades de treinamento na cidade.	Sim, IP	-

Nome do Ator	Privado/Público/ ONU/ONG/ Universidade	Localização	Prioridades Estratégicas	Atual ou Potencial Contribuição para a Estratégia	Parceiro Implementador ou Operacional?	Potencial Parceiro?
UnB - Universidade de Brasília	Universidade Pública	Brasília (DF)	Programas Acadêmicos	A Universidade de Brasília é a maior instituição de ensino de Brasília e presta diversos serviços para refugiados e solicitantes de refúgio, incluindo aulas de português, assistência médica, assistência jurídica, entre outros. A Universidade oferece acesso facilitado aos refugiados e integra o Consórcio Acadêmico Sergio Vieira de Mello.	Sim, OP	-
UCB - Universidade Católica de Brasília	Universidade Privada	Brasília (DF)	Programas Acadêmicos	A UCB é a maior universidade privada de Brasília e oferece vários serviços para solicitantes de refúgio e refugiados em parceria com o IP local do ACNUR (IMDH). A instituição está disposta a ingressar no Consórcio Acadêmico Sergio Vieira de Mello e o ACNUR trabalha para que passem a oferecer bolsas de estudos para PoCs.	Não	Sim
IESB - Instituto de Educação Superior de Brasília	Universidade Privada	Brasília (DF)	Programas Acadêmicos	O IESB é uma instituição privada de ensino superior em Brasília que tem se envolvido com a comunidade local de refugiados e solicitantes de refúgio. Possuem excelente infraestrutura, oferecendo muitos cursos técnicos (2 anos) que podem beneficiar os PoC, principalmente os interessados / engajados no mercado de criatividade.	Não	Sim
SEBRAE-DF	Organização privada sem fins lucrativos	Brasília (DF)	Desenvolvimento e suporte à iniciativas de empreendedorismo	Em 2016, a organização ministrou cursos de empreendedorismo para 200 PoC em São Paulo, uma iniciativa em parceria com o CONARE. Iniciativas semelhantes podem ser expandidas para outras regiões, incluindo Brasília. Além disso, a organização já demonstrou interesse em promover parcerias com o ACNUR na integração local de refugiados e solicitantes de refúgio.	Não	Sim
SENAI-SP	Organização privada sem fins lucrativos	São Paulo (SP)	Programas de treinamento profissional que apoiam o setor industrial	O SENAI-SP é parceiro da Caritas SP desde 2001 em programas de treinamento para PoC. Essas atividades podem ser expandidas por meio de uma parceria com o ACNUR.	Não	Sim
ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes	Trade Association	Brasília (DF)	Inclusão Econômica de Refugiados	A Associação Comercial de Restaurantes e Bares de Brasília oferece um fórum para envolver empreendedores locais na inclusão trabalhista do PoC. O escritório já engajou alguns membros que demonstraram interesse na agenda.	Não	Sim
Diretoria de Educação do Distrito Federal	Público	Brasília (DF)	Atividades de educação e integração social de refugiados e migrantes	A Diretoria de Educação do DF tem se empenhado em garantir que refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes tenham acesso a aulas de português através de escolas públicas.	Sim, OP	-

ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis	Associação de Comércio	Brasília (DF)	Inclusão Econômica de Refugiados	A Associação de Comércio de Hotéis de Brasília oferece um fórum para envolver empreendedores locais na inclusão trabalhista do PoC. O escritório já engajou alguns membros que demonstraram interesse na agenda.	Não	Sim
IFB - Instituto Federal de Brasília	Escola Vocacional Pública	Brasília (DF)	Treinamento vocacional	O Instituto Federal de Brasília é uma instituição pública que oferece cursos técnicos. A Instituição já implementou uma parceria com o CONARE no ensino de português para PoC. O ACNUR pode promover mais cooperação através do estabelecimento de cursos vocacionais voltados para a PoC.	Não	Sim
Manpower Group	Privado	São Paulo (SP)	Atividades de educação e integração social de refugiados e migrantes	A Manpower atua conjuntamente ao ACNUR promovendo oficinas de formação para o mercado de trabalho para PoCs e também oficinas de capacitação e formação de redes para ONGs que trabalham com esse público.	Sim, OP	-
Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa	Privado	Porto Alegre (RS)	Atividades de educação para empreendedorismo	O Instituto Besouro ofereceu capacitação em empreendedorismo a refugiados e solicitantes de refúgio.	Sim, OP	-
Banco Central do Brasil	Público	Brasília (DF)	Inclusão Econômica de Refugiados	O Banco Central promove o acesso à informação financeira e de acesso ao sistema bancário para PoCs, através da produção de conteúdos informativos, em parceria com ACNUR e CONARE.	Sim, OP	-
Cisco	Privado	Brasília (DF)	Capacitação em tecnologia da informação	Em parceria com a Cáritas RJ e a Fundação Banco do Brasil, a Cisco ofereceu capacitações em tecnologia da informação para refugiados.	Sim, OP	-
CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola	Organização privada sem fins lucrativos	Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Paulo (SP)	Integração social e econômica de refugiados e migrantes	O CIEE promove capacitações para jovens refugiados e imigrantes, visando sua inserção no mercado de trabalho através dos programas de Estágio e de Jovem Aprendiz.	Sim, OP	-
Instituto Techmail	Privado	São Paulo (SP)	Integração social e econômica de refugiados e migrantes	Em parceria com a Escola Nacional de Seguros, o Instituto ofereceu curso de capacitação Jovem Aprendiz para PoCs.	Sim, OP	-
ESMPU - Escola Superior do Ministério Público da União	Público	Brasília (DF)	Aperfeiçoamento da capacitação técnico-profissional de membros e servidores públicos do Ministério Público da União	Em 2019 a ESMPU, em parceria com ACNUR e diversas outras instituições, promoveu o projeto Atuação em Rede: Capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil. Oficinas de formação foram realizadas em 12 estados do país - Belém (PA), Manaus (AM), São Paulo (SP), Boa Vista (RR), Porto Alegre (RS), Recife (PE), João Pessoa (PB), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF).	Sim, OP	-

Nome do Ator	Privado/Público/ ONU/ONG/ Universidade	Localização	Prioridades Estratégicas	Atual ou Potencial Contribuição para a Estratégia	Parceiro Implementador ou Operacional?	Potencial Parceiro?
Centro Pastoral para Migrantes	ONG	Cuiabá (MS)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	O Centro apoia o Programa de Interiorização, acolhendo venezuelanos e venezuelanas e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas.	Sim, OP	-
Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro	ONG	Rio de Janeiro (RJ)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	A Cáritas apoia o Programa de Interiorização, acolhendo venezuelanos e venezuelanas e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas. Adicionalmente, também realiza atendimentos a refugiados e solicitantes de refúgio de outras nacionalidades.	Sim, IP	-
Aldeias Infantis SOS	ONG	Brasília (DF), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Juiz de Fora (MG) e Porto Alegre (RS)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	As Aldeias Infantis apoiam o Programa de Interiorização, acolhendo venezuelanos e venezuelanas e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas.	Sim, IP	-
A CASA Museu do Objeto Brasileiro	Privado	São Paulo (SP)	Oportunidades de geração de renda para venezuelanos e venezuelanas indígenas Warao	A CASA desenvolve um projeto com venezuelanas Warao com oficinas para fortalecimento de suas capacidades de produção, introdução do planejamento financeiro e criação de cadeia de valor para essa população, para expandir a venda do artesanato. Como resultado dessas primeiras oficinas, foi realizada a exposição "Ojiju – Árvore da Vida Warao", para a venda das peças produzidas.	Sim, IP	-
		Brasília (DF)	Interiorização e integração social e educativa de crianças venezuelanas e suas famílias	A Visão Mundial atua apoiando o Governo Federal do Brasil no Programa de Interiorização, acolhendo, protegendo e promovendo educação para crianças venezuelanas, com especial atenção à indígenas e suas famílias.	Sim, OP	-
		Manaus (AM)		A instituição iniciou um projeto em Manaus e irá atuar em três eixos: empregabilidade, empreendedorismo e envolvimento do setor privado. Aproximar a parceria com as atividades do parceiro SJMR.		Sim
Visão Mundial	ONG	Boa Vista (RR)	Qualificação profissional, empreendedorismo e sensibilização do setor privado	Projeto de geração de renda e capacitação (focos: inserção no mercado formal, empreendedorismo e engajamento do setor privado), financiado pela USAID. Parcerias: SJMR para cadastro de candidatos e sessões informativas sobre mercado e direitos; CIEDS para promoção de pequenos negócios; abrigos FFHI para possíveis interiorização, entre outros.	Não	-

SPM - Serviço Pastoral Migrante	ONG	Conde (PB) e Florianópolis (SC)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	O SPM apoia o Programa de Interiorização, acolhendo venezuelanos e venezuelanos e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas.	Sim, IP	-
ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos	Entidade não governamental sem fins lucrativos	Campinas (SP)	Capacitação de profissionais de RH e gestores de pessoas	A ABRH está se envolvendo com a causa do refúgio e incluindo a pauta nas discussões de fóruns que realizam com profissionais do RH de diferentes empresas.	Sim, OP	-
Cáritas Arquidiocesana de Manaus	ONG	Manaus (AM)	Integração social e coexistência pacífica	Potencial para gerir atividades de coexistência pacífica e integração social dos PoCs.	Sim, IP	-
Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados	ONG	Brasília (DF)	Interiorização, capacitação profissional e integração social e econômica de refugiados e migrantes	SJMR apoia o programa de interiorização por vaga de emprego sinalizada na articulação com empresas, alocando PoCs as vagas e fazendo monitoramento pos-interiorização. Além disso, em parceria com o SENAC e SENAI, eles oferecem capacitações profissionais periodicamente e cursos de português em Boa Vista. Também possuem outreach volunteers que atuam em suas comunidades, promovendo eventos informativos sobre diversos temas relativos a integração local.	Sim, IP	-
		Boa Vista (RR)				
		Manaus (AM)				
		Belo Horizonte				
ADRA	ONG	Manaus (AM)	Coexistência pacífica, integração social e econômica de refugiados e migrantes	O SJMR é o principal parceiro de Meios de Vida em Manaus. Atividades de mediação laboral, qualificação profissional e sensibilização do setor privado.	Sim, IP	-
Hermanitos	ONG	Brasília (DF)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	O SJMR é a principal referência de Meios de Vida em Minas Gerais. Prepara os atendidos para o mercado de trabalho, prestando assessoria, elaborando e imprimindo versões em Português de currículos e intermediando processos seletivos de empregadores ou empresas que desejam contratar migrantes.	Sim, IP	-
		Boa Vista (RR)				
Hermanitos	ONG	Manaus (AM)	Integração social e econômica de refugiados e migrantes e sensibilização do setor privado	O CARE tem grande poder de advocacy com o setor privado e de empoderamento comunitário. Tem grande potencial para investir mais nas ações de Meios de Vida.	Sim, IP	-
		Manaus (AM)				

Nome do Ator	Privado/Público/ ONU/ONG/ Universidade	Localização	Prioridades Estratégicas	Atual ou Potencial Contribuição para a Estratégia	Parceiro Implementador ou Operacional?	Potencial Parceiro?
Universidade do Estado do Amazonas	Universidade	Manaus (AM)	Curso de português, revalidação de diplomas	Tem ofertado curso de português gratuito e facilitado o processo de revalidação de diplomas. Precisamos avançar com CSV.M.	Não	-
UNINORTE	Universidade	Manaus (AM)	Curso de português, orientação jurídica	A Universidade tem oferecido curso de português e atendimento jurídico. Avançar com a CSV.M.	Não	-
Secretaria Municipal de Trabalho, Empreendedorismo e Inovação (SEMTEPI)	Público	Manaus (AM)	Inserção laboral, qualificação profissional e orientação ao empreendedorismo	Potencial para construir Termo de Cooperação com o ACNUR, para melhorar a resposta do município nos SINES e nas oficinas e cursos gratuitos.	Não	-
Secretaria de Estado de Trabalho (SETRAB)	Público	Manaus (AM)	Inserção laboral, qualificação profissional e orientação ao empreendedorismo	Potencial para construir Termo de Cooperação com o ACNUR, para melhorar a resposta do município nos SINES e nas oficinas e cursos gratuitos.	Não	-
Ministério Público do Trabalho (MPT)	Público	Manaus (AM)	Advocacy com a rede de apoio, financiamento de projetos	Potencial para construir Termo de Cooperação com o ACNUR, para consolidar a parceria.	Não	-
Impact Hub Manaus	ONG	Manaus (AM)	Sensibilização setor privado, empreendedorismo	A instituição tem apresentado alguns projetos para o ACNUR Manaus para ter apoio direito, em projetos de empreendedorismo e sensibilização de empresas. Grande potencial como OP para apoiar na sensibilização de empresas.	Não	-
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM)	Público	Manaus (AM)	Qualificação profissional	Já temos Termo de Cooperação com a instituição, para garantir cursos de qualificação gratuitos.	Não	-
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Universidade	Manaus (AM)	Curso de português, bolsas de estudos, revalidação de diplomas	Cátedra apresentada para a equipe de Proteção, processo está em andamento.	Não	-
Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	ONG	Manaus (AM)	Geração de renda em trabalhos verdes	Apresentou alguns projetos e ACNUR está mediando possibilidade de financiamento (projetos de trabalhos verdes)	-	-
FFHI - Franternidade - Federação Huminitária Internacional	ONG	Boa Vista e Pacaraima (RR)	Oportunidades de geração de renda para venezuelanos e venezuelanos indígenas Warao	FFHI apoia o empreendedorismo das comunidades indígenas nos abrigos Janokoida e Pintolandia mediando as comunicações entre A Casa Museu e as artesãs. Ela também apoia os indígenas na coleta de matérias prima para produção do artesanato.	Sim, IP	-
AVSI	ONG	Boa Vista e Pacaraima (RR)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	O projeto de interiorização da Avsi pretende interiorizar neste ano _____ famílias com emprego. Dentro dos abrigos, a AVSI também auxilia venezuelanos no acesso ao CRAS, promove sessões informativas sobre direitos trabalhistas e realiza mapeamentos relevantes sobre a população abrigada em seu acesso a programas públicos e ao mercado de trabalho local.	Sim, IP	-

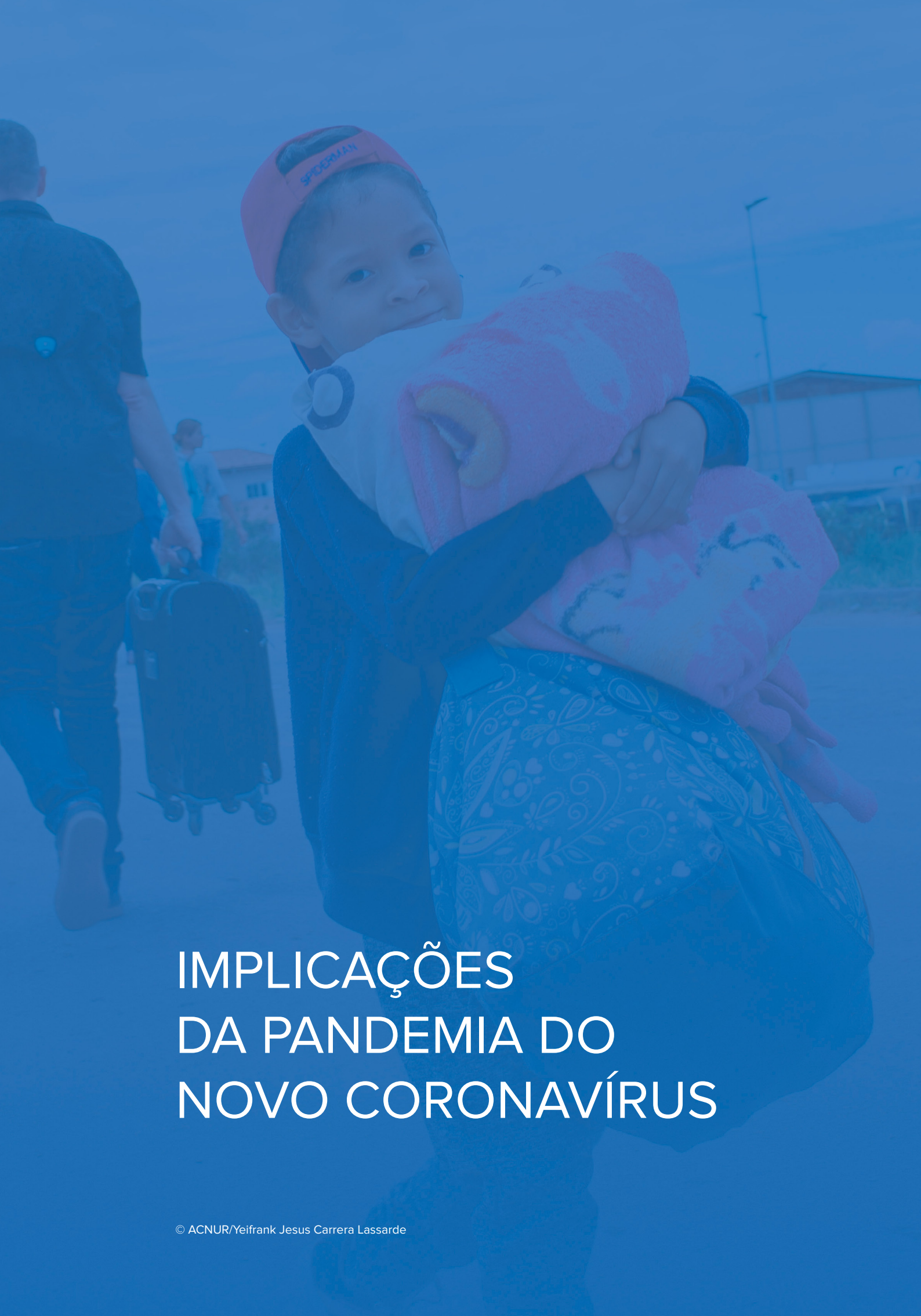
CIEDS - Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável	ONG	Boa Vista (RR)	Integração social e econômica de refugiados e migrantes	Projeto RIS - Redes de Integração Socioeconômica: atividades de promoção de uma "atitude empreendedora", curso de empreendedorismo, direitos e desenvolvimento pessoal, apoio ao planejamento de negócios de pequenos empreendedores e incubação com capital semente.	Sim, OP	-
UFRR - Universidade Federal de Roraima	Público	Boa Vista (RR)	Integração social e econômica de refugiados e migrantes	Primeira universidade da região Norte a se tornar membro da Catedra Sergio Vieira de Mello. Atualmente, atua oferecendo aulas de português através do projeto Acolher. Tem o potencial de tornar-se uma parceria estratégica para revalidação de diplomas e inclusão de refugiados nos cursos universitários.	Sim, OP	-
Caritas Roraima	ONG	Roraima	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	Este ano, a Cáritas pretende criar um fundo rotativo que ofereça empréstimos para 100 empreendimentos locais de famílias venezuelanas. Eles também irão promover duas feiras anuais de economia solidária para escoar produtos dos 40 coletivos venezuelanos espalhados pelos 15 municípios de Roraima, criados a partir de seu investimento no ano passado. Além disso, em Março eles estarão iniciando seu próprio projeto de interiorização por emprego e reunificação familiar.	Não	Sim
CMDH - Centro de Migração e Direitos Humanos	ONG	Boa Vista (RR)	Apoio à pré-documentação; cursos de português	Oferta de cursos de português nos níveis básico e avançado, além de outras atividades educacionais.	Sim, OP	-
ITCPES - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (UFRR)	Público	Boa Vista (RR)	Integração social e econômica de refugiados e migrantes	A incubadora da UFRR atualmente incuba o projeto Costurando Sonhos, uma cooperativa de mulheres venezuelanas e brasileiras, além de outras cooperativas da comunidade local. Apoiou projetos de outros parceiros da Op Acolhida, como Mujeres Palante no abrigo Jardim Floresta (NRC), RIS, do CIEDS, entre outros Dignify, que promove empregos home-based para mulheres venezuelanas em Boa Vista.	Sim, OP	-
Refúgio 343	ONG	Boa Vista (RR)	Interiorização	Refúgio 343 promove a interiorização de venezuelanos abrigados no São Vicente 2 e este ano estão planejando expandir sua presença a dois abrigos geridos por IPs do ACNUR em Boa Vista. Eles também oferecem aula de português e adaptação cultural como parte do programa.	Sim, OP	-
Social Bank	Privado	Brasília (DF)	CBI e Inclusão Financeira	Através da parceria com Social Bank, o ACNUR entrega o benefício do CBI em cartões pré-pagos. A parceria também irá permitir a abertura de contas para artesãs indígenas do Janokoida e Pintolandia para fins de seus empreendimentos.	Sim, OP	-
OIM	ONU	Boa Vista (RR)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	OIM está coordenando um projeto piloto de poupança comunitária com 30 abrigados com o objetivo de fomentar empreendimentos e fornecer uma alternativa para acesso a crédito.	Não	-

Nome do Ator	Privado/Público/ ONU/ONG/ Universidade	Localização	Prioridades Estratégicas	Atual ou Potencial Contribuição para a Estratégia	Parceiro Implementador ou Operacional?	Potencial Parceiro?
Igreja dos Santos dos Últimos Dias (Mormons)	-	Boa Vista (RR)	Interiorização	Interiorização de venezuelanos na modalidade sociedade civil.	Sim, OP	-
ONU Mulheres	ONU	Boa Vista (RR)	Integração social e econômica de refugiados e migrantes	ONU Mulheres promove curso de português para mulheres abrigadas e cursos de empreendedorismo em parceria com o SENAC que inclui a doação de capital semente. Eles também atuam na interiorização, oferecendo CBI e aulas de educação financeira para mulheres que irão acompanhar seus maridos, de maneira a incentivar a independência econômica e o empreendedorismo.	Não	Sim
Dignify	Negócio Social	Boa Vista (RR)	Geração de renda e capacitação	projeto piloto de capacitação de PoCs em prestação de serviços de tecnologia e inteligência artificial para que possam posteriormente anunciar seus serviços à distância em uma Plataforma online.	Não	Sim
Projeto Crescer	Público	Boa Vista (RR)	Integração socioeconômica de jovens e adolescentes	Capacitações técnicas, apoio a atividades produtivas e a inserção laboral	Não	Sim
EMBRAPA	Empresa pública	Pacaraima (RR)	Geração e Transferência de tecnologias agropecuárias	Implementação do "Sisteminha Embrapa" na comunidade indígena de Tarau Paru, incluindo capacitações e transferência de tecnologia para a comunidade, com objetivos de gerar renda e segurança alimentar.	Sim, OP	-
Cáritas Arquidiocesana de Belém	ONG	Belém (PA)	Integração social e econômica de PoCs	Ministram atividades de economia solidária para os Warao	Não	Sim
Aprendizagem Industrial (SENAI) Serviço Social da Indústria (SESI)	Organização privada sem fins lucrativos	Belém (PA)	Programas de treinamento profissional que apóiam o setor industrial	Potencial para Treinamentos, cursos, capacitação profissional e técnica em áreas diversas (costura, idioma e etc)	Não	-
Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC)	Organização privada sem fins lucrativos	Belém (PA)	Desenvolvimento e apoio à atividades de comércio	Potencial para Treinamentos, cursos, capacitação profissional e técnica em áreas diversas	Não	-
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Organização privada sem fins lucrativos	Belém (PA)	Desenvolvimento e apoio à atividades rurais	Potencial para Treinamentos, cursos, capacitação profissional e técnica em áreas diversas	Não	-
Serviço Social do Comércio (SESC)	Organização privada sem fins lucrativos	Belém (PA)	Desenvolvimento e apoio à atividades de comércio	Potencial para Treinamentos, cursos, capacitação profissional e técnica em áreas diversas	Não	-
Instituto Federal do Pará (IFPA)	Público	Belém (PA)	Capacitação técnica	Potencial para oferecer cursos de português para PoCs e possivelmente algum serviço de saúde no formato de extensão	Não	Sim
Fundação Cultural do Pará - FCP	Público	Belém (PA)	Capacitação para promoção de integração econômica	Potencial para treinamentos e capacitações	Não	Sim

Instituto Sócio Ambiental (ISA)	ONG	Santarém (PA)	Integração social e econômica de indígenas	Criação de cadeia de valores e potencial para treinamentos e capacitações	Não	-
Redemir	Rede de ONGs	Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo	Integração socioeconômica de refugiados e migrantes; Interiorização; Advocacy; Capacitação; Curso de Português	A rede é formada por uma série de organizações não-governamentais com presença em 20 estados brasileiros, que têm forte atuação para advocacy. Além disso, promovem acolhida de refugiados e migrantes, cursos de capacitação, entre outras estratégias para integração local.	Sim	-
ONG Nises	ONG	Sapeaçu (BA)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	Através do programa de Interiorização a ONG acolhe famílias de venezuelanos e tem parceria com a Fundação Pestalozzi, que presta assistência para pessoas interiorizadas que precisam de cuidados especiais.	Sim, OP	-
AEBVB - Associação Educacional e Beneficente Vale da Benção	ONG	Araçatiguama (SP)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	A Associação apoia o Programa de Interiorização, acolhendo venezuelanos e venezuelanos e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas.	Sim, OP	-
Governo Estado São Paulo	Público	São Paulo (SP)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	Através da Casa de Passagem Terra Nova, o governo estadual de São Paulo apoia o programa de interiorização, promovendo a acolhida de venezuelanos e venezuelanos e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas. Com o CIC do Imigrante apoia solicitantes de refúgio no acesso ao SISCONARE, além de oferecer espaço para a realização de cursos e eventos.	Sim, OP	-
Casa Esperança	ONG	São Paulo (SP)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	Apoio ao programa de Interiorização, promovendo a acolhida de venezuelanos e venezuelanos e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas.	Sim, OP	-
Casa Minha Pátria	ONG	Guarulhos (SP)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	Apoio ao programa de Interiorização, acolhendo venezuelanos e venezuelanos e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas.	Sim, OP	-
Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Guarulhos (CDDH)	ONG	Guarulhos (SP)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	Apoio ao programa de Interiorização, acolhendo venezuelanos e venezuelanos e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas.	Sim, OP	-

Nome do Ator	Privado/Público/ ONU/ONG/ Universidade	Localização	Prioridades Estratégicas	Atual ou Potencial Contribuição para a Estratégia	Parceiro Implementador ou Operacional?	Potencial Parceiro?
Prefeitura de São Paulo	Público	São Paulo (SP)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	A Prefeitura de São Paulo é responsável por alguns dos abrigos públicos municipais que atendem especificamente imigrantes e refugiados - Centro de Acolhida Imigrantes-Pari; Centro de Acolhida para Mulheres Imigrantes-Penha; CTA Butantã; CTA São Mateus.	Sim, OP	-
Casa de Acolhida Dom Luciano (Fé e Alegria - Jesuítas)	ONG	São Paulo (SP)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	Apoio ao programa de Interiorização, acolhendo venezuelanas e venezuelanos e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas.	Sim, OP	-
Associação de Apoio à Mulher Portadora de Neoplasia (AAMN)	ONG	Rio de Janeiro (RJ)	Casa de passagem para pessoas em tratamento de câncer	Apoio ao programa de Interiorização, acolhendo venezuelanas e venezuelanos e apoiando sua integração durante o tratamento de saúde.	Sim, OP	-
Casa do Migrante (PROVIDENS - SJMR)	ONG	Belo Horizonte (MG)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	Apoio ao programa de Interiorização, acolhendo venezuelanas e venezuelanos e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas.	Sim, OP	-
Casa Alberto Hurtado (SJMR)	ONG	Belo Horizonte (MG)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	Apoio ao programa de Interiorização, acolhendo venezuelanas e venezuelanos e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas.	Sim, OP	-
Casa de Acolhida Pedro Arrupe (SJMR)	ONG	Montes Claros (MG)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	Apoio ao programa de Interiorização, acolhendo venezuelanas e venezuelanos e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas.	Sim, OP	-
Casa de Acolhida Chico do Vale	ONG	Belo Horizonte (MG)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes e casa de apoio para pessoas em tratamento de câncer	Apoio ao programa de Interiorização, acolhendo venezuelanas e venezuelanos e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas e apoio durante o tratamento de saúde.	Sim, OP	-
ABAN	ONG	Juiz de Fora (MG)	Interiorização, integração social e econômica de refugiados e migrantes	Apoio ao programa de Interiorização, acolhendo venezuelanas e venezuelanos e apoiando sua integração local, inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços e políticas públicas.	Sim, OP	-



A young child in a red cap and blue shirt is holding a pink blanket. In the background, a man is pulling a suitcase. The image is overlaid with a blue tint.

IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Tendo em vista os impactos sociais e econômicos derivados da pandemia do novo Coronavírus a partir do primeiro trimestre de 2020, este Anexo é complementar à Estratégia de Livelihoods para o período de 2019 a 2021. Alinhada às diretrizes estabelecidas pelo COVID-19 Global Humanitarian Response Plan (GHRP) e à postura ativa do ACNUR de preparo e resposta à epidemia, a finalidade deste Anexo é indicar as possíveis implicações que este novo cenário trará ao planejamento, objetivos, execução e monitoramento das ações previstas na Estratégia de Livelihoods.

A pandemia do coronavirus no Brasil tem sido mais do que uma crise sanitária. Estimativas mostram um intenso declínio da atividade econômica e amplos efeitos no desemprego e aumento da pobreza.

Apesar de seu amplo sistema de proteção social, pobreza e desigualdades socio-econômicas permanecem um desafio no Brasil e é provável que ambas piorem devido à pandemia do novo coronavírus e seus impactos. Mesmo antes da pandemia, era possível observar a elevação dos níveis de pobreza e a desigualdade alcançou a estabilidade em um patamar elevado, quando comparado com padrões internacionais, após uma década de diminuição, por conta da crise de 2014-2016. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 13.5 milhões de pessoas viviam na extrema

pobreza (6.5% da população) em 2018, 4.5 milhões a mais que em 2014, quando 4.5% da população vivia na extrema pobreza.

No contexto da crise global causada pela pandemia do novo coronavírus, o Banco Mundial projetou recentemente que o PIB global cairá 5.2% em 2020, o que representa a maior recessão desde a II Guerra Mundial. A recessão projetada para o Brasil é ainda maior que a média global: uma queda de 8% no PIB. Na ausência de medidas emergenciais de proteção social, a população total que vive na pobreza (na linha de U\$5.5/dia) pode crescer de 41.8 milhões em 2019 para 48.8 milhões em 2020.

Trabalhadores informais ou autônomos representam 41% de toda a população ocupada. Além do aumento do desemprego, é provável que a diferença salarial entre homens e mulheres aumente. Segundo o IBGE, as mulheres estão presentes em setores produtivos com salários mais baixos e proteção precária e ganham, em média, o equivalente a 77% da renda mensal dos homens.

Trabalhadores no mercado formal de trabalho também correm o risco de sofrer com perda de renda e desemprego. No entanto, eles têm melhores condições para lidar com choques de renda, pois são cobertos pelo seguro social (incluindo licença médica paga), além de estarem amparados pela proteção de renda e emprego, no caso de suspensão do contrato ou redução das horas trabalhadas (medidas implementadas pelo Governo Federal brasileiro para apoiar empregadores e funcionários na resposta à crise).

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que em Abril de 2020 o balanço entre novos postos abertos e encerramento de contratos atingiu a marca histórica de (-) 860.503 – com São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul sendo os

estados mais afetados. Os dados daqueles que solicitaram seguro-desemprego também atingiram uma marca recorde de 960.258 trabalhadores em Maio de 2020 – um aumento de 74% em relação aos números de Março, quando a pandemia atingiu o país.

Para lidar com o impacto socioeconômico das medidas de contenção, o Governo Federal brasileiro implementou importantes medidas de proteção social, ampliando o sistema nacional de proteção social tanto verticalmente (aumentando os níveis de benefícios e abrangência daqueles que estão cobertos) e horizontalmente (incluindo mais beneficiários no sistema, especialmente aqueles que não estavam cobertos por nenhum tipo de proteção social). Adaptações na implementação e ajustes de desenho também foram utilizados por diversas agências, especialmente o Ministério da Cidadania (MCid).

Para atender a necessidade de um grande conjunto de trabalhadores informais (e suas famílias) não cobertos pelo seguro social nem pelos programas de assistência em dinheiro não contributivos (principalmente devido aos critérios de elegibilidade existentes, tendo em vista que o Bolsa Família é direcionado às famílias mais pobres), foi implementado um programa de auxílio financeiro emergencial (Auxílio Emergencial), pago pelo Governo Federal a adultos (maiores de 18 anos) que não tenham emprego formal e com baixa renda familiar (até meio salário mínimo ou R\$ 522,50 per capita; com máximo de 3 salários mínimos R\$ 3.152 da renda familiar total). O benefício abrange três transferências de R\$ 60 para atender às necessidades essenciais. Cada família pode receber até dois benefícios e as mães solteiras têm direito a receber um benefício duplo (R\$ 1.200).

Até meados de Junho de 2020, 53.8 milhões de pessoas já haviam se beneficiado de pelo menos uma transferência do

auxílio emergencial, com um orçamento total de R\$ 38 bilhões. Grupos elegíveis incluem: (i) famílias do Programa Bolsa-Família (PBF) (tendo em vista que o auxílio de emergência fornece um complemento automático a todos os beneficiários cuja transferência mensal foi inferior a R\$ 600, representando 95% da folha de pagamento do PBF ou 13.6 milhões de famílias); (ii) aqueles já incluídos no Cadastro Único (mas não elegíveis ao PBF – totalizando 10.2 milhões de pessoas) e; (iii) novos registros utilizando um aplicativo móvel desenvolvido pela Caixa Econômica Federal, por meio do qual trabalhadores, desempregados sem seguro e microempreendedores podem aplicar para o benefício. Em 14 de Maio de 2020 o programa foi ampliado para incluir mães adolescentes (menores de 18 anos).

Até 2019, refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos entraram cada vez mais no mercado de trabalho formal. A maior proporção destes venezuelanos vive nas regiões Norte, Sul e Sudeste do Brasil. Cerca de 72% dos venezuelanos no Brasil, o que representa cerca de 187 mil deles, estão em idade ativa, entre 18-64 anos, de acordo com os registros da Polícia Federal. Destes, 10% (18.855 pessoas) estavam formalmente empregados em Dezembro de 2019. Comparativamente, 34% da população brasileira em idade ativa trabalha no setor formal.

Os venezuelanos, assim como pessoas em situação de refúgio e imigrantes de outras nacionalidades, têm direito de acessar o Programa Bolsa Família, desde que cumpram os requisitos do programa. No entanto, a inscrição não garante o acesso aos benefícios, pois cada município opera sob uma cota fixa. Uma vez atingido o limite de famílias incluídas no programa, os benefícios não podem ser estendidos a famílias adicionais, mesmo as extremamente vulneráveis. Em Fevereiro de 2020, 13.5

milhões de famílias, o equivalente a 44.5 milhões de indivíduos – 21% do total da população brasileira – receberam benefícios por meio do Bolsa Família. O valor total desembolsado é de, aproximadamente, R\$ 30.6 bilhões (US\$ 6.1 bilhões) por ano, equivalente a 0.45% do PIB nacional.

Considerando apenas os venezuelanos, entre as famílias beneficiárias, 7.178 incluíram pelo menos um cidadão venezuelano. Ao todo, 16.707 venezuelanos, representando 6,5% de todos os venezuelanos no Brasil, foram beneficiados pelo Bolsa Família. Esse número aumentou consistentemente desde o início do influxo venezuelano em janeiro de 2017. A maioria dos beneficiários venezuelanos, mais de 60% deles, vive no norte de Roraima e Amazonas. Outros 25% vivem em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No entanto, 21% dos brasileiros acessam o Bolsa Família, enquanto apenas 6,5% dos venezuelanos o fazem. Como ambas as populações têm proporções semelhantes de famílias pobres, a diferença na taxa de utilização provavelmente se deve a outras razões que não a renda. Os motivos prováveis incluem a impossibilidade de se inscrever devido a informações incorretas, barreiras linguísticas, documentação expirada, não atendimento aos critérios de qualificação ou residência em municípios que atingiram suas cotas.

No cenário global da pandemia, em junho de 2020 o Brasil atingiu o segundo lugar no ranking de países com maior número de casos confirmados da doença e também maior número de mortes. Na ausência de uma diretriz nacional unificada sobre medidas de contenção do vírus, Governos Estaduais e Municipais vem adotando diferentes medidas, que devem culminar em distintos cenários de recuperação. Desta forma, será

imprescindível que as iniciativas de Meios de Vida sejam adaptadas para cada região.

Tendo isso em vista, o endereçamento das necessidades daqueles em maior vulnerabilidade socioeconômica e a atuação em estreita colaboração com governos, organizações parceiras, setor privado e população de interesse previstas na Estratégia de Meios de Vida são ainda mais necessários neste novo contexto. As diretrizes da Estratégia também se mantêm: seu principal objetivo é sensibilizar os diversos níveis de governo para promover a inclusão de PoCs nos serviços públicos de capacitação profissional, colocação profissional e capacitação para empreendedores e, ao mesmo tempo, incrementar esses serviços para as PoCs mais vulneráveis através de parceiros implementadores. Como já definido pela Estratégia, o público alvo dessas intervenções continua sendo refugiados reconhecidos e solicitantes de refúgio de baixa renda (desempregados e/ou que vivem com uma renda familiar inferior a R\$ 3.000,00), refugiados com alto perfil educacional (com empregos de baixa renda que fogem à sua experiência profissional anterior) e por venezuelanos que precisam de proteção e de assistência social. Conforme previsto no GHRP, é necessário focar os esforços na consolidação de uma nova economia que seja sustentável e inclusiva e que não deixe ninguém para trás.

Para fomentar o empoderamento das populações de interesse do ACNUR no Brasil, apoiando-os a superar situações de vulnerabilidade social e econômica e promovendo sua autossuficiência, os setores-chave de intervenção do ACNUR permanecem os mesmos, ainda que com adaptações necessárias:

- **Emprego:** a fim de promover o acesso de PoCs ao emprego, o ACNUR irá: ampliar parcerias com empresas, por meio da sensibilização

de empregadores em especial pela plataforma Empresas com Refugiados; fortalecer serviços de colocação profissional existentes oferecidos por empresas privadas de recrutamento e por seus parceiros; ampliar o acesso das PoCs a informações relacionadas a emprego e a direitos trabalhistas durante a pandemia; ampliar a inclusão digital e a cursos vocacionais, de habilidades gerais e Português on-line; fomentar o acesso de jovens PoCs a oportunidades de emprego (através de programas de jovem aprendiz e de estágios).

Considerando o contexto emergencial da pandemia da Covid-19, assim como o retraído cenário econômico decorrente dela, o ACNUR irá trabalhar com seus parceiros estratégias que promovam a inserção da população de interesse no mercado de trabalho a partir das novas possibilidades e cenários.

- **Empreendedorismo:** o ACNUR irá incentivar e promover atividades de empreendedorismo através do fortalecimento de capacidades e combinando o empreendedorismo ao acesso a empréstimos de microcrédito.

O ACNUR irá promover a criação de uma rede de empreendedores para expandir o compartilhamento de conhecimentos e promover a publicização das iniciativas, em continuidade a uma pesquisa dos desafios encarados por Venezuelanos para se tornar empreendedor no Brasil. Além disso, treinamentos e atividades de empreendedorismo deverão ser adaptadas às novas medidas de distanciamento social.

- **Assistência Financeira:** o programa de assistência financeira será aprimorado, resultando em melhorias na concessão à PoCs que não podem suprir as suas necessidades básicas.

Tendo em vista o recrudescimento da pobreza, a escassez das oportunidades de meios de vida e a ampliação da quantidade de pessoas que precisarão de apoio financeiro decorrente da pandemia, o programa de assistência financeira do ACNUR será implementado de forma a garantir a complementaridade aos programas governamentais de transferência de renda (a exemplo do Bolsa Família), inclusive o auxílio emergencial.

- **Inclusão Financeira:** Ampliação da inclusão financeira, por meio do acesso à educação financeira, a serviços bancários e ao microcrédito, por meio de parcerias com Bancos e outras organizações financeiras.

Iniciativas de educação financeira serão ampliadas e deverão ser adaptadas à nova realidade de distanciamento social. Amparado pela parceria com o Banco Central do Brasil, o ACNUR irá promover cursos on-line de educação financeira. Ademais, decorrente do fechamento de postos de trabalho e da possível consolidação de novas dinâmicas laborais, é possível que seja observado um aumento de demanda por atividades autônomas no futuro, o que demandaria uma ampliação das parcerias com programas de crédito.

- **Interiorização:** Apoiar a continuidade da estratégia de interiorização da Operação Acolhida, tendo em vista os resultados de integração local que foram atingidos graças a essa ação e acompanhar o progresso das pessoas interiorizadas no processo de integração e em sua busca por autossuficiência. Além disso, o ACNUR buscará a ampliação de parcerias para aumentar o apoio as casas de passagem que apoiam o processo de interiorização, considerando as necessidades trazidas pela pandemia

de coronavírus (distanciamento social, EPIs, materiais de limpeza e higiene, etc). O ACNUR também irá ampliar o advocacy com o setor privado para o engajamento na interiorização com base em oferta de trabalho, principalmente daqueles setores que continuam contratando durante a pandemia. No caso dos abrigos temporários de interiorização apoiados pelo ACNUR, considerando as estadas prologandas nestes abrigos pela diminuição de oportunidades de emprego e de geração de renda, esta modalidade será reduzida na interiorização, estando restrita a casos de proteção que precisem de remoção urgente de Roraima. No entanto, no momento de recuperação pós-pandemia, estes abrigos irão voltar a abrigar Venezuelanos, ainda que em uma escala menor.

O apoio ao Programa de

Interiorização será mantido, sempre atento às diretrizes estabelecidas no Plano Emergencial de Contingenciamento para COVID-19, promulgado pela Operação Acolhida.

- **Educação Superior:** O ACNUR ampliará o número de revalidações de diplomas acadêmicos das PoC e promoverá seu acesso à educação superior.

A estratégia de ampliação das revalidações de diploma se mantém, mas deve ser impactada pela suspensão do calendário letivo e fechamento temporário de muitas Universidades.

- **Pesquisa e desenvolvimento de conteúdo:** O ACNUR promoverá novo estudo sobre impactos da pandemia causada pela COVID-19 na situação socioeconômica da população de interesse no Brasil. Além disso,

apoiará a realização de nova pesquisa sobre a inserção socioeconômica da população venezuelana interiorizada.

As pesquisas de perfil

socioeconômicos da população de interesse serão mantidas e devem também endereçar os impactos da pandemia de Coronavírus para os meios de vida e autossuficiência dessas pessoas.

- **Incidência:** ACNUR reforçará suas ações de incidência junto aos Governos Locais para incrementar o processo de integração local das populações de interesse, inclusive por meio de articulação com a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Além disso, ACNUR apoiará o Governo Federal brasileiro em seus esforços para desenvolver políticas de integração local para os Pocs mesmo no contexto da COVID-19, por meio de parcerias envolvendo os Ministérios da Cidadania, Economia, Educação, Saúde e Mulheres, Família e Direitos Humanos.
- **Integração das perspectivas de Proteção e Socioeconômicas:** as unidades de Meios de Vida e de Proteção irão coordenar estreitamente os processos para garantir que os indivíduos que se beneficiam de intervenções de meios de vida sejam submetidos rotineiramente à uma avaliação de proteção, para atingir uma compreensão mais holística da situação do indivíduo. Da mesma forma, indivíduos em risco serão encaminhados para serem considerados para intervenções de meios de vida.
- **Identificação conjunta de intervenções baseadas na comunidade com objetivo duplo de proteção e meios de vida:** como parte da Proteção de Base Comunitária, as

unidades de Meios de Vida e Proteção irão selecionar conjuntamente as comunidades para engajamento em ações de proteção baseada na comunidade. As ações do ACNUR para o envolvimento significativo e empoderamento das comunidades, incluindo auto-organização e planos de ação comunitários, irão incorporar sistematicamente elementos de meios de vida como um componente constituinte da abordagem com a comunidade, incluindo:

- » Grupos de apoio mútuo e/ou grupos de poupança/empréstimos;
- » Introdução de esquemas de capital semente para apoiar o empoderamento financeiro das estruturas de auto-organização da comunidade (por exemplo, o ACNUR poderá fornecer aporte à comunidade uma vez que um plano de ação comunitário tenha sido desenvolvido);
- » Treinamento em habilidades gerais (ou seja, aquelas habilidades que ajudam indivíduos e comunidades a tomar decisões informadas, resolver problemas, pensar crítica e criativamente, ter empatia com os outros, comunicar-se com eficácia, construir relacionamentos sustentáveis e lidar e administrar a vida de maneira produtiva);
- » Treinamento em educação financeira básica;
- » Promoção de oportunidades de treinamento vocacional para a comunidade;
- » Curso de português com foco em habilidades práticas de linguagem para uso diário.

Será dada atenção especial às comunidades extremamente pobres, incluindo comunidades indígenas.

- **Implementação do ProGres com parceiros:** o ACNUR irá continuar trabalhando com parceiros na área de meios de vida capacitando-os para o registro no Sistema ProGres, com o objetivo de cadastrar no sistema todas as intervenções de meios de vida realizadas.

PARCERIAS E COORDENAÇÃO

Como mencionado na seção [7.3 Parcerias e Coordenação](#) da Estratégia de Livelihoods 2019-2021, o ACNUR irá continuar sua atuação conjunta com o Governo Federal, governos locais, setor privado, organizações parceiras, Universidades e Agências da ONU para implementar esta estratégia. Frente aos desafios trazidos pela pandemia do Coronavírus, faz-se necessário estreitar ainda mais a atuação conjunta e concertada entre esses diferentes atores, para promover uma resposta perene e integral que leve em consideração os impactos econômicos e sociais da pandemia para pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio. No escopo da Plataforma R4V e alinhado às diretrizes emitidas pelo Setor Regional R4V sobre Integração Local, o ACNUR está trabalhando com as organizações engajadas na R4V para fortalecer e ampliar as ações locais do Setor de Interiorização, Integração Local e Transporte Humanitário, com foco em adaptar sua atuação para endereçar os impactos causados pela pandemia do Coronavírus nos meios de subsistência das pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes no Brasil.

O documento [Prioridades do Setor de Interiorização, Integração Local e Transporte Humanitário da Plataforma R4V na situação de emergência COVID-19 – 11 pontos a serem implementados](#), foi elaborado pelas organizações participantes do Setor e estabelece dez prioridades

de ação tendo em vista as medidas de mitigação propostas pelo poder público:

1. Continuidade da estratégia de Interiorização de pessoas venezuelanas;
2. Acesso à informação é chave para as pessoas venezuelanas;
3. Mapear e mobilizar atores e organizações que podem fornecer assistência em cidades de destino;
4. Compreender como a crise econômica está afetando as pessoas venezuelanas;
5. Assegurar a continuidade dos programas de meios de vida sempre que possível;
6. Desenvolver parceria e iniciativas para auxiliar pessoas refugiadas e migrantes a voltar ao mercado de trabalho;
7. Considerar aumentar a oferta de treinamentos online;
8. Auxiliar à população refugiada e migrante a acessar os serviços e programas públicos;
9. Assistência direta para as pessoas mais impactadas pela crise;
10. Considerar a expansão dos programas de assistência financeira (CBI);
11. Ampliar o apoio às comunidades de acolhida.

De forma à atender as prioridades estabelecidas, o Setor de Interiorização, Integração Local e Transporte Humanitário também atuará em estreita sinergia com os demais Setores da Plataforma – como Educação, Saúde e Proteção.

COMUNICAÇÃO E INCIDÊNCIA

Seguindo a Nota Estratégica de CwC (Communicating with communities) no Brasil, o ACNUR continuará fortalecendo a

comunicação com os PoCs e comunidades de acolhida, especialmente frente aos desafios impostos pela pandemia de coronavírus. Em consonância com as diretrizes estabelecidas na seção 8. **Communication and Advocacy** da Estratégia de Livelihoods 2019-2021, o ACNUR irá fortalecer os canais de comunicação bidirecionais para manter os PoCs informados sobre suas opções para garantir meios de vida sustentáveis, bem como sobre o acesso a programas de saúde, de proteção social e laboral. A comunicação com comunidades também será fundamental para que as populações apontem os novos obstáculos que enfrentam devido a este contexto. Também neste sentido, faz-se premente manter a articulação com atores públicos em nível federal e local. Por fim, o Help.acnur.org, principal plataforma de informações para pessoas de interesse, será constantemente atualizado com informações relevantes relacionadas à pandemia de coronavírus.

DOCUMENTOS ADICIONAIS:

UN OCHA. Global Humanitarian Response Plan Covid-19: April-December 2020. Disponível em: <https://www.unocha.org/sites/unocha/files/Global-Humanitarian-Response-Plan-COVID-19.pdf>

RMRP. Revisão do RMRP COVID-19 – Plataforma Brasil. 10 Junho 2020. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/download/77033>

ACNUR, OIM e Visão Mundial. Prioridades do Setor de Interiorização, Integração Local e Transporte Humanitário da Plataforma R4V na situação de emergência COVID-19 – 11 pontos a serem implementados.





ESTRATÉGIA DE MEIOS DE VIDA PARA O BRASIL - EXTENSÃO 2022

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável tem como propósito central a superação de obstáculos para que as populações mais vulneráveis possam contribuir e se beneficiar da inclusão em processos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico. O Pacto Global para Refugiados, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019, vincula explicitamente o deslocamento forçado com a Agenda 2030 e fornece apoio aos esforços nacionais para garantir que as pessoas em situação de refúgio sejam incorporadas ao empenho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No âmbito dessa estratégia, as ações terão particular foco nos Objetivos que dizem respeito à erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), educação de qualidade (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10), e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

A Estratégia de Meios de Vida 2019-2021 se destina a apoiar pessoas refugiadas, apátridas, solicitantes do reconhecimento da condição de refugiada e venezuelanas de baixa renda para que acessem sua autonomia e autossuficiência com dignidade. Tais pessoas, como demonstrado pelos estudos produzidos, têm perfis educacionais e profissionais variados. A proposta fundamental da estratégia é apoiar a inclusão dessas populações nos serviços e programas públicos (em particular em programas socioeconômicos e de emprego) e incentivar a consolidação de um ambiente favorável no setor privado em relação a essas populações.

Em 2021, o ACNUR revisou a forma como estabelece o seu planejamento,

orçamento e relatórios para responder aos desafios do deslocamento forçado e da população refugiada, usando nesta ocasião um novo sistema de planejamento em base a resultados (RBM) e de programação (COMPASS). Neste sentido, se tornou necessária a prorrogação para 2022 da Estratégia de Meios de Vida de 2019-21, de modo a alinhar o próximo ciclo a partir de 2023 com a nova metodologia de planejamento com base em resultados da Operação, que iniciará no período 2023-2025.

Por outro lado, a prorrogação para 2022 da Estratégia de Meios de Vida de 2019-21 ocorre diante dos significativos impactos socioeconômicos derivados da pandemia do COVID-19 a partir do primeiro trimestre de 2020, cujas medidas de prevenção e enfrentamento seguiram sendo aplicadas ao longo de todo o ano de 2021, conforme estabelecido no Anexo “IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS”. Alinhado às diretrizes estratégicas e de planejamento da operação do ACNUR no Brasil e aos cenários impostos pela pandemia, abrangendo análises estimativas de cenários pós-pandemia, este anexo tem por finalidade detalhar as principais diretrizes para cada um dos eixos de intervenção estabelecidos, incluindo eventuais ajustes e recomendações de priorização no tocante aos objetivos, metodologias de execução e monitoramento das ações previstas para os setores-chaves da Estratégia de Meios de Vida.

A emergência do fluxo venezuelano para o território brasileiro através da fronteira norte do país, principalmente no município de Pacaraima, em Roraima, caminha para o seu sexto ano e já é possível considerar que venha a se configurar em uma situação prolongada de deslocamento forçado de pessoas com necessidade de proteção internacional. Nesse sentido,

estratégias que priorizem a busca de soluções duradouras, majoritariamente por meio da integração local de grupos populacionais diversos, se fazem cada vez mais essenciais à medida que a crise se estende durante os anos. Destaca-se o componente indígena deste fluxo migratório que requer soluções sensíveis às especificidades desta população.

Importante frisar que as intervenções específicas de meios de vida empreendidas pelo ACNUR e seus parceiros servem para apoiar os esforços do Estado brasileiro, com o intuito de fortalecer e complementar as iniciativas públicas por meio do apoio técnico e articulação junto a outras organizações de relevância, tendo em vista que o acesso de fato aos serviços públicos de colocação e formação profissional por parte de pessoas em situação de refúgio é por vezes limitado.

ANÁLISE DE CONTEXTO

A economia mundial continua a recuperar-se do choque inicial causado pela pandemia da Covid-19, mas alguns impactos da crise, como a desorganização das cadeias produtivas, o forte aumento de custos industriais e a alta da inflação, ainda persistem e devem continuar a condicionar a evolução da atividade econômica na maioria dos países durante algum tempo. Na região da América Latina, apesar da recuperação econômica em 2021, a situação de crise social se mantém, destacando-se taxas de desemprego, pobreza e extrema pobreza maiores do que 2019, conforme relatório da CEPAL. A mesma publicação indica também que os efeitos da pandemia foram sentidos de forma ainda mais agravada por determinados grupos, a exemplo do declínio da participação de mulheres no mercado de trabalho e do impacto conforme a idade, uma vez que os trabalhadores jovens foram desproporcionalmente mais

afetados. Finalmente, a recuperação no trabalho tem se dado principalmente por meio de crescimento do trabalho informal e, muitas vezes, em setores com condições precárias, conforme indica o relatório.¹

A economia brasileira não tem escapado desse quadro global e o desempenho recente dos indicadores de atividade econômica, em queda nos últimos meses, reforça a percepção de um cenário de instabilidade. Já os dados do mercado de trabalho vêm apresentando sinais significativos de recuperação, com o aumento no ritmo de expansão da população ocupada possibilitando sucessivos recuos na taxa de desemprego. Contudo, o avanço da taxa de população ocupada vem ocorrendo, sobretudo, entre os empregados no setor privado sem carteira assinada e os trabalhadores autônomos, o que vem gerando redução dos rendimentos médios reais, também impactados pela aceleração da inflação².

Esse cenário é ainda mais desafiador na acolhida de pessoas refugiadas e migrantes. Para os países anfitriões, aproveitar o seu potencial de contribuir para o crescimento econômico poderia reduzir a pressão sobre os resultados fiscais, aproveitando o trabalho conjunto com organismos internacionais na satisfação das necessidades humanitárias mais urgentes e com vistas à permanência continuada e integração local dessa população. Uma maior inclusão econômica e social permitirá que as pessoas venezuelanas acessem ao trabalho produtivo, à geração de renda, criação

1 ECLAC. Social Panorama of Latin America (2021). Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47719/1/S2100654_en.pdf. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

2 Para maiores informações, favor acessar: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211222_cc_53_nota_27_visao_geral.pdf

de novos empregos, paguem impostos, contribuam para o sistema de seguridade social e para o crescimento econômico local.

O Brasil é o país da América Latina com o maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos³: segundo portal da imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública, entre 2011 e 2021⁴, mais de 280 mil pessoas solicitaram refúgio no país⁵, sendo as principais nacionalidades: Venezuelanos (57,5%), Haitianos (13,9%), Cubanos (4,2%) e Senegaleses (3,2%). E ao final de 2021, segundo dados do CONARE⁶, havia mais de 62 mil pessoas refugiadas reconhecidas pelo Brasil. A nacionalidade com maior número de pessoas refugiadas reconhecidas, entre 2011 e 2021 é a venezuelana (49.045), seguida de síria (2.110) e congolosa (658).

No caso das pessoas da Venezuela, desde 2017, o Governo Brasileiro determinou a possibilidade de acesso à residência temporária no Brasil como alternativa ao pedido de refúgio, podendo as pessoas venezuelanas eleger uma ou outra via de acesso à documentação (solicitação de refúgio ou residência temporária) com base em uma decisão informada. Desde então, mais da metade das pessoas da Venezuela no Brasil optaram pela residência temporária⁷.

3 Conforme dados disponíveis em: <https://www.r4v.info/es/Refugiados>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

4 Para mais informações, acessar micro dados em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/publicacoes-obmigra>

5 Considerando somente os solicitantes da condição de refugiado ativos.

6 Para maiores informações, favor acessar painel interativo [aqui](#).

7 Conforme dados disponíveis em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em 06 de janeiro de 2022.

Embora a legislação brasileira não imponha restrições legais às pessoas refugiadas e migrantes ao exercício de atividades remuneradas no país, na prática elas enfrentam desafios para acessarem o sistema educacional, os programas de proteção social e o mercado de trabalho formal. Dessa forma, a integração socioeconômica de fato de pessoas refugiadas, incluindo as possibilidades de desenvolvimento de seu potencial humano, são ainda muito baixas quando comparadas com a população brasileira.

Pesquisas indicam que pessoas refugiadas enfrentam níveis de desemprego, taxas de trabalho informal e subocupação maiores que a população brasileira. Por exemplo, a pesquisa realizada em 2021 pelo Banco Mundial em parceria com o ACNUR⁸ para mensurar a integração de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas no Brasil mostrou que essas pessoas têm apenas 1/3 das chances de um brasileiro para acessar uma oportunidade de emprego formal. Além disso, a incidência de rebaixamento profissional no trabalho é maior para venezuelanos com ensino médio e superior (96% e 91%, respectivamente) do que para brasileiros com ensino médio e superior (89% e 62%, respectivamente).

Por outro lado, os estudos continuam a confirmar a relevância da chamada Estratégia de Interiorização⁹ para a integração local das pessoas venezuelanas em outras regiões do Brasil e a necessidade de continuar priorizando a implementação de estratégias

8 Para acessar a pesquisa, clique [aqui](#).

9 Estratégia do Governo Federal, implementada pela Operação Acolhida, que realoca voluntariamente pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas dos estados de Roraima e Amazonas para outras cidades do país. O ACNUR, em parceria com outras agências da ONU e organizações da sociedade civil, apoia a estratégia.

de saída dos abrigos em Roraima. Segundo os resultados da pesquisa “Limites e desafios à integração local de refugiadas, refugiados e pessoas migrantes da Venezuela interiorizadas durante a pandemia de Covid-19”¹⁰ realizada por ACNUR, ONU Mulheres e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e executada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis (IPEAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a renda média do trabalho principal das pessoas venezuelanas após serem beneficiadas pela Estratégia de Interiorização é de R\$ 1.325, um pouco acima do salário mínimo no Brasil e cerca de metade da renda média do salário principal da população brasileira. Comparado às pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima, que recebem uma renda média de R\$ 595, metade do salário-mínimo, isso significa uma renda mais de duas vezes maior após a interiorização.

Os dados apontam ainda melhoras na taxa de desocupação das pessoas beneficiadas pela Estratégia de Interiorização em comparação às pessoas abrigadas em Roraima: a taxa de desocupação da população interiorizada é de 17,8%, ante 30,8% da abrigada. Em relação à educação de crianças e jovens menores de 18 anos, a pesquisa apresentou que 67,6% encontravam-se matriculadas em escolas, ante 41,3% daqueles abrigados em Boa Vista.

Ainda segundo a pesquisa, as disparidades são ainda maiores quando

se incluem recortes de idade, gênero e diversidade, não apenas para a população refugiada como para a brasileira.

Refugiadas mulheres têm taxas ainda mais altas de desemprego. Ademais, as taxas de desemprego dos trabalhadores jovens (18 a 24) são próximas a 30% e trabalhadores com ensino médio incompleto ou fundamental são mais afetados do que aqueles com diploma universitário. As taxas de desemprego são maiores na região Nordeste, e menores no Sudeste e Sul, onde a taxa se equipara às médias nacionais.

Entre as pessoas refugiadas e migrantes mais afetadas em seu modo de vida, certamente as comunidades de indígenas se destacam. Estima-se que 5.055 indígenas venezuelanos estejam hoje em território brasileiro, dos quais 66% são Warao, 30% Pemón, 3% Eñepá, 1% Kariña e 1% Wayúu, sendo que crianças e adolescentes compõem pelo menos 50% dessa população (dados do PROGRES). De acordo com os dados coletados durante avaliações participativas, apenas 26% dos refugiados e migrantes indígenas relataram ter algum membro da família gerando renda, 55% dos indígenas levantaram dificuldades no acesso à saúde e 76% das crianças com idade escolar estão fora da escola. Para fortalecer as políticas voltadas a indígenas refugiados e migrantes, faz-se necessário garantir o acesso a serviços básicos e abordagens sensíveis e interculturais para promoção da autossuficiência e autonomia das comunidades indígenas no Brasil.

Como resultado às consultas realizadas junto à população venezuelana

10 Para mais informações, acesse o Sumário Executivo, disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/12/Sumario-Executivo-Limites-e-desafios-a-integracao-local-de-refugiadas-refugiados-e-pessoas-migrantes-da-Venezuela-interiorizadas-durante-a-pandemia-de-Covid-19-dez.2021.pdf>

deslocada durante as avaliações participativas realizadas em 2020, as 5 principais necessidades identificadas e priorizadas pelos próprios participantes foram, em ordem de importância: (1) acesso a emprego formal, (2) proteção contra violência (comunitária ou interpessoal), (3) moradia, (4) saúde, (5) educação.¹¹

O ACNUR manterá o apoio aos esforços do Governo Federal para desenvolver um Plano Nacional de Integração Local para suas pessoas de interesse, incentivando a inclusão de perspectivas de gênero e étnico-racial. Ademais, considerando a crescente mobilização de estados e municípios para a constituição de políticas públicas nessa área, em especial pela atuação de conselhos e comitês locais voltados a políticas para refugiados e migrantes, o ACNUR continuará trabalhando em conjunto também com os governos estaduais e municipais, adotando uma abordagem específica para cada contexto, para melhor contribuir com eventuais desafios ou lacunas nas ações de integração local.

A fronteira terrestre entre Venezuela e Brasil permaneceu fechada entre 18 de março de 2020 e 23 de junho de 2021, quando reabriu para pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, nos termos da Portaria conjunta (Casa Civil, MJSP e Min Saúde) nº 655/2021, posteriormente atualizada pela portaria interministerial (Casa Civil, MJSP, Min. Saúde e Min. Infraestrutura) nº 666/2022. Estas autorizaram a documentação das pessoas venezuelanas que ingressaram por vias alternativas ao país enquanto

as fronteiras terrestres permaneceram fechadas. Essa medida permitiu que as pessoas venezuelanas gradativamente pudessem ter acesso à documentação, melhorando suas perspectivas de integração no país. O mesmo, entretanto, não é possível para pessoas de outras nacionalidades que ingressaram por vias alternativas durante o tempo que a fronteira terrestre permaneceu fechada e que não podem efetivar seu pedido de refúgio ao Brasil, permanecendo indocumentadas.

Mesmo durante a pandemia, a estratégia de interiorização continuou sendo implementada, embora o número de pessoas beneficiadas tenha reduzido de 3,000 em fevereiro de 2020 para uma média de 1,230 pessoas nos meses restantes desse mesmo ano. Um Plano de Contingência foi estabelecido pela Operação Acolhida, com medidas adicionais de controle e prevenção ao COVID-19, como testagem obrigatória dos beneficiários e controle médico após a interiorização. Em 2021, o número de beneficiários voltou a crescer com média de 1.626 beneficiários por mês atingindo o pico de mais de 2,000 pessoas interiorizadas em setembro e outubro.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

As diretrizes originais da Estratégia de Meios de Vida 2019-21 serão mantidas para 2022. Seu principal objetivo é sensibilizar os diversos níveis de governo para promover a inclusão de pessoas de interesse do ACNUR nos serviços públicos existentes, em especial a:

1. intermediação laboral via SINE;
2. capacitação profissional via Sistema “S” e Institutos técnicos, incluindo o aprendizado de português; e,
3. apoio a empreendedores via SEBRAE.

11 Para mais informações sobre o resultado das consultas, acesse o relatório completo em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/06/ACNUR-Relatorio-Vozes-das-Pessoas-Refugiadas-reduzido.pdf>

Especialmente, visa-se incrementar esses serviços para as pessoas de interesse do ACNUR que se encontram mais vulneráveis. Além disso, a estratégia visa aumentar o engajamento do Setor Privado na oferta de empregos, e atuar junto a empresas que realizam a intermediação privada de mão de obra e no apoio ao empreendedorismo.

Essas ações priorizarão os recortes de gênero, idade e diversidade, além de pessoas com necessidades específicas e populações indígenas. No caso da população que se encontra em situação de abrigo, a estratégia centrará esforços no fomento à saída e no alcance de autossuficiência, por meio de promoção de acesso a oportunidades de meios de vida no local de estadia ou à interiorização, quando aplicável, bem como por meio do fortalecimento das redes locais de proteção com especial atenção para pessoas com necessidades específicas.

A estratégia continuará visando à mobilização e articulação junto a governos locais (estaduais e municipais), atuando de forma a fomentar a incorporação da temática do refúgio em suas agendas políticas, bem como oferecendo suporte técnico para o desenvolvimento de Planos e Políticas e para a criação e fortalecimento de instâncias de participação social das populações refugiadas e migrantes. Ademais, seguirá a ênfase na aproximação com atores do desenvolvimento, incluindo o IFC, Banco Mundial, Banco Interamericano para o Desenvolvimento, e no trabalho em conjunto com outras Agências do Sistema ONU. O alinhamento com as organizações que são parceiras implementadoras e o engajamento de organizações da sociedade civil como parceiras operacionais será também uma prioridade.

No âmbito da resposta ao fluxo de venezuelanos, será priorizada a

manutenção de seu papel estratégico nas estruturas de coordenação da Operação Acolhida no norte do país, a atuação conjunta com a OIM na liderança do Setor de Interiorização, Integração e Transporte Humanitário, junto às Organizações do Sistema ONU e da Sociedade Civil que integram este Setor, e a implementação do plano de resposta a refugiados e migrantes venezuelanos em 2022 (RMRP).

Com o crescimento da operação no Brasil, a Estratégia do ACNUR será trabalhada em estreita coordenação entre seu escritório central e os escritórios de campo, fortalecendo a capacidade desses escritórios em implementarem suas ações de meios de vida considerando os desafios locais. As áreas de intervenção serão ainda coordenadas de forma multidisciplinar com as demais unidades do ACNUR em especial no que se refere à Proteção de Base Comunitária, Comunicação com as Comunidades, Prestação de contas às populações de interesse, Proteção de crianças e adolescentes, prevenção de violência sexual e de gênero, proteção de dados pessoais das pessoas de interesse, entre outras.

Como já definido pela Estratégia de Meios de Vida 2019-21, o público-alvo dessas intervenções continua sendo as pessoas refugiadas reconhecidas e solicitantes da condição de refugiado e pessoas da Venezuela de baixa renda que precisam de proteção e de assistência social (desempregados e/ou que vivem com uma renda familiar inferior a R\$ 3.000,00). Em alinhamento com o parágrafo 4 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como com as diretrizes do *COVID-19 Global Humanitarian Response Plan (GHRP)*, o ACNUR buscará contribuir com os esforços para a consolidação de uma nova economia que seja sustentável e inclusiva, de forma a assegurar que

“ninguém será deixado para trás”. Nesse sentido suas ações visarão a inclusão prioritária dos grupos mais vulneráveis, como pessoas com necessidades específicas e a população refugiada indígena.

Para fomentar o empoderamento das populações de interesse do ACNUR no Brasil, apoiando-os a superar situações de vulnerabilidade social e econômica e promovendo sua autossuficiência, os setores-chave de intervenção do ACNUR permanecerão os mesmos, ainda que existam ajustes que venham a ser necessários dado o contexto da pandemia e pós-pandemia.

EMPREGABILIDADE

A fim de promover o acesso a maiores oportunidades de emprego para as pessoas de interesse, especialmente mulheres e jovens, o ACNUR irá:

- Aumentar as capacidades técnicas dos parceiros que atuam com intermediação laboral para que o façam de maneira mais especializada e qualificada;
- Com apoio dos parceiros da sociedade civil, fortalecer o engajamento de empresas já contratantes de pessoas refugiadas e migrantes por meio de estratégia de comunicação via Fórum Empresas com Refugiados.
- Ampliar parcerias com empresas por meio da sensibilização de empregadores, em especial por meio da plataforma Empresas com Refugiados e do fortalecimento e expansão do Fórum Empresas com Refugiados;
- Fortalecer parcerias com serviços de colocação profissional especializados, sejam os oferecidos por empresas

privadas de recrutamento e por seus parceiros, sejam as instituições públicas, como as unidades locais do SINE;

- Fomentar novas parcerias e expandir parcerias existentes para empregabilidade: a exemplo de Manpower e outras empresas de recrutamento;
- Ampliar o acesso das pessoas de interesse a informações relacionadas a emprego, incluindo o trabalho autônomo, e a direitos trabalhistas, fortalecendo a Campanha “Proteja o Trabalho” em conjunto com Ministério do Trabalho e Previdência, OIM e OIT;
- Fomentar o acesso de jovens (16 a 24 anos) a oportunidades de emprego (por meio de programas de aprendizagem profissional e de estágios);
- Promover a inclusão de indígenas nas iniciativas de empregabilidade, bem como fortalecer as organizações que trabalham com população indígena para o tema de empregabilidade, e apoiar empresas para garantir espaços interculturais e de respeito às etnias indígenas refugiadas e migrantes;
- Apoiar iniciativas específicas de capacitação e empregabilidade de pessoas com necessidades específicas de proteção, como mulheres, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crônicas, bem como, fortalecer sua inclusão em programas já existentes.

EMPREENDEDORISMO

O ACNUR irá incentivar, fomentar e promover atividades de empreendedorismo por meio do fortalecimento de capacidades e acesso a serviços financeiros, bem como:

- Fortalecer a plataforma Refugiados Empreendedores e ampliar o número de empreendimentos de pessoas refugiadas listadas que já estão empreendendo no Brasil;
- Ampliar os apoios oferecidos pela plataforma, como ofertas de capacitação, orientação para formalização de negócios e mentoria;
- Fomentar a inclusão financeira dos empreendedores, por meio de parcerias para oferta de microcrédito e/ou acesso a outros serviços financeiros;
- Continuar fortalecendo o *advocacy* com atores relevantes no tema, como o Ministério da Economia e o SEBRAE;
- Identificar e promover mentorias de capacitação especializadas para pessoas indígenas e não indígenas que já empreendem ou que querem empreender;
- Incentivar a criação de negócios verdes e negócios coletivos, incluindo cooperativas e organizações de economia solidária (a exemplo de associação de catadores, iniciativas de artesanato e extração de palha de buriti);
- Apoiar a estruturação de projetos de produção de artesanato conforme a cultura e tradição de indígenas, incentivando a formação de associações e cadeias de produção e venda para compradores situados em diferentes localidades;
- Apoiar iniciativas específicas de capacitação e empreendedorismo de pessoas com necessidades específicas de proteção, como mulheres, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crônicas, bem como, fortalecer sua inclusão em programas já existentes.

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E ACESSO À EDUCAÇÃO TÉCNICA, SUPERIOR E AULAS DE PORTUGUÊS

A fim de incrementar as condições de acesso a oportunidades de trabalho, renda e autossuficiência, o ACNUR irá continuar a apoiar ações que busquem aumentar a qualificação profissional de suas pessoas de interesse, bem como o acesso à validação de títulos de pessoas com qualificação, a partir de ações que se relacionem a:

- Ampliar o acesso a oportunidades de capacitação profissionalizante, principalmente em áreas de maior potencial para inserção laboral, alinhadas à identificação de demandas por parte dos mercados de trabalho locais e considerando o conhecimento e as experiências profissionais prévias das pessoas de interesse;
- Incentivar iniciativas de capacitação focadas em orientações sobre o mundo do trabalho no Brasil e habilidades comportamentais;
- Avançar em iniciativas que fomentem a inclusão digital e metodologias de educação on-line, podendo utilizar apoios financeiros para finalidades relacionadas, como custeio de pacote de internet ou aquisição de equipamentos;
- Fortalecer e fomentar a oferta de educação financeira, incluindo planejamento financeiro, orçamento doméstico, custos de vida, entre outros;
- Aumentar a oferta de cursos de português, incluindo ofertas de diferentes níveis de conhecimento (desde alfabetização e letramento, até cursos mais avançados), bem como cursos com metodologias

- adaptadas para perfis específicos, como a população indígena;
- Descentralizar e disseminar o conhecimento sobre os processos de revalidação de diplomas entre mais atores com capacidade de atendimento aos refugiados nos territórios;
 - Incentivar maior atuação e apoio das universidades da Cátedra Sergio Vieira de Mello no tocante à oferta de orientação e suporte para revalidação de diplomas;
 - Promover o acesso a cursos de ensino médio e médio-técnico e ao ensino superior e apoiar em articulação com as equipes de proteção a inclusão na educação básica;
 - Incrementar a disseminação de informação sobre o acesso ao *Coursera for Refugees* e outras plataformas gratuitas de educação on-line entre os parceiros e as comunidades de interesse;
 - Investir na formação de professores indígenas – havendo pessoas de interesse com o perfil identificadas e interessadas - e acesso a processos facilitados de formação de professores indígenas no Brasil;
 - Fomentar a inclusão na educação formal e indígena brasileira, incluindo por meio de apoio a projetos de educação cultural propostos pelas comunidades indígenas venezuelanas e brasileiras.
- Fortalecer e fomentar a oferta de educação financeira, incluindo planejamento financeiro, orçamento doméstico, custos de vida, entre outros;
 - Aumentar e facilitar o acesso das pessoas de interesse a serviços bancários, por meio de atividades voltadas à sensibilização de agências bancárias e entidades financeiras pertinentes;
 - Buscar a continuação da parceria com o Banco Central do Brasil para produção de materiais informativos sobre serviços financeiros, serviços bancários e cursos de educação financeira;
 - Incentivar parcerias com instituições financeiras e projetos para expansão do acesso a microcrédito por parte de refugiados empreendedores;
 - Fortalecer a educação financeira de promotores comunitários e outros perfis de liderança que possam atuar como multiplicadores em suas comunidades, incluindo ainda organizações que atendam pessoas indígenas para também atuarem como multiplicadores;
 - Incentivar a promoção de mecanismos de oferta de capital semente a empreendedores, para a inovação e criação de pequenos negócios.

INCLUSÃO FINANCEIRA

Para permitir que suas pessoas de interesse tenham mais acesso a serviços financeiros, como educação financeira e serviços bancários, o ACNUR irá atuar em favor de ações como:

COMUNICAÇÃO E ADVOCACY

As ações de incidência do ACNUR no Brasil deverão continuar se concentrando na atuação junto aos três níveis governamentais – federal, estadual e municipal – para fomentar e apoiar a construção de processos de integração local das pessoas de interesse tanto por meio de abordagens específicas para cada contexto regional ou local, quanto

no âmbito dos esforços para incentivar o desenvolvimento de um Plano Nacional de Integração Local para Refugiados, e ainda para garantir a continuidade da inclusão de pessoas de interesse nos sistemas nacionais de Proteção Social e na resposta nacional à pandemia:

- Intensificar ações de incidência voltadas aos meios de vida e integração local da população de interesse. As ações de *advocacy* serão focadas nas áreas do Governo Federal vinculados às políticas de trabalho, geração de renda, educação e inclusão nos mecanismos de assistência e proteção social. Especial atenção será destinada a questão indígena refugiada para que sejam propostas soluções culturalmente sensíveis às suas necessidades.
- Manter e aprofundar as articulações junto aos governos de estados e municípios, bem como em relação aos comitês, conselhos, e grupos de trabalho para a integração local de refugiados e migrantes, fomentando o fortalecimento dessas instâncias de diálogo, diagnóstico e formatação de políticas específicas voltadas à integração local, de forma a fortalecer as intervenções públicas e, sempre que possível, contribuir para sua institucionalização e perenidade. Como principais iniciativas, destacam-se:
 - » Ampliação do apoio a governos locais para elaboração de Planos e Políticas, inclusive por meio de consultorias especializadas;
 - » Manutenção do acompanhamento e apoio constante a Comitês, Conselhos e Grupos de Trabalho estaduais e municipais;
 - » Realização, juntamente ao COMIRAT/RS, da Primeira reunião nacional de Comitês e Conselhos Estaduais para Refugiados e Migrantes, que reunirá todos os Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes atualmente ativos no Brasil, com o objetivo de fomentar a articulação dessas instâncias participativas visando a troca de experiências, compartilhamento de desafios e boas práticas;
 - » Estruturação e lançamento do Fórum Nacional de Comitês e Conselhos Estaduais para Refugiados e Migrantes, o primeiro do tipo no país com o intuito de reunir periodicamente essas instâncias estaduais, consolidando-se em um espaço de relevância para o *advocacy* nacional sobre o tema.
- Aumentar as ações de incidência junto aos atores do desenvolvimento como Banco Mundial, Banco Interamericano para o Desenvolvimento, Agências de desenvolvimento federais e locais e Agências das Nações Unidas, como o PNUD.

No campo da Comunicação, a recomendação é buscar estratégias de comunicação positiva por meio da produção de dados e disseminação de histórias individuais de sucesso, como forma de incentivar o engajamento tanto das comunidades de acolhida quanto da própria população de interesse. Relatórios periódicos continuarão a ser produzidos de forma a divulgar as ações implementadas, além de relatório anual da Unidade.

PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDO

Será mantida a estratégia de realizar análises do perfil socioeconômico da população de interesse, de forma a posicionar o ACNUR como produtor de dados quantitativos e qualitativos que possam embasar avaliações de impacto e direcionar intervenções nas áreas de Meios de Vida e Inclusão Socioeconômica, por implementação direta ou via parceiros, a partir das seguintes diretrizes:

- Seguir com as análises de impacto do pós-interiorização por meio de novas rodadas de pesquisa sobre situação social e econômica dos beneficiários da estratégia de interiorização;
- Ampliar a visibilidade da modalidade institucional por meio da produção de painéis quantitativos e relatórios qualitativos, que mostrem dados e informações com a trajetória de pessoas que saíram dos abrigos de RR e se integraram em novas cidades, a partir do apoio recebido nos centros de acolhida e integração;
- Realizar pesquisas específicas para identificar o perfil socioeconômico da população indígena – que fundamentem estratégias de meios de vida e geração de renda – por meio de metodologias adaptadas e em parceria com organizações especializadas;
- Consolidar parcerias com outras instituições de pesquisa e análise de dados como IPEA, IBGE e ObMigra, além de avançar na parceria com Banco Mundial por meio de novas iniciativas de análise de dados;
- Consolidar as análises das informações sobre pessoas de

interesse disponíveis em bancos de dados públicos nas áreas de educação, assistência social, saúde, trabalho e empreendedorismo.

INTERIORIZAÇÃO

O ACNUR irá continuar a apoiar a Estratégia de Interiorização estabelecida pelo Governo Federal e executada pela Operação Acolhida, principalmente por meio da modalidade institucional e com uma abordagem de transversalização das perspectivas de Idade, Gênero e Diversidade. O objetivo principal será de ampliar a inclusão de perfis mais vulneráveis e pessoas com necessidades específicas (PCNE) na estratégia e ampliar o acesso a soluções duradouras via integração local em regiões brasileiras com maior oferta de oportunidades de emprego e renda. Ademais, compreendendo a Interiorização como também uma estratégia de saída das pessoas dos abrigos de Roraima, suas intervenções deverão priorizar a população abrigada. De forma a reforçar essas diretrizes, o ACNUR irá:

- Manter, em 2022, o financiamento direto de cinco Centros de Acolhida e Integração geridos pelos parceiros Aldeias Infantis e Caritas Paraná em regiões de maior potencial de integração socioeconômica, como São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Paraná, bem como o apoio operacional a outros centros;
- Fortalecer a capacidade dos parceiros de apoiar perfis mais vulneráveis e/ou com necessidades específicas de proteção a acessar oportunidades de meios de vida e integração, para viabilizar sua autossuficiência e

- saída dos centros de acolhida no tempo estimado (até 3 meses);
- Manter o apoio à modalidade VES (Vaga de Emprego Sinalizada), especialmente para pessoas advindas dos abrigos de Roraima, e de acordo com a disponibilidade de recursos;
 - Fortalecer projetos próprios na modalidade VES focados em PCNE, como o projeto “Empoderando Refugiadas” e a articulação de vagas de emprego junto às empresas parceiras, para fomentar a interiorização de pessoas já com vagas sinalizadas de emprego;
 - Mobilizar e realizar *advocacy* e treinamentos com redes locais de proteção social nas cidades de destino para acesso e acolhimento de pessoas mais vulneráveis e/ou com necessidades específicas, de forma a possibilitar maior celeridade da integração local, aumentando assim a rotatividade nos centros de acolhida e integração;
 - Apoiar o Governo Brasileiro na mobilização de atores locais, nas principais cidades de destino, para fortalecimento do processo de interiorização, seja no mapeamento de novas possibilidades de acolhida e acompanhamento junto às redes locais de proteção e integração das pessoas interiorizadas;
 - Apoiar parceiros locais no acesso, sistematização e análise de dados sobre a população interiorizada;
 - Prosseguir com as iniciativas de avaliação do acompanhamento das pessoas interiorizadas por meio de novas rodadas de pesquisa sobre situação social e econômica dos beneficiários da interiorização;
 - Focar na qualidade do suporte
- dado em todo o processo de interiorização, buscando apoiar o maior número de pessoas de forma protegida, visando assegurar o acompanhamento e a sustentabilidade da realocação voluntária em termos de proteção e integração local;
- Reforçar a visibilidade de suas ações por meio da produção de painéis quantitativos e relatórios/boletins qualitativos, que mostrem não apenas dados, como histórias sobre a trajetória de pessoas (especialmente PCNE, como famílias monoparentais e pessoas LGBTQI+, por exemplo) que saíram dos abrigos de Roraima pela modalidade Institucional da interiorização e se integraram com apoio dos centros de acolhida e integração.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA (CBI)

O ACNUR deverá manter suas iniciativas que visam fornecer assistência financeira direta para as pessoas de interesse em condição de maior vulnerabilidade e menor capacidade de suprir necessidades básicas, incluindo pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas participando da Estratégia de Interiorização por meio das modalidades Institucional e VES, bem como aqueles selecionados para outros projetos em que a assistência financeira possa servir como ferramenta complementar (como, por exemplo, em estratégias de saída de abrigos) e ajuda temporária para que, em conjunto com outras ações e iniciativas de meios de vida, as pessoas de interesse possam acessar sua autossuficiência.

FOCOS PRIORITÁRIOS

POPULAÇÃO INDÍGENA¹²

A partir dos desafios e necessidades identificados ao longo dos últimos anos de acolhimento e atuação junto a comunidades indígenas venezuelanas refugiadas e migrantes em diversas regiões pelo Brasil, o ACNUR irá buscar robustecer e consolidar cada vez mais suas estratégias de meios de vida com comunidades indígenas em áreas urbanas e rurais, guiando seus parceiros na busca por soluções mais sustentáveis, culturalmente sensíveis e baseadas em diretrizes específicas a serem consideradas, como:

1. Multiplicidade de soluções para atender à diversidade dos perfis e demandas mapeadas;
2. Interculturalidade das soluções a serem desenvolvidas junto às comunidades indígenas considerando sua heterogeneidade no tocante a tradições e entendimentos;
3. Relevância das comunidades de acolhida, incluindo comunidades indígenas brasileiras, como atores fundamentais para a busca de soluções intersetoriais e inovadoras.

Ademais, entre outras ações prioritárias que guiarão as intervenções conduzidas pelo ACNUR, estão:

- Realizar pesquisas para determinar o perfil socioeconômico da população por meio de organizações especializadas e com metodologia adaptada às populações indígenas;

- Selecionar as melhores práticas nos cursos de língua portuguesa para populações indígenas e promover o aumento de escala dessas iniciativas. O mesmo será buscado para metodologias adaptadas de formação profissional.
- Intensificar o *advocacy* para acesso a áreas onde possam desenvolver atividades de subsistência comunitárias (como agricultura e outras atividades rurais), e para trabalho autônomo, incluindo o microempreendedorismo (como associações de artesãos e artesãos, por exemplo);
- Apoiar o acesso a oportunidades de emprego formal sempre que indicado como solução pelos grupos familiares;
- Sensibilizar e mapear empresas mais abertas para incluir indígenas, bem como fornecer informações sobre direitos trabalhistas;
- Fortalecer esforços de *advocacy* junto às autoridades públicas para incluir refugiados e migrantes indígenas nos serviços públicos;
- Estabelecer e manter parcerias para fomento à geração de renda de pessoas indígenas, como o projeto realizado em parceria com a Casa Museu do Objeto Brasileiro;
- Fomentar ações e atividades que promovam a autonomia e a autossuficiência financeira dessas populações.

PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (PCNE)

Para 2022, as equipes de Meios de Vida nos diversos escritórios pelo Brasil, em conjunto com outras Unidades relevantes (i.e., Proteção, CBI, Programa) deverão continuar aprimorando a abordagem de

¹² Para maiores informações, consultar o Anexo “Meios de vida para a população indígena refugiada e migrante – um olhar intercultural para 2022”.

transversalização das perspectivas de Idade, Gênero e Diversidade em todas as iniciativas e projetos, bem como incluir pessoas com necessidades específicas (pessoas com deficiência, famílias monoparentais, perfis de proteção, pessoas LGBTQI+, entre outros) por meio de parcerias com instituições especializadas, com projetos específicos e recursos dedicados.

O objetivo principal dessa abordagem é garantir que as intervenções do ACNUR e de seus parceiros sejam acessíveis para pessoas com necessidades específicas ou de grupos mais vulneráveis, inclusive por meio de uma seleção cuidadosa de locais e cronogramas para prestação de serviços e a remoção de quaisquer barreiras que possam impedir que tais perfis sejam beneficiados, de forma a ampliar a inclusão e o acesso a soluções duradouras via integração local também para grupos de maior vulnerabilidade.

Para assegurar seus esforços de “não deixar ninguém para trás”, o ACNUR irá:

- Buscar parcerias com atores especializados na inclusão socioeconômica de pessoas com necessidades específicas, para desenvolver atividades de capacitação e geração de renda, e/ou fortalecer a inclusão em programas já existentes;
- Fortalecer o apoio e a capacitação técnica dos parceiros para que possam apoiar perfis mais vulneráveis e/ou com necessidades específicas de proteção a acessar oportunidades de meios de vida e integração;
- Mobilizar e realizar *advocacy* com redes locais de proteção social para aumentar e facilitar o acesso de pessoas mais vulneráveis e/ou com necessidades específicas aos serviços e programas públicos existentes.

COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Favorecer a coesão social por meio de iniciativas de meios de vida que possam também agir como elemento indutor do desenvolvimento econômico sustentável local e da coexistência pacífica entre as comunidades deslocadas e de acolhida é uma forma de não apenas fortalecer o apoio do ACNUR às respostas do governo brasileiro diante dos impactos da pandemia do COVID-19, como também de garantir o alinhamento com os objetivos da Agenda 2030 e com o princípio de “não deixar ninguém para trás”, fortalecendo a abordagem de engajamento de toda sociedade estabelecida pelo Pacto Global para Refugiados.

Dessa forma, uma das recomendações estratégicas para as intervenções de Meios de Vida do ACNUR em 2022 é fortalecer, sempre que possível, a inclusão dos perfis mais vulneráveis de comunidades brasileiras nas atividades implementadas de forma direta ou por meio de parceiros.

Essas ações, juntamente com outras na área de meios de vida, contribuirão para a implementação de medidas voltadas à prevenção e à sensibilização para o fim da discriminação e da xenofobia.

PARCERIAS E COORDENAÇÃO

Conforme estabelecido na seção 7.3 *Parcerias e Coordenação da Estratégia de Meios de Vida 2019-21*, o ACNUR irá manter sua atuação enquanto parceiro e apoiador de respostas conjuntas de atores do Governo Federal, governos locais, Sistema S, organizações parceiras, Universidades e Agências da ONU, bem como continuar buscando avanços em parcerias com atores não tradicionais, como setor privado e outros atores de desenvolvimento (Banco Mundial, BID, PNUD, IFC, etc.), devido a seu

potencial de desempenhar um papel crucial no desenvolvimento das economias locais e, portanto, gerar também um aumento das oportunidades de inserção de refugiados e migrantes nos mercados laborais locais.

No que se refere especificamente aos temas mais fortemente relacionados às áreas de Meios de Vida, o ACNUR propõe-se a buscar também fortalecer uma atuação em rede com seus parceiros implementadores, bem como outros atores relevantes para a área de Trabalho e Renda, a partir de diretrizes como:

- Contribuir para a diminuição de desigualdade entre indicadores de trabalho e emprego entre população refugiada e brasileira, com o mesmo perfil;
- Direcionar o desenvolvimento do Fórum Empresas com Refugiados para que se torne uma instância autogerida e liderada pelas próprias empresas participantes. No entanto, importante ressaltar que, até que este direcionamento se concretize, será necessário ao ACNUR prever recursos para executar as atividades do Fórum e manter a plataforma Empresas com Refugiados atuante;
- Aumentar a padronização e o alinhamento entre as estratégias do ACNUR e seus parceiros implementadores no que tange à empregabilidade e a aproximações com empresas.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO

O monitoramento da implementação e do resultado das atividades previstas pela presente estratégia será por meio de acompanhamento de forma contínua

pelos times do ACNUR, e em colaboração com as respectivas equipes dos parceiros implementadores, com base nas diretrizes previamente estabelecidas, a saber:

- Padronização dos parâmetros, métricas e indicadores¹³ utilizados pelos parceiros e as atividades relacionadas a cada um deles;
- Promoção de estudos de avaliações de Impacto para melhor compreensão dos resultados das ações e projetos apoiados pelo ACNUR (validação de diploma, kit empreendedorismo, projetos para apoiar a saída de abrigo, interiorização institucional, CBI, entre outros);
- Implementação do ProGres como ferramenta de registro e reporte de atividades de meios de vida.

Por fim, o monitoramento do desempenho da Estratégia utilizou-se principalmente do Quadro de Resultados (*Results Framework*) do ACNUR, conforme estabelecido na seção 9. *Quadro de Monitoramento e de Avaliação da Estratégia de Meios de Vida 2019-21*. Estima-se que, para 2022, a operação possa ampliar os marcos previstos em cada setor-chave desta Estratégia de Meios de Vida, bem como alinhá-los ao novo sistema de planejamento em base a resultados (RBM) e de programação (COMPASS), conforme a tabela abaixo.

13 Indicadores definidos com base nos parâmetros estabelecidos no âmbito do novo COMPASS, bem como indicadores presentes no RMRP, e no marco de resultados esperados para 2022.

Área do Objetivo	Declaração de Objetivo	Declaração de Resultado	Indicador de Resultado	Meta	Resultado
13. Autossuficiência, Inclusão Econômica e Meios de Vida	4.2 Políticas e programas nacionais e locais facilitam a integração socioeconômica das pessoas de interesse.	4.2.1 <i>Advocacy</i> baseado em resultados é conduzido, e coordenação e apoio técnico são fornecidos às autoridades nacionais e locais.	# de pessoas capacitadas para promover a integração de refugiados e migrantes	1000	
			# de produtos publicados que fornecem informações relevantes para decisores de políticas e profissionais sobre programas para integração que atuam	20	
			# de eventos, oficinas e seminários organizados	20	
		4.2.2 As pessoas de interesse recebem assistência para autossuficiência por meio de treinamento vocacional, incluindo cursos de idiomas, cursos extracurriculares, reconhecimento de diplomas e iniciativas de (auto)emprego ou empreendedorismo.	# de refugiados e migrantes cujos diplomas, títulos ou credenciais profissionais – obtidos por meio de Ensino superior ou profissionalizante – tenham sido certificados, reconhecidos ou validados pelo país de acolhida	30	
			# de pessoas de interesse apoiadas com ensino de idioma	2000	
			# de pessoas de interesse apoiadas com acesso a certificação/formação de competências técnicas ou profissionais	2000	
		4.2.3 Prestadores de serviços públicos e privados estão cientes dos direitos das pessoas de interesse e possibilitam seu acesso afetivo a sistemas de proteção social e a serviços públicos e financeiros	# de empregadores do setor privado que contrataram refugiados e migrantes como resultado de iniciativas de sensibilização e/ou fortalecimento de capacidades	40	
			# de treinamentos e campanhas de <i>advocacy</i> conduzidas	60	
16. Integração Local e outras Soluções locais	4.1 A realocação voluntária interna está disponível para um número maior e mais diversificado de pessoas de interesse, em coordenação com autoridades e organizações da sociedade civil.	4.1.1 As pessoas de interesse recebem assistência para realocação voluntária em todo o Brasil por meio das modalidades disponíveis do programa de interiorização do governo.	# de pessoas de interesse realocadas diretamente apoiadas pelo ACNUR	1700	
7. Engajamento Comunitário e Empoderamento de Mulheres	3.2 Pessoas de interesse indígenas tem acesso a proteção, assistência e soluções culturalmente apropriadas e participam do desenvolvimento de políticas diferenciadas.	3.2.3 Pessoas de interesse indígenas recebem assistência para autossuficiência por meio de treinamento vocacional, incluindo cursos de idiomas, e (auto) emprego / empreendedorismo.	# de pessoas de interesse indígenas apoiadas com ensino de idiomas	200	
			# de pessoas de interesse indígenas apoiadas com acesso a certificação/formação de competências técnicas ou profissionais	300	
			# de pessoas de interesse indígenas assistidas com apoio para colocação profissional, (auto) emprego ou iniciativas de empreendedorismo	400	



 @ACNURBrasil

 /ACNURPortugues

 @acnurbrasil

 /company/ACNURPortugues

www.acnur.org.br

#ComOsRefugiados